

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício 2024

Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA

Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA
Secretaria Executiva

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício 2024

Missão do MAPA

*Promover o desenvolvimento sustentável
das cadeias produtivas agropecuárias,
em benefício da sociedade brasileira.*

Brasília
2025





DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

BIBLIOTECA NACIONAL DE AGRICULTURA - BINAGRI

Brasil. Ministério da Agricultura e Pecuária.

Relatório de gestão : exercício 2024. / Ministério da Agricultura e Pecuária.

Secretaria Executiva. Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração.

- Brasília: MAPA, 2025

124 p. : il. color. ; formato digital (PDF)

ISBN 978-85-7991-357-0

Inclui gráficos, quadros e organogramas.

1. Administração pública – Relatório. 2. Gestão pública – Brasil. 3. Políticas públicas – Agricultura.
4. Agropecuária – Desenvolvimento sustentável. 5. Planejamento governamental – Relatório. I.
Brasil. Ministério da Agricultura e Pecuária. II. Secretaria Executiva. III. Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e
Administração. IV. Título.

AGRIS E14

CDU: 35171:63(81)-054.72

BIBLIOTECÁRIA: LAYLA ALEXANDRINA BARBOZA DOS SANTOS - CRB1/3447



Todos os direitos reservados. Permitida a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

1ª edição. Ano 2025

Publicação Digital

Elaboração, distribuição, informações:

Ministério da Agricultura e Pecuária

Secretaria Executiva

Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração – SPOA

Coordenação Geral de Governança Institucional e Monitoramento da Gestão - CGGI

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D - andar, Sala 114

CEP: 70043-900 Brasília - DF

Tel.: (61) 3218-3330

e-mail: cggi.MAPA@agro.gov.br

Coordenação Editorial: Assessoria Especial de Comunicação Social (AECS)

Coordenação: Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração – SPOA

Créditos das Imagens: Acervo MAPA, Unsplash e Freepik.

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE	5
2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	9
O Ministério da Agricultura e Pecuária	9
Temas do Relatório de Gestão	10
Identificação do MAPA, Estrutura Organizacional e de Governança	10
Modelo de Negócio	14
Plano Plurianual	15
Planos Setoriais, Políticas Nacionais e Sua Vinculação com o PPA	16
Relação com o Ambiente Externo	20
3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	22
4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	23
Visão de Futuro e Estratégia de Atuação	23
Aderência do Plano Estratégico a outros Planos do Governo	27
Objetivos Estratégicos, Indicadores, Responsáveis, Metas e Resultados em 2024	28
Iniciativas Estratégicas, Responsáveis, Metas e Resultados em 2024	59
Demais Resultados das Principais Áreas de Atuação do MAPA em 2024	77
5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	119
Contabilidade	119

1. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

O Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) atua para fortalecer a agropecuária brasileira por meio de ações, programas e parcerias internacionais. Em 2024, as atividades do órgão concentraram-se em impulsionar o setor, ampliar as oportunidades para os produtores, investir em inovação tecnológica e promover a sustentabilidade.

O Brasil alcançou recordes de investimentos no agronegócio. Pelo segundo ano consecutivo, foi lançado o maior Plano Safra da história, com R\$ 400,60 bilhões destinados ao custeio, comercialização, investimento e industrialização, representando um aumento de 10% em relação ao ano-safra anterior.

O Plano Safra 24/25 contou com um acréscimo de R\$ 108 bilhões em recursos de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) para emissões de Cédulas do Produto Rural (CPR). No total, foram disponibilizados R\$ 508,59 bilhões para o desenvolvimento do agro nacional. O Plano também manteve o incentivo ao fortalecimento de sistemas de produção ambientalmente sustentáveis, com uma redução de até 1,0 ponto percentual na taxa de juros de custeio. No comparativo entre os dois Planos Safra implementados na gestão atual, o incremento atingiu 40%.

Foi aprovado o Plano Trienal do Seguro Rural pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural, com vigência entre 2025 e 2027, que define as diretrizes e prioridades da política de subvenção ao prêmio do seguro rural. Para 2024, foram alocados R\$ 947,6 milhões em recursos ordinários, além de R\$ 210,9 milhões em recursos extraordinários destinados ao Rio Grande do Sul.

Em resposta aos desafios impostos pelas mudanças climáticas, como as enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul, foram implementadas ações de apoio e fortalecimento à agropecuária gaúcha, com o Programa Emergencial de Reconstrução do Agronegócio no Estado do Rio Grande do Sul (PERSul) e o Gabinete Itinerante, que contribuirão para a retomada das atividades agropecuárias na região. Além do suporte técnico (visitas,



equipamentos, maquinário), o Governo Federal alocou recursos para a recuperação estadual e autorizou a renegociação de dívidas de crédito rural com vencimento em 2024, visando mitigar perdas de renda devido às atividades agrícolas interrompidas.

Os laços internacionais foram fortalecidos, reafirmando a posição do Brasil no agronegócio global. As exportações do setor em 2024 totalizaram US\$ 164,4 bilhões, o segundo maior valor histórico (atrás de US\$ 167 bilhões em 2023). Esse valor correspondeu a 49% das exportações totais do país, evidenciando a resiliência do setor apesar da queda nos preços de algumas commodities. A diversificação da pauta exportadora foi crucial para este resultado, aumentando a competitividade brasileira no mercado global.

Com o fortalecimento das negociações bilaterais e o controle sanitário realizado pelo Brasil, foram alcançados novos recordes na abertura de mercados. Em 2024, foram abertos 222 novos mercados. Com isso, até o final de fevereiro de 2025, foram abertos 334 novos mercados, desde o início da gestão governamental atual.

O Brasil ampliou significativamente sua presença internacional com a criação de 11 novos postos de adidos agrícolas em regiões estratégicas, elevando para 40 o número total de adidâncias. Essa expansão representa um aumento de 38% na estrutura anterior e fortalece a inserção do agronegócio brasileiro no cenário global. Além disso, todos os países membros estendidos dos BRICS agora contam com novos postos, reforçando as relações comerciais e diplomáticas do Brasil com mercados estratégicos.

Outro destaque internacional foi a consolidação da liderança brasileira no Grupo de Trabalho de Agricultura do G20, durante a reunião realizada em Chapada dos Guimarães (MT). O evento reuniu 23 ministros e autoridades de quase 50 países, resultando na primeira declaração ministerial em cinco anos, com 38 tópicos divididos em quatro eixos temáticos. O documento enfatiza políticas para a sustentabilidade da produção, segurança alimentar e combate às mudanças climáticas.

O Brasil também avançou na sustentabilidade com o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas (PNCPD), que busca atrair novos investimentos estrangeiros.

Observa-se um aumento da presença brasileira no cenário global e da competitividade do setor. Além das relações internacionais, isso também é atribuído aos investimentos em pesquisa, tecnologia, infraestrutura e à eficiência da defesa sanitária.

Foram enfrentados desafios em 2024, seja pela presença de doenças, como o foco da Doença de Newcastle (DNC) identificado no Estado do Rio Grande do Sul em julho, seja pela presença de pragas, como o novo foco de monilíase no estado do Amazonas. Houve também atuação significativa no trabalho de identificação e retirada do mercado de produtos fraudados ou não adequados para o consumo, como café, vinhos, azeite de oliva, fertilizantes, defensivos agrícolas, entre outros. As ações constantes de fiscalização nas fronteiras brasileiras garantiram que riscos potenciais à produção agrícola brasileira fossem identificados e mitigados, representando um importante serviço realizado à sociedade.

Na área de saúde animal, foi formalizada em 2024 a solicitação de reconhecimento junto à OMSA para que o Brasil seja oficialmente declarado livre da febre aftosa sem vacinação. Essa decisão, que representa um marco na história da sanidade animal no país, é resultado de uma ampla mobilização de recursos e esforços coordenados para comprovar a ausência de circulação viral, com resultados esperados para maio de 2025.

No que se refere à Influenza Aviária de Alta Patogenicidade, foi estruturado um plano de contingência abrangente para as demandas laboratoriais decorrentes do estado de emergência sanitária. O Brasil permanece como um dos poucos países do mundo sem a ocorrência da doença em planteis comerciais.

Foi lançado o Plano Nacional de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos para fortalecer a logística de abastecimento e garantir o acesso da população, qualificando e aprimorando a rastreabilidade. Será implementado um sistema de identificação individual que permitirá



acompanhar e registrar o histórico, a localização atual e a trajetória de cada animal identificado. A medida fortalecerá os programas de saúde animal, incrementará a capacidade de resposta a surtos epidemiológicos e reforçará o compromisso do Brasil com o cumprimento dos requisitos sanitários dos mercados internacionais.

Houve avanços na modernização e digitalização dos processos finalísticos de defesa agropecuária. Entre as ações, destaca-se a implementação da assinatura eletrônica para a emissão de Certificados Sanitários Nacionais (CSN), utilizados no trânsito nacional de produtos de origem animal destinados à exportação. Isso proporciona mais agilidade, eliminando a necessidade de imprimir, carimbar e assinar fisicamente centenas de certificados diariamente.

Também foi implementado o módulo para emissão de certificados fitossanitários eletrônicos (e-Phyto), que facilita as exportações brasileiras de produtos de origem vegetal. O sistema possibilita a transmissão eletrônica segura e autenticada dos dados de certificação entre as Organizações Nacionais de Proteção Fitossanitária do país exportador e do país importador.

Por meio do Suasa e do Sisbi-POA, estados, municípios e consórcios públicos têm ampliado a equivalência dos serviços de inspeção ao padrão federal, permitindo a comercialização de produtos em todo o país, fortalecendo economias locais e garantindo qualidade e segurança. Em 2024, o Projeto ConSIM foi expandido de 12 para 39 consórcios municipais, abrangendo 17 estados e 1.800 municípios, enquanto o Paraná e o Rio Grande do Sul aderiram ao Sisbi-PEC, e Mossoró (RN) e o Rio Grande do Sul foram integrados ao Sisbi-POV, ampliando o alcance do Suasa em diferentes segmentos do agronegócio.

Em 2024, o Programa de Recuperação de Estradas Vicinais, executado pela Secretaria Executiva em parceria com as Superintendências Federais de Agricultura, investiu R\$ 514,9 milhões, totalizando mais de R\$ 1,5 bilhão desde o início da gestão governamental. A iniciativa visa melhorar o escoamento da produção agrícola e o acesso rural a serviços essenciais. Além disso, por intermédio da política de mecanização agrícola, o MAPA

aportou cerca de R\$ 430,5 milhões na aquisição de mais de 1.300 máquinas e equipamentos ao longo de 2024, o que contribuiu para o aumento da produtividade e da renda dos produtores.

Foram fomentadas ações de conectividade e impulsionadas iniciativas voltadas à promoção da sustentabilidade, com ênfase no incentivo à agricultura de baixo carbono e no crescimento do mercado de bioinsumos. Manteve-se o foco nas questões climáticas, assegurando que as políticas agrícolas se alinhem com as necessidades de adaptação e mitigação dos impactos das mudanças climáticas.

No Programa Rural+ Conectado, que visa ampliar a conectividade nas áreas rurais, em 2024, o MAPA apresentou junto ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) a necessidade de investimentos em infraestrutura de conectividade. Foram R\$ 400 milhões destinados, por meio de editais, à fibra óptica, redes 4G e 5G, internet, rádio, banda larga fixa e infraestrutura de torres, com foco nas comunidades rurais de municípios mais distantes, especialmente no Nordeste.

A Plataforma Agro Brasil+ Sustentável configura-se como a primeira solução dedicada à qualificação do setor agropecuário brasileiro, integrando dados oficiais do governo e informações fornecidas pelo mercado, incluindo certificações de conformidade emitidas por instituições especializadas. Essa plataforma tem como objetivo apoiar os produtores rurais no cumprimento das exigências socioambientais, tanto do mercado interno quanto externo, promovendo a sustentabilidade e a competitividade do agronegócio brasileiro.

A Embrapa foi contemplada com R\$ 983,4 milhões para investimentos ao longo de quatro anos, por meio do PAC, com o objetivo de promover a competitividade científica e tecnológica do agronegócio brasileiro. Esse investimento beneficiará todas as 43 Unidades Descentralizadas da instituição, impulsionando a pesquisa e a inovação em diversas regiões e contribuindo para o avanço do setor agropecuário do país.



O MAPA também tem se dedicado à reestruturação e modernização do INMET, com o objetivo de fortalecer suas capacidades operacionais e torná-lo uma referência tanto nacional quanto internacional na prestação de serviços meteorológicos. Como parte desse processo, foi implementado um Planejamento Estratégico para o período de 2025-2031. Para 2025, foram alocados R\$ 150,1 milhões em recursos para investimentos e custeio, incluindo a modernização de estações meteorológicas no Rio Grande do Sul, garantindo a atualização e a ampliação da infraestrutura necessária para um serviço de meteorologia mais eficiente e preciso.

Este Relatório de Gestão garante acesso às mais diversas ações desenvolvidas pelo MAPA, dá transparência para que a sociedade possa acompanhar o trabalho que vem sendo desenvolvido e colabora para novas participações de produtores, consumidores e gestores na construção das políticas públicas necessárias para o desenvolvimento da agropecuária nacional.

O ano de 2024 foi marcado por trabalho e progresso, com as contribuições da equipe do MAPA sendo importantes para os resultados alcançados. As ações visam continuar avançando e promovendo o desenvolvimento sustentável da agricultura brasileira.





2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

O Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) é o órgão da administração pública federal responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de insumos, bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

Assim, o Ministério da Agricultura busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o MAPA visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.



TEMAS DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O Relatório de Gestão é a peça central da prestação de contas que os responsáveis pela gestão de recursos públicos devem realizar a cada exercício. Seu objetivo principal é oferecer uma visão clara para a sociedade sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da Unidade Prestadora de Contas - UPC, no contexto de seu ambiente externo, contribuem para a geração de valor público em curto, médio e longo prazo, além de demonstrar e justificar os resultados alcançados em face dos objetivos estabelecidos.

Os tópicos que compõem este Relatório estão alinhados com a Decisão Normativa nº 198, de 23 de março de 2022, do Tribunal de Contas da União, a qual elenca os temas a serem abordados pela organização. Essa Decisão Normativa utiliza o modelo da Estrutura Internacional para Relato Integrado (EIRI) desenvolvido pelo Conselho Internacional para Relato Integrado (International Integrated Reporting Council - IIRC), que promove uma abordagem mais clara e eficiente no processo de elaboração do Relatório de Gestão.

O processo de construção do Relatório de Gestão é baseado ainda nas normas complementares para a prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, nos termos do inciso I do art. 2º; § 1º do art. 5º; inciso III e § 3º do art. 8º; § 3º do art. 9º; e art. 14 da Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020, do Tribunal de Contas da União. No MAPA, a Portaria MAPA nº 764, de 23 de janeiro de 2025, definiu os temas constantes do Relatório de Gestão 2024

IDENTIFICAÇÃO DO MAPA, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DE GOVERNANÇA

Para a consecução de seus objetivos, o MAPA conta com uma estrutura de quatro Secretarias Singulares, 27 Superintendências Federais de Agricultura nos estados, uma rede de 6 Laboratórios Nacionais de Defesa Agropecuária, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), que, ao todo, abrigam cerca de 6.674 servidores ativos espalhados por todo o Brasil. Como entidade vinculada à sua estrutura, também faz parte do Ministério a empresa pública Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O quadro a seguir traz a identificação detalhada da UPC, incluindo, ainda, os contatos do Ministério.

Quadro - Identificação detalhada do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Poder: Executivo		Órgão de vinculação: Presidência da República	Código SIORG: 00026
Identificação de Unidade Jurisdicional (UJ)			
Natureza Jurídica: Administração Direta		CNPJ: 00.396.895/0001-25	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6	
Código SIORG: 308793	Código LOA: 22000	Código SIAFI: 22000	
Contatos			
Telefones/Fax: 613218 -2000		Endereço eletrônico: ouvidoria@agro.gov.br	
Endereço postal: Esplanada dos Ministérios - Bloco D - CEP - 70.043.900		https://www.gov.br/agricultura/pt-br	

Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o Plano Estratégico do MAPA apresenta, de forma sintética, a Missão, a Visão de Futuro e os Valores do Ministério, conforme o quadro abaixo:

Quadro- Missão, Visão de Futuro e Valores.

Missão	Visão de Futuro	Valores
Promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias, em benefício da sociedade brasileira.	Ser reconhecido pela inovação, agilidade e qualidade na implementação de políticas públicas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias.	Comprometimento Ética Transparência Excelência Responsabilidade Foco dos Públicos-alvo Proatividade Integração

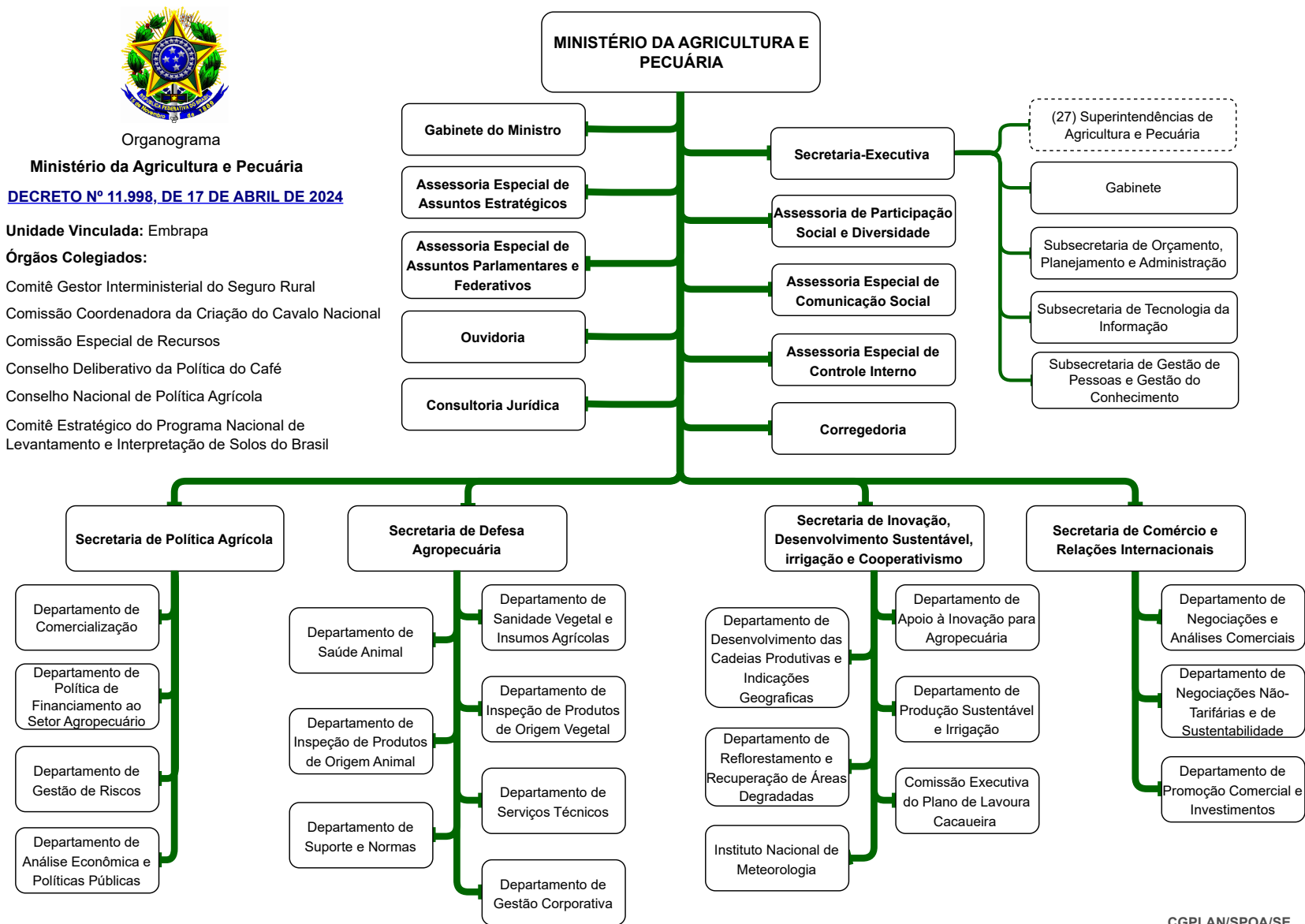
Quadro- Principais normas regulamentadoras da atuação do Ministério da Agricultura e Pecuária, e outros documentos relacionados.

Norma	Assunto	Endereço de Acesso
Constituição Federal, arts. 21, 22, 23, 24 e 87	Competências da União; Escolhas do Ministro de Estado e atribuições	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao compilado.htm
LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023	Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14600.htm#art78

Norma	Assunto	Endereço de Acesso
DECRETO Nº 11.998, DE 17 DE ABRIL DE 2024	Altera o Decreto nº 11.332, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura e Pecuária, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d11998.htm
DECRETO Nº 11.332, DE 1º DE JANEIRO DE 2023	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura e Pecuária e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11332.htm#art4
Decreto-Lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967	Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Texto compilado	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

Figura - Organograma da Estrutura Organizacional do Ministério da Agricultura e Pecuária, incluindo a estrutura de governança (Comitê Interno de Governança/GOVigov/MAPA).



CADEIA DE VALOR

A Cadeia de Valor é uma representação gráfica de como um órgão se organiza, a partir de seu conjunto de processos, para gerar valor à sociedade. No caso do MAPA, esse valor público está relacionado ao impacto social, econômico e político das ações, serviços e produtos desenvolvidos pelo próprio Ministério.

Figura - Diagrama da Cadeia de Valor do Ministério da Agricultura e Pecuária.

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS



MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA

PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E DIVERSIDADE		
Ouvidoria	Acesso à informação	Participação Social
GESTÃO ESTRATÉGICA		
Monitoramento e avaliação da estratégia	Planejamento estratégico	Gestão do portfólio de projetos
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO		
Gestão do Plano Plurianual	Gestão do Orçamento	

CONTROLE INTERNO		
Assessoria a auditorias e fiscalizações	Corregedoria administrativa	Gestão da integridade e da ética pública
Gestão de Riscos		
CONSULTORIA E ACESSORAMENTO JURÍDICOS		
Defesa, assessoramento e consultoria jurídica	Solução de litígios administrativos	

MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL		
Gestão de processos	Gestão de estruturas de governança	
Gestão do desempenho e contratualização de resultados		
COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS		
Gestão da comunicação	Gestão de relações parlamentares	
Gestão de relações institucionais e federativas	Gestão de relações e acordos internacionais	

MACROPROCESSOS DE SUPORTE

GESTÃO DE PESSOAS	
Promoção da qualidade de vida e a saúde no trabalho	Planejar e recompor a força de trabalho
Gerenciamento do recrutamento e seleção de pessoas	Gerenciamento do desempenho de pessoas
Desenvolvimento de pessoas	Administração de recursos humanos
GESTÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CUSTOS	
Programação financeira	Gestão contábil
Gestão financeira	Gestão de custos

GESTÃO DE TIC	
Desenvolvimento de sistemas de informação e transformação digital	Contratação de bens e serviços de TIC
Governança de TIC	Suporte e atendimento ao usuário
Gestão de infraestruturas e redes de TIC	
GESTÃO DE AQUISIÇÕES E PATRIMÔNIO	
Aquisição de bens e serviços	Gestão de materiais
Gestão de serviços terceirizados e zeladoria	Gestão de bens e patrimônio

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA		
Planejamento das transferências	Operacionalização das transferências	Gestão das transferências
Prestação de contas das transferência de recursos		
GESTÃO DA INFORMAÇÃO		
Gestão documental	Gestão do conhecimento	Gestão de dados

MODELO DE NEGÓCIO

O modelo de negócio é o sistema de transformação de insumos (capitais ou recursos) em produtos e impactos por meio das atividades do MAPA, a fim de cumprir seus objetivos estratégicos e gerar valor ao longo do tempo.

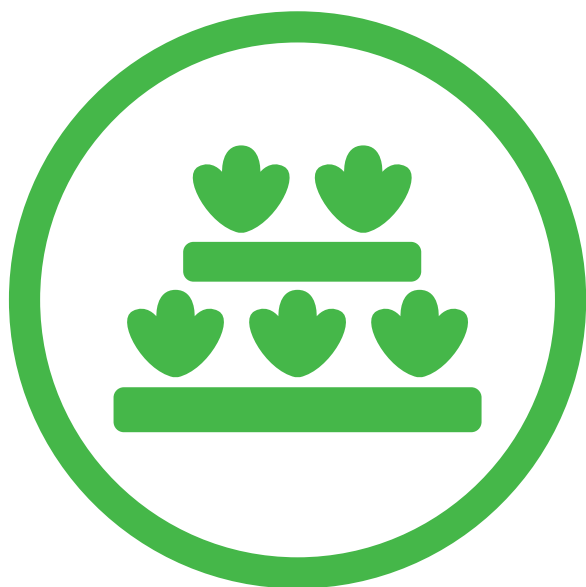
Figura - Modelo de negócio do Ministério da Agricultura e Pecuária.






PLANO PLURIANUAL

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento governamental de médio prazo, sendo previsto pela Constituição Federal de 1988. De acordo com o art. 165, § 1º da CF, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para os próximos quatro anos. O PPA é estruturado em Programas e cada um deles possui objetivo geral, além de objetivos específicos com entregas vinculadas e metas anuais próprias estabelecidas, que no seu conjunto refletem políticas públicas e orientam a atuação governamental.

O quadro a seguir indica os Programas do PPA 2024-2027 em que o Ministério atuou em 2024.



 DEFESA AGROPECUÁRIA	<p>Objetivo: assegurar a sanidade vegetal e a saúde animal, a qualidade, as práticas leais de produção e de comércio de produtos agropecuários, visando contribuir para a promoção da saúde pública e o desenvolvimento do setor agropecuário em benefício da sociedade brasileira, por meio da regulamentação, certificação, auditoria e fiscalização agropecuária.</p>
 AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL	<p>Objetivo: fomentar o desenvolvimento e a intensificação da produção agropecuária, com sustentabilidade ambiental, econômica e social, com vistas à segurança alimentar e diversificação energética.</p>
 PESQUISA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA	<p>Objetivo: fortalecer a capacidade do setor agropecuário na superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais, por meio da geração, compartilhamento e aplicação de conhecimento técnico-científico.</p>

PLANOS SETORIAIS, POLÍTICAS NACIONAIS E SUA VINCULAÇÃO COM O PPA

Além do Plano Plurianual (PPA), a Constituição Federal postulou a importância de outros instrumentos de planejamento governamental observarem alinhamento com o Plano Plurianual. Assim, o PPA deve estar em sintonia também com os planos e programas nacionais, regionais e setoriais. Estes instrumentos têm como objetivo garantir que as especificidades próprias de cada setor sejam observadas e atendidas pelas políticas públicas, em

consonância com o PPA e com as diretrizes das políticas nacionais afins. A figura a seguir indica os principais planos setoriais e políticas nacionais com atuação do Ministério e sua vinculação temática aos Programas do PPA 2024-2027. Outras políticas públicas relacionadas à área de atuação do MAPA podem ser encontradas no Catálogo de Políticas Públicas, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.



DEFESA AGROPECUÁRIA

Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos no âmbito da saúde única PAN-BR-AGRO 2023-2027

Plano de Contingência Laboratorial para Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP)

Plano de Defesa Agropecuária

Plano de Implementação para Espécies Exóticas Invasoras

Plano Estratégico Brasil Livre de Peste Suína Clássica, do Programa Nacional de Sanidade de Suídeos

Plano Estratégico do Programa Nacional da Erradicação da Febre Aftosa

Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal

Plano Nacional de Prevenção e Vigilância de Monilophthora roreri

Plano Plurianual do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - PPA-SUASA 2024-2027

Política de Defesa Agropecuária

Política de Fiscalização de Insumos Agrícolas

Programa de avaliação de conformidade de padrões físico-químicos e microbiológicos de produtos de origem animal comestíveis e água de abastecimento (PAC-POA)

Programa de Avaliação e Aperfeiçoamento da Qualidade dos Serviços Veterinários Oficiais - Quali-SV

Programa de Erradicação da Mosca da Carambola

Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária

Programa de Modernização da Defesa Agropecuária (ProDefesa)

Programa de Prevenção e Combate à Fraude e Clandestinidadade (PNFraude)

Programa de Segurança de Alimentos de Origem Vegetal (PSAOV)

Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteiras)

Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja - Phakopsora pachyrhizi (PNCFS)

Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja (Phakopsora pachyrhizi)

Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros (PNCRH)

Programa Nacional de Controle de Patógeno (PNCP)

Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal (PNCRC Vegetal)

Programa Nacional de Controle do Bicudo do Algodoeiro (PNCB)

Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT)

Programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivalves - MoluBis

Programa Nacional de Educação Sanitária em Defesa Agropecuária

Programa Nacional de Moluscos Bivalves Seguros - MoluBis

Programa Nacional de Monitoramento das Cadeias Produtivas dos Produtos de Origem Vegetal (PNMONITOR)

Programa Nacional de Monitoramento, Rastreabilidade e Certificação (PNMonitor)

Programa Nacional de Prevenção e Combate à Fraude e Clandestinidadade em Produtos de Origem Vegetal (PNFRAUDE)

Programa Nacional de Prevenção e Controle à doença denominada Huanglongbing (HLB) - PNCHLB

Programa Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos na Agropecuária - AgroPrevine

Programa Nacional de Prevenção e Vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina (PNEEB)

Programa Nacional de Prevenção e Vigilância de Pragas Quarentenárias Ausentes (PNPV-PQA)

Programa Nacional de Qualidade de Produtos de Origem Vegetal (PNQualipov)

Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA)

Programa Nacional de Sanidade de Caprinos e Ovinos (PNSCO)

Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos (PNSE)

Programa Nacional de Sanidade dos Suínos (PNSS)

Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA)

PESQUISA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA

Plano de Ação da Câmara do Agro 4.0

Plano Nacional de Agroenergia

Política de Desenvolvimento da Biotecnologia

Política de Pagamento por Serviços Ambientais

Política Nacional de Desenvolvimento Regional

Política Nacional de Inovação

Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Renovabio

Plano Nacional de pesquisa e inovação à cacauicultura da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

Plano de Ação da Câmara do Agro 4.0

Figura - Planos Setoriais e Políticas Nacionais com atuação do Ministério da Agricultura e Pecuária e sua vinculação com o PPA.

 **AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL**



 **AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL** /  **PESQUISA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA**

Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima

Plano Nacional para a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

Plano Nacional sobre Mudança do Clima

Política Nacional da Erva-Mate

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

Política Nacional de Biodiversidade

Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca

Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta

Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos

Política Nacional de Biocombustíveis

Política Nacional de Gestão de Riscos Agropecuários/ZARC.

 **AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL** /  **DEFESA AGROPECUÁRIA**

Plano Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite

Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Política Nacional de Incentivo à Produção Melífera e ao Desenvolvimento de Produtos e Serviços Apícolas e Meliponícolas de Qualidade

Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO)

Programa Mais Leite Sustentável

 **DEFESA AGROPECUÁRIA** /  **PESQUISA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA**

Plano Nacional de Fertilizantes

 **AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL** /  **DEFESA AGROPECUÁRIA** /  **PESQUISA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA**

Política Nacional de Incentivo à Ovinocaprinocultura

Plano Nacional de Desenvolvimento da Cadeia do Feijão e Pulses

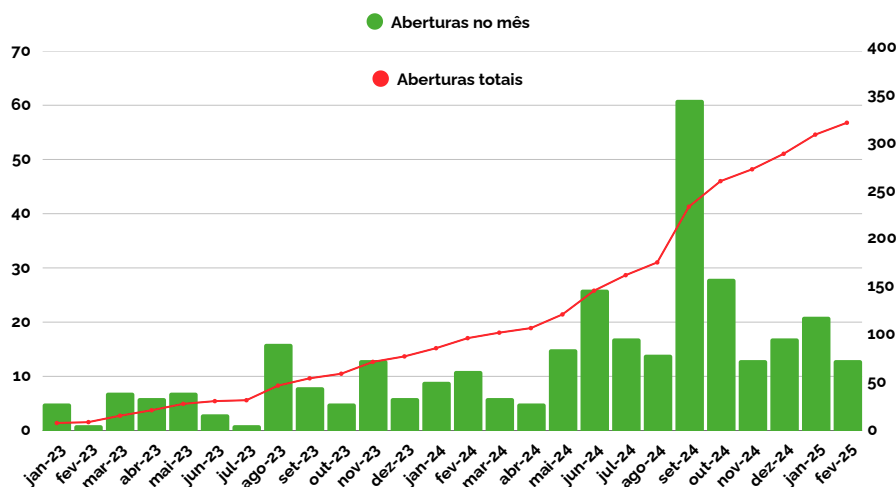
Política Agrícola

RELAÇÃO COM O AMBIENTE EXTERNO

No ano de 2024, foram abertos 222 novos mercados para a exportação de produtos agrícolas brasileiros no comércio internacional. Desde o início da série histórica, em janeiro de 2023, até fevereiro de 2025, já foram registradas 334 aberturas de mercado em aproximadamente 60 destinos diferentes nos cinco continentes.

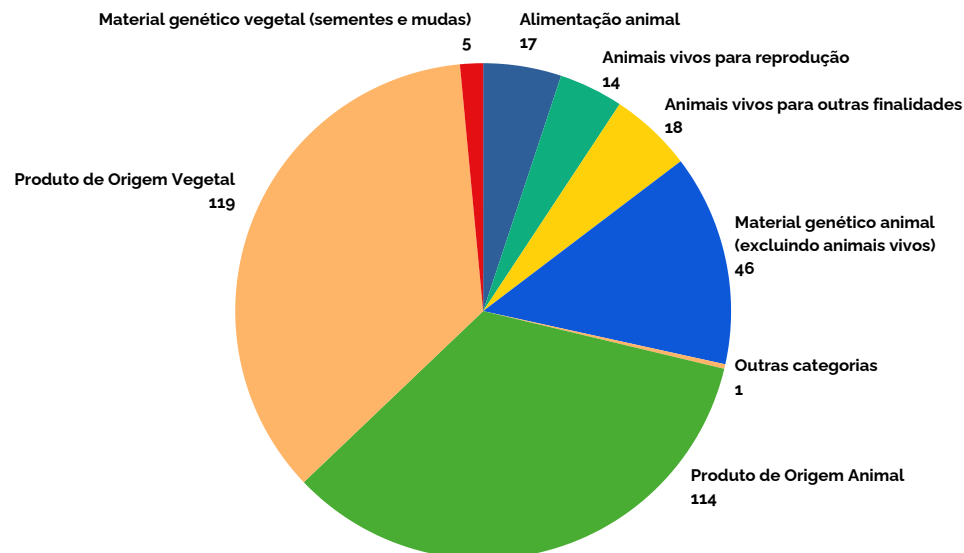
Esses resultados têm alcançado recordes quase todos os meses. Apenas em setembro, o melhor mês da série histórica, foram abertos 61 novos mercados em 14 países conforme gráfico a seguir:

Aberturas de mercado por mês e total



A diversificação inclui uma ampla gama de produtos além dos tradicionais, como carnes e soja, abrangendo pescados, sementes, colágeno, café verde e açaí em pó. A expansão de mercados internacionais tem sido essencial para o crescimento das exportações brasileiras como demonstrado a seguir:

Aberturas de Mercado por categoria



BALANÇA COMERCIAL

As exportações brasileiras do agronegócio atingiram US\$ 164,4 bilhões em 2024 (-1,3%), o segundo maior valor da série histórica. Esse número foi influenciado pela queda no índice de preço dos produtos exportados, que caiu 4,6%, mas, por outro lado, compensado pelo incremento da quantidade exportada (o índice de quantum das exportações cresceu 3,4%). Com esse valor exportado, o agronegócio respondeu por 49% das exportações totais brasileiras.

Os seis principais setores exportadores do agronegócio foram: complexo soja (US\$ 53,9 bilhões; -19,8% e 32,8% de participação); carnes (US\$ 26,2 bilhões; +11,4% e 15,9% de participação); complexo sucroalcooleiro (US\$ 19,7 bilhões; +13,3% e 12,0% de participação); produtos florestais (US\$ 17,3 bilhões; +21,2% e 10,5% de participação); café (US\$ 12,3 bilhões; +52,6% e 7,5% de participação); cereais, farinhas e preparações (US\$ 10,0 bilhões; -35,8% e 6,1% de participação). Estes seis setores foram responsáveis por 84,8% do valor total exportado pelo agronegócio brasileiro, uma

porcentagem 2,9 pontos percentuais inferior à registrada pelos mesmos setores em 2023. Com efeito, houve uma desconcentração das vendas externas para outros setores.

Em 2024, os principais recordes das exportações, em valor e quantidade, exportada foram:

- Açúcar de cana em bruto – US\$ 15,9 bilhões (+19,4%) e 33,5 milhões de toneladas (+23,8%);
- Café verde - US\$ 11,3 bilhões (+55,0%) e 2,8 milhões de toneladas (+30,8%);
- Algodão não cardado e não penteado - US\$ 5,2 bilhões (+67,7%) e 2,8 milhões de toneladas (+71,4%);
- Carne suína in natura - US\$ 2,8 bilhões (+7,6%) e 1,2 milhão de toneladas (+8,5%);
- Café solúvel - US\$ 899,1 milhões (+33,0%) e 90,9 mil toneladas (+13,9%);
- Bovinos Vivos - US\$ 850,3 milhões (+74,0%) e 373,6 mil toneladas (+87,3%);
- Feijões secos - US\$ 335,2 milhões (+164,2%) e 342,9 mil toneladas (+146,9%); e
- Sebo Bovino - US\$ 308,7 milhões; (+2,0%) e 320,0 mil toneladas (+30,7%)



AMPLIAÇÃO DA REDE DE ADIDOS AGRÍCOLAS: aumento de 29 para 40 adidâncias agrícolas. Esse é o maior aumento no número de representações diplomáticas com adidos agrícolas já implementado de uma única vez. Um total de 11 adidos iniciaram suas missões em 2024; os novos postos são: Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos; Abuja, Nigéria; Adis Abeba, Etiópia (incluindo União Africana, Djibuti e Sudão do Sul); Ancara, Turquia; Argel, Argélia; Daca, Bangladesh; Kuala Lumpur, Malásia (incluindo Brunei); Manila, Filipinas (incluindo Ilhas Marshall, Micronésia e Palau); Santiago, Chile; São José, Costa Rica; e Teerã, Irã. Dos 11 novos postos, 6 estão na Ásia, 3 na África, 1 na América do Sul, e 1 na América Central.

Com a ampliação, o Brasil passou a ter adidos agrícolas em sete países da África, além de aumentar a presença desses profissionais em importantes parceiros econômicos, potencializando as oportunidades para o setor, tais como as aberturas de mercado. Destaca-se que, desde 2023, aproximadamente 70% das aberturas de mercado ocorreram em países nos quais o Brasil conta com adidos agrícolas. Atualmente, além dos novos postos mencionados, há adidos agrícolas nos seguintes locais: África do Sul, Alemanha, Angola, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Canadá, China (dois adidos), Colômbia, Coreia do Sul, Egito, Estados Unidos da América, França (Organizações Internacionais Econômicas Sediadas em Paris), Índia, Indonésia, Itália (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura e aos Organismos Internacionais), Japão, Marrocos, México, Suíça (Organização Mundial do Comércio e outras organizações econômicas em Genebra), Peru, Reino Unido, Rússia, Singapura, Tailândia, Bélgica (União Europeia, Bruxelas, dois adidos) e Vietnã.

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

A Política de Gestão de Riscos e Controles Internos (PGRCI) desempenha um papel fundamental na governança efetiva de uma organização. Ela estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades para a administração de riscos e controles internos, visando impulsionar a melhoria contínua dos processos organizacionais e integrar a avaliação de riscos nas tomadas de decisão.

Em 2024, completaram-se 7 anos desde a implementação da PGRCI no Ministério da Agricultura e Pecuária. O processo de implementação progrediu gradualmente desde o seu início em 2017, com cada ano representando um avanço em direção ao amadurecimento institucional nessa área.

Com a criação do Subcomitê de Governança, Riscos e Controle, por meio da Resolução SE/MAPA nº 2, de 15 de fevereiro de 2024, pautou-se a atualização da PGRCI do Ministério da Agricultura e Pecuária, Portaria MAPA nº 70, de 3 de março de 2020, com o apoio dos membros desse Comitê, bem como das Unidades Gestoras de Riscos e Controles Internos.

Após discussões, foi aprovada a Portaria MAPA nº 743, de 18 de dezembro de 2024. Esse normativo pautará os trabalhos em gestão de riscos, a partir de 2025.

O objetivo do órgão é, continuamente, aprimorar a gestão dos riscos identificados em seus diversos processos, visando progredir na análise e mitigação das vulnerabilidades mais críticas, que podem afetar diretamente a realização dos objetivos estratégicos, o alcance da missão institucional e os resultados entregues à sociedade.

Apesar de não ter sido viável implementar completamente o Plano Setorial de Gerenciamento de Riscos, as informações e diretrizes estiveram disponíveis ao longo do ano para as Unidades Administrativas.



4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

VISÃO DE FUTURO E ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

A geração de valor no Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA se apoia, no curto prazo, em sua estrutura voltada a atender as entregas para a sociedade conforme estabelece a cadeia de valor identificada do órgão. Para o médio e longo prazo, essa criação se apoia, respectivamente, no Plano Plurianual – PPA e no Plano Estratégico Institucional – PEI do Ministério, instrumentos de planejamento adotados pela Administração Pública Federal.

Conforme apresentado no item 2 deste relatório, em sua estrutura o MAPA possui, além da Secretaria-Executiva, Corregedoria, Ouvidora, Consultoria Jurídica e demais assessorias que prestam auxílio ao Gabinete do Ministro; quatro secretarias finalísticas: Secretária de Política Agrícola; Secretaria de Defesa Agropecuária; Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo; e Secretaria de Comércio e Relações Internacionais.

- A **Secretaria de Política Agrícola** é responsável pelas iniciativas do Ministério relacionadas ao crédito e seguro rural, bem como temas que envolvem o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, comercialização de produtos agropecuários, abastecimento e análise econômica agrícola.
- A **Secretaria de Defesa Agropecuária** trata dos temas afetos à sanidade vegetal, saúde animal, registro e inspeção de produtos de origem vegetal e animal, de insumos agropecuários, e outros contemplados no escopo da defesa e vigilância em saúde agropecuária.
- A **Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo** atua na promoção de ações de fomento rural voltadas ao tema de cadeias produtivas, inovação agropecuária, irrigação, agricultura de baixa emissão de carbono, reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, e cooperativismo rural. Dispõem

ainda em sua estrutura da Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira – Ceplac, que é especializada em pesquisa e fomento no setor do cacau e do Instituto Nacional de Meteorologia – Inmet, principal órgão nacional na produção e divulgação de dados e informações meteorológicas e climáticas do país.

- A **Secretaria de Comércio e Relações Internacionais** desenvolve ações voltadas para a abertura de mercados internacionais para os produtos agropecuários brasileiros, no suporte às negociações comerciais, às não tarifárias do país relacionadas à pauta agropecuária, na promoção comercial e atração de investimento externos ao setor agropecuário brasileiro.

O Plano Plurianual – PPA é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, em que o governo expressa os objetivos, as diretrizes e as metas da Administração Pública Federal para os próximos quatro anos. O PPA 2024-2027, vigente no período a que se refere este Relatório de Gestão, apresentou três programas, com seus respectivos objetivos, sob responsabilidade do MAPA em 2024:

- **Programa 1144 - Agropecuária Sustentável.** Objetivo: fomentar o desenvolvimento e a intensificação da produção agropecuária, com sustentabilidade ambiental, econômica e social, com vistas à segurança alimentar e diversificação energética;
- **Programa 2302 - Defesa Agropecuária.** Objetivo: assegurar a sanidade vegetal e a saúde animal, a qualidade, as práticas leais de produção e de comércio de produtos agropecuários, visando contribuir para a promoção da saúde pública e o desenvolvimento do setor agropecuário em benefício da sociedade brasileira, por meio da regulamentação, certificação, auditoria e fiscalização agropecuária; e
- **Programa 2303 - Pesquisa e Inovação Agropecuária.** Objetivo: fortalecer a capacidade do setor agropecuário na superação dos

desafios econômicos, sociais e ambientais, por meio da geração, compartilhamento e aplicação de conhecimento técnico-científico.

Além de um objetivo geral, cada um desses programas contém um conjunto de objetivos específicos com entregas associadas e com metas anuais próprias, que contribuem para o cumprimento do objetivo do seu programa de vinculação.

Apresenta-se abaixo os objetivos específicos vinculados a cada programa do MAPA:

PROGRAMA 1144 - AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Ampliar o acesso do produtor rural aos instrumentos de mitigação de riscos climáticos;
2. Ampliar o acesso do produtor ao Crédito Rural;
3. Ampliar as informações oficiais disponibilizadas à sociedade, das ações que promovem o incremento da sustentabilidade;
4. Promover e ampliar a sustentabilidade da produção agropecuária e da pecuária familiar;
5. Promover o uso sustentável das florestas e as cadeias produtivas florestais em áreas de produção agrícola (em propriedades privadas);
6. Ampliar e diversificar a produção agropecuária e a apicultura, fruticultura e pecuária familiar, agregando valor aos seus produtos e serviços; e
7. Ampliar a oferta e o consumo de produtos orgânicos controlados e suas práticas legais de produção e comércio.

PROGRAMA 2302 - DEFESA AGROPECUÁRIA. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Fortalecer os mecanismos de saúde animal e de conformidade de insumos pecuários e produtos de origem animal, de modo articulado entre os entes do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA, assegurando a competitividade nacional e internacional;
2. Fortalecer os mecanismos de sanidade vegetal e de conformidade de insumos e produtos de origem vegetal assegurando a competitividade nacional e internacional; e

3. Fortalecer os serviços de vigilância agropecuária internacional, laboratórios oficiais, educação sanitária em atendimento às demandas da defesa agropecuária federal.

PROGRAMA 2303 - PESQUISA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Aumentar o compartilhamento, aplicação e geração de conhecimentos técnico-científicos para superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal; e
2. Ampliar as ações de PD & I em parceria com agentes dos ecossistemas de inovação nacionais e internacionais para o enfrentamento dos desafios de futuro dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal.

Ademais, como Ministério gestor de políticas públicas para o setor agropecuário nacional, o MAPA vincula-se, principalmente, ao Eixo 2 da dimensão estratégica do PPA 2024-2027, que versa sobre:

"Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática, que tem como propósito o crescimento do país tendo como base a economia inclusiva, pela produção e pelo consumo, na direção de uma sociedade justa e ambientalmente sustentável. São desafios centrais desse eixo o desenvolvimento com maior igualdade de oportunidades, uma prosperidade mais bem distribuída pelas regiões do país e o crescimento sustentável da economia, o que implica articular as agendas da inclusão e da redução das desigualdades com as da ampliação da competitividade, da produtividade e da sustentabilidade, na direção de uma economia cada vez mais verde e descarbonizada."

Neste eixo, o principal objetivo estratégico é o "2.3 - Fortalecer a agricultura familiar, o agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura". Para os indicadores-chave e as metas associadas aos objetivos estratégicos do eixo, o MAPA, em conjunto com o MCTI, propôs o indicador de razão da produtividade total dos fatores (PTF) e as emissões na agricultura, como sendo representativo do esforço de aumentar a produtividade total dos fatores com redução proporcional das emissões.

Em relação ao Planejamento Estratégico, ferramenta que permite uma organização estruturar um plano de ação dentro de um horizonte temporal determinado, e que auxilia a entender em que situação uma organização se encontra e onde ela pretende chegar, traçando um caminho para a consecução dos objetivos do plano. O Planejamento Estratégico caracteriza-se como um processo que envolve a análise, a criação de alternativas e a tomada de decisões sobre o propósito de uma organização, sobre o que ela faz e porque ela faz. Esta ferramenta foi amplamente adotada na Administração Pública, trazendo diversos benefícios, como elevação da eficiência, eficácia e efetividade para as organizações, aumento da racionalidade das decisões, redução de riscos e aumento das possibilidades de alcance dos objetivos traçados.

Como produto do planejamento estratégico espera-se um plano que apresente os desafios, a missão, a visão, os valores, os objetivos, os indicadores, as metas e as ações necessárias para alcançá-las. A Missão da organização, componente fundamental do Planejamento Estratégico, representa sua razão de ser e, na Administração Pública, dialoga com as atribuições legais do órgão, traduzindo essas atribuições de forma mais clara e objetiva. A Missão do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA é: "Promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias, em benefício da sociedade brasileira".

Tendo como base a Missão, é estabelecido um macro objetivo a ser alcançado em um determinado período, que é chamado de Visão de Futuro. A Visão de Futuro espelha o que a organização quer ser e como ela quer ser vista no fim do horizonte estratégico, no caso do MAPA, em 2031, horizonte atual de seu Plano Estratégico. A Visão de Futuro do MAPA é: "Ser reconhecido pela inovação, agilidade e qualidade na implementação de políticas públicas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias".

Em nossa Visão de futuro, são encontrados elementos que mostram que as ações do Ministério devem ser direcionadas para aprimorar aspectos de inovação, acelerar os processos para atendimento de suas demandas, manter e aprimorar a qualidade dos serviços prestados e ter sempre

como foco o desenvolvimento sustentável, nas suas três vertentes: econômica, social e ambiental. O amadurecimento das práticas de gestão da estratégia permite a contínua melhoria da qualidade e eficiência da atuação do MAPA na geração de resultados para a sociedade alinhados ao seu Plano Estratégico, contribuindo assim para a consecução de sua Visão de Futuro e em consonância com a sua Missão.

Para alcançar tal Visão de Futuro, é preciso estabelecer uma estratégia de atuação. A formulação da estratégia consiste na elaboração de um plano, partindo da análise da situação atual da organização, considerando a influência dos cenários. Essa estratégia é definida continuamente mediante a ferramenta do Planejamento Estratégico. Neste contexto, para organizar as suas ações, o MAPA elaborou o seu Plano Estratégico - PE para o período 2020-2031. Ele dá continuidade aos planos estratégicos elaborados em 2006 e 2016, que são marcos importantes na gestão estratégica do Ministério para a geração de valor em longo prazo.

O PE-MAPA 2020-2031 é aderente ao método Balanced Scorecard - BSC. Por meio de uma análise equilibrada sobre a instituição por diferentes perspectivas, o BSC trabalha com um conjunto de Objetivos Estratégicos, Indicadores de Desempenho, Metas e Iniciativas Estratégicas que colaboram para que a instituição alcance sua Visão de Futuro e cumpra a sua Missão. O BSC se baseia no estabelecimento e monitoramento contínuo de resultados, que mudam com o contexto organizacional e com a dinâmica da sociedade. Opõe-se à gestão burocrática, que evidencia a estrutura de poder e os sistemas de controle, enquanto a gestão por resultados busca a integração de objetivos institucionais ao cotidiano das pessoas na organização.

A Figura "Componentes da Gestão Estratégica Organizacional." mostra os principais elementos nos quais se apoia a gestão estratégica do MAPA.

Construção Coletiva



Os indicadores-chave, vinculados aos objetivos estratégicos, medem os resultados obtidos no período (e feitos/mudanças na realidade) gerados pela ação governamental. Para os objetivos estratégicos também foi adotado o sistema de bandas, que representa um intervalo, com limite de valores factíveis para a evolução de cada indicador no horizonte de tempo do PPA.

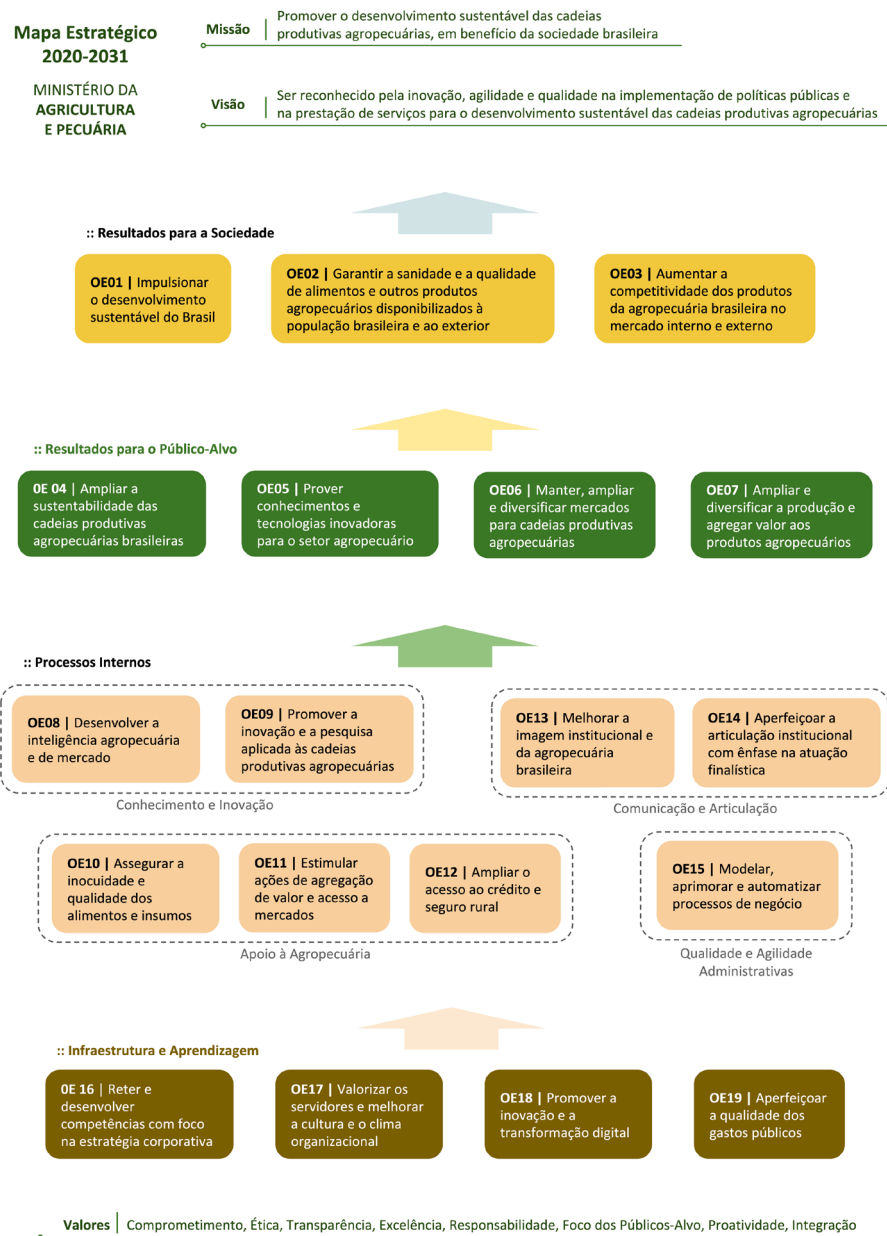
O PE-MAPA 2020-2031 trabalha com quatro perspectivas: Infraestrutura e Aprendizagem; Processos Internos; Resultados para o Público-alvo; e Resultados para a Sociedade. Cada Perspectiva é formada por Objetivos Estratégicos conexos, sendo definida uma carteira de Iniciativas Estratégicas que deve ser implementada para atingir esses Objetivos. Dessa forma, são essas Iniciativas que geram os resultados que contribuem para a consecução dos Objetivos Estratégicos e, concomitantemente, impactam as metas estabelecidas nos Indicadores de Desempenho.

Figura: Componentes da Gestão Estratégica Organizacional.



O MAPA Estratégico apresenta graficamente o conjunto de Objetivos Estratégicos, relacionados de forma causal, que terão de ser alcançados para a consecução da Visão de Futuro e o cumprimento da Missão do Ministério. Os Objetivos Estratégicos representam de maneira sintetizada o que se deseja alcançar e qual é a prioridade dentro das principais áreas de atuação do MAPA.

Figura: MAPA Estratégico do PE-MAPA 2020-2031.



ADERÊNCIA DO PLANO ESTRATÉGICO A OUTROS PLANOS DO GOVERNO

A estratégia do MAPA para alcançar seus Objetivos Estratégicos e sua Visão de Futuro está detalhada em seu Plano Estratégico, que deve estar alinhado aos principais instrumentos de planejamento governamental. Dessa forma, o vigente PE-MAPA 2020-2031 organiza a atuação do Ministério em sintonia com as diretrizes de médio e longo prazo do Governo Federal, como a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil (2020-2031), a plataforma Visão de Futuro do Agro Brasileiro, da Embrapa, e o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027.

A estratégia do MAPA busca articular ações de curto, médio e longo prazo, promovendo uma visão sistêmica de seu planejamento estratégico. A necessidade de alinhamento é prevista no próprio PPA, que determina que os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional elaborem ou atualizem seus Planos Estratégicos Institucionais de forma compatível não apenas com o PPA, mas também com os demais instrumentos de planejamento governamental. O PPA é a peça do planejamento governamental que estabelece diretrizes, objetivos e metas do governo para um período de quatro anos.

No contexto deste Relatório de Gestão, o PPA 2024-2027 estabelece três programas sob a responsabilidade do MAPA em 2024: **Programa 1144 - Agropecuária Sustentável, Programa 2302 - Defesa Agropecuária e Programa 2303 - Pesquisa e Inovação Agropecuária**. Alguns Objetivos Estratégicos do Ministério possuem relação direta com esses programas, enquanto outros impactam indiretamente diferentes iniciativas do PPA. Um mesmo Objetivo Estratégico pode estar associado a mais de um programa, reforçando a necessidade de um planejamento integrado e alinhado às diretrizes governamentais. A seguir, são apresentados os programas e seus respectivos Objetivos Estratégicos:

Programa 1144 - Agropecuária Sustentável

- OE04 - Ampliar a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias brasileira;
- OE06 - Manter, ampliar e diversificar mercados para cadeias produtivas agropecuárias;
- OE07 - Ampliar e diversificar a produção e agregar valor aos produtos agropecuários;
- OE11 - Estimular ações de agregação de valor e acesso a mercados; e
- OE12 - Ampliar o acesso ao crédito e seguro rural.

Programa 2302 - Defesa Agropecuária

- OE02 - Garantir a sanidade e a qualidade de alimentos e outros produtos agropecuários disponibilizados à população brasileira e ao exterior; e
- OE10 - Assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos.

Programa 2303 - Pesquisa e Inovação Agropecuária.

- OE05 - Prover conhecimentos e tecnologias inovadoras para o setor agropecuário; e
- OE09 - Promover a inovação e a pesquisa aplicada às cadeias produtivas agropecuárias.



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES, RESPONSÁVEIS, METAS E RESULTADOS EM 2024

No contexto do PE-MAPA 2020-2031, foram definidos 36 Indicadores de Desempenho para medir o progresso dos Objetivos Estratégicos. Esses indicadores, acompanhados de suas metas, fornecem informações contínuas sobre a evolução de cada objetivo ao longo do tempo. Além disso, cinco desses indicadores são compartilhados com o PPA 2024-2027, demonstrando o alinhamento entre esses dois instrumentos de planejamento.

A seguir, são apresentados os Objetivos Estratégicos, seus Indicadores de Desempenho, as unidades responsáveis, as metas pactuadas e os resultados alcançados no período.

OE01 - IMPULSIONAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BRASIL

Descrição: participar do desenvolvimento sustentável do país ao fomentar a produção agropecuária com respeito ao meio ambiente, gerar emprego e aumentar a renda, trazendo estabilidade no meio rural e aos agentes das cadeias produtivas agropecuárias, contribuindo também para a interiorização do desenvolvimento, o incremento da arrecadação de impostos e a geração de excedentes exportáveis que impactam a balança comercial brasileira.

INDO1.1 - VARIAÇÃO DO PIB DO AGRONEGÓCIO

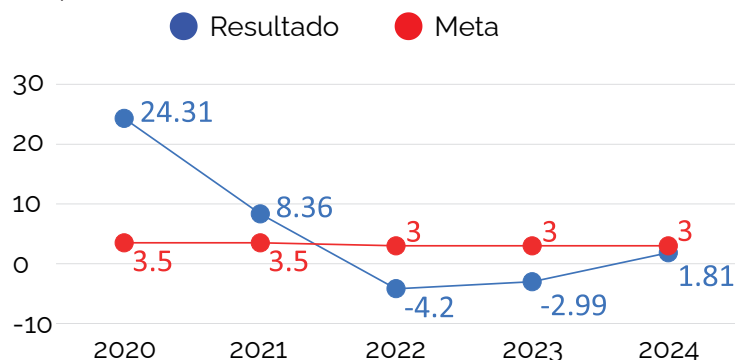
Finalidade: O desenvolvimento do país é alcançado com o desenvolvimento econômico e a melhoria da renda e da qualidade de vida da população. O PIB do agronegócio, conforme calculado pelo método desenvolvido pelo Cepea/Esalq-USP, é uma medida de crescimento econômico setorial, englobando todos os componentes das cadeias produtivas agropecuárias: insumos, pesquisa, maquinaria, produção, processamento, distribuição e demais serviços até o consumo final ou exportação.

Área Responsável: Secretaria de Política Agrícola - SPA

Meta para 2024: 3%

Resultado Apurado: 1,81%

Análise Crítica: O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro, registrou crescimento de 1,81%, no acumulado de 2024. Comparando o à meta do Indicador, alcançou 60,3% da meta para o período. O PIB do agronegócio brasileiro alcançou R\$ 2,72 trilhões no ano, sendo R\$ 1,9 trilhão referente ao ramo agrícola e R\$ 819,26 bilhões ao ramo pecuário, calculado a preços do quarto trimestre de 2024. Considerando o desempenho do PIB nacional no período, a participação do agronegócio na economia brasileira foi de 23,2% em 2024, ligeiramente abaixo dos 23,5% registrados em 2023. O Resultado foi impulsionado, por um lado, pelo aumento da produção, especialmente no setor pecuário, e, por outro, pelo avanço dos preços reais.



OE02 - GARANTIR A SANIDADE E A QUALIDADE DE ALIMENTOS E OUTROS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DISPONIBILIZADOS À POPULAÇÃO BRASILEIRA E AO EXTERIOR

Descrição: garantir a segurança dos alimentos e de outros produtos de origem agropecuária, em conformidade com as normas sanitárias, sem contaminação química ou biológica, aperfeiçoando os mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças.

IND02.1 - ÍNDICE DE CONFORMIDADE DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL

Finalidade: averiguar o nível de conformidade dos produtos de origem animal e vegetal fiscalizados em relação aos padrões de segurança estabelecidos.

Área Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

Meta para 2023: 81,00%

Resultado Apurado: 79,76%

Análise Crítica: Análise refere-se ao ano de 2023 para o componente de produtos de origem animal uma vez que os dados referentes a 2024 só serão coletados no primeiro semestre de 2025.

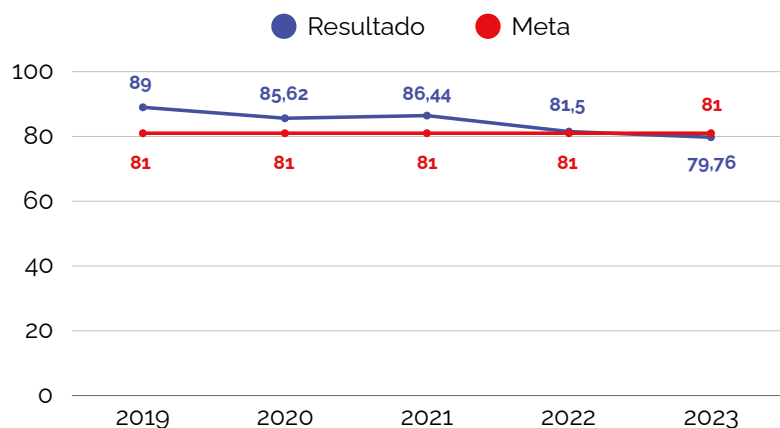
Em uma análise global, o indicador ficou ligeiramente abaixo da meta (atingiu 98,5% da meta prevista). Durante o ano de 2023 foram analisadas milhares de amostras de produtos de origem animal de diversas categorias - carne, pescado, leite, mel e ovos. Para atendimento aos critérios de qualidade microbiológica, foram feitas 3.459 análises e para os critérios físico-químicos foram realizadas 3.115 análises.

O índice de conformidade microbiológica foi de 90,34% e o índice de conformidade físico-química foi de 82,92%. Quanto à qualidade de produtos de origem vegetal, no ano de 2024 obteve-se um índice de conformidade de 68,425%, um valor consideravelmente abaixo da meta de 81% estabelecida, o que levou aos técnicos atuantes na área a realizar uma análise crítica dos fatores que contribuíram para esse dado. A falta de servidores nos estados foi um fator crítico. A fiscalização de produtos de origem vegetal exige uma equipe qualificada e em número suficiente para abranger a vasta gama de produtos e estabelecimentos existentes.

A sobrecarga de trabalho sobre os servidores existentes pode comprometer a qualidade e a abrangência da fiscalização. Ainda, o contingenciamento de recursos destinados à fiscalização, sejam eles financeiros ou materiais, é outro fator limitante. A falta de investimentos em equipamentos, tecnologia e infraestrutura dificulta o trabalho dos fiscais e impede que a fiscalização

seja realizada de forma eficiente e abrangente. A decisão de priorizar ações de combate à fraude e a fiscalização em estabelecimentos com maiores desconformidades atua no impacto no índice geral de conformidade.

Ao concentrar esforços em áreas de maior risco contribui para o não-alcance da meta. Para 2025, com novas estratégias de priorização de fiscalização (a serem melhoradas em função da análise dos dados de 2024) e com o eventual aumento do quadro com o ingresso dos novos Auditores Fiscais concursados, espera-se uma melhoria no indicador. Com esses resultados se mantém a estratégia do MAPA em garantir a sanidade e qualidade dos alimentos de origem animal fornecidos à população brasileira e ao exterior.



IND02.2 - PORCENTAGEM DE SUSPEITAS DE DOENÇAS DOS ANIMAIS ATENDIDAS PELO SERVIÇO VETERINÁRIO OFICIAL NO PRAZO REGULAMENTAR

Finalidade: reflete a capacidade técnica e estrutural dos Serviços Veterinários Oficiais para a efetiva prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais. Mede o percentual de atendimento das suspeitas das enfermidades no prazo legal (síndromes: vesicular, hemorrágica do suíno, respiratória e nervosa das aves).

Área Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA

Meta para 2024: 90,5%

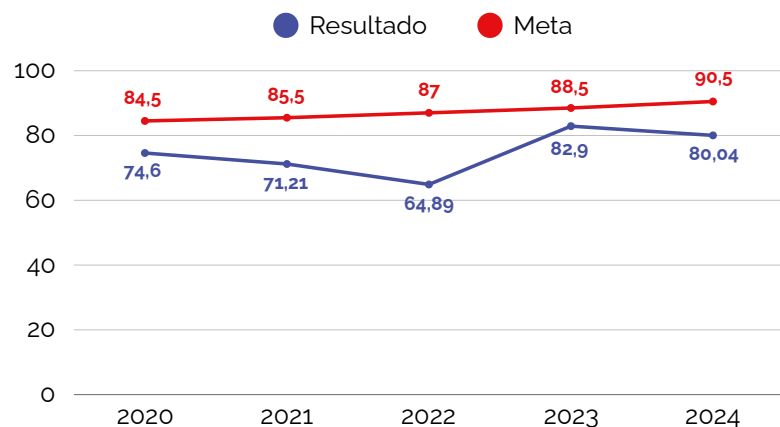
Resultado Apurado: 80,04%

Análise Crítica: O resultado do indicador IND02.2 - Porcentagem de suspeitas de doenças dos animais atendidas pelo Serviço Veterinário Oficial no prazo regulamentar, que considera as doenças-alvo das síndromes neurológica (encefalopatia espongiiforme bovina, raiva, encefalomielite), hemorrágica dos suínos (peste suína clássica e peste suína africana), respiratória e nervosa das aves (influenza aviária e doença de Newcastle) e vesicular (febre aftosa), foi de 80,04%, com base em informações registradas no e-Sisbravet.



O resultado de 2024 envolveu um total de 4.589 investigações de suspeitas de doenças das síndromes atendidas pelo serviço veterinário oficial nos estados. Esses resultados foram semelhantes aos apresentados em 2023 (4.522), com aumento significativo no número de investigações da síndrome vesicular. Destaca-se que o expressivo aumento no número

de investigações de síndrome vesicular em 2024 (+63% em relação a 2023) não comprometeu o percentual de atendimento a suspeitas no prazo regulamentar, majoritariamente nos estados do Paraná e Goiás. A pronta resposta às notificações de suspeitas de doenças, principalmente as emergenciais, permite a rápida detecção e contenção das ocorrências zoonosológicas, reduzindo os impactos econômicos e sociais ao país. Como exemplo, citamos o foco de Doença de Newcastle, em uma granja de frango de corte, detectado em julho de 2024, no estado do Rio Grande do Sul. O Serviço Veterinário Oficial atendeu prontamente à notificação e, após a confirmação do foco, todas as ações sanitárias foram imediatamente implementadas, contendo com rapidez e eficácia uma possível disseminação do agente viral. Ainda, a confirmação do foco sensibilizou ainda mais os produtores da região envolvida e todas as notificações recebidas na ocasião foram atendidas pelo Serviço Veterinário Oficial.



OE03 - AUMENTAR A COMPETITIVIDADE DOS PRODUTOS DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA NO MERCADO INTERNO E EXTERNO

Descrição: promover o aumento da produtividade da agropecuária brasileira por meio da promoção de inovações e sua incorporação na produção, com vistas a atender às demandas de consumo dos mercados interno e externo.

IND03.1 - PARTICIPAÇÃO ANUAL DAS EXPORTAÇÕES AGROPECUÁRIAS BRASILEIRAS NO COMÉRCIO MUNDIAL DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Finalidade: avaliar a representatividade das exportações agropecuárias brasileiras em relação ao comércio agropecuario mundial.

Área Responsável: Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI

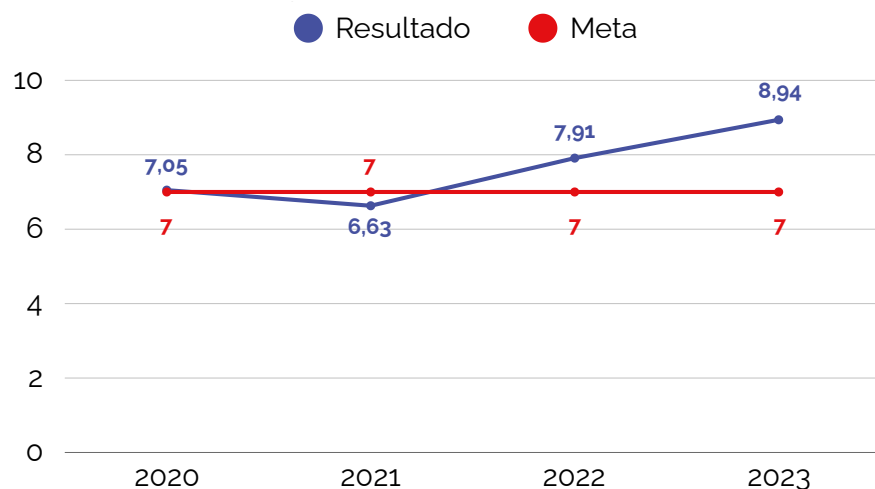
Meta para 2024: 7%

Resultado apurado: O resultado deste indicador será divulgado pela Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI), com previsão para julho de 2025. Diante disso, como o resultado não estará disponível a tempo, foram utilizados os parâmetros de 2023, em que a meta estabelecida era de 7% e o resultado alcançado foi de 8,94%, servindo de base para a análise.

Análise crítica: As importações agropecuárias mundiais diminuíram de US\$ 1,78 trilhão em 2022 para US\$ 1,68 trilhão em 2023. Com efeito, os números indicam que houve uma queda de 5,9% no valor do comércio mundial agropecuario em 2023. Esta redução é reflexo da diminuição dos preços de diversas commodities agropecuárias ao longo do ano 2023. O relatório do Banco Mundial possui uma série com o índice de preços dos alimentos. Em dezembro de 2023, o preço dos alimentos estava 7,4% inferior na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O auge dos preços dos alimentos de toda a série histórica, que começa em janeiro de 1960 (2010=100), ocorreu em maio de 2022, quando o índice atingiu 153,07 pontos. O índice de preços dos alimentos estava em 120,01 em dezembro de 2023. Não obstante a queda geral do índice de preço dos alimentos, as exportações agropecuárias mundiais cresceram 6,3% ao ano entre 2019 e 2023, porcentagem acima do comércio mundial total, que cresceu 5,3% ao ano no mesmo período, dessa forma a participação agrícola no comércio global subiu para 8,5%.

Nesse contexto de elevação do valor do comércio agropecuario, as exportações agropecuárias brasileiras subiram de US\$ 139,94 bilhões em 2022 para US\$ 150,02 bilhões em 2023. O aumento foi de 7,3%, com forte

alta dos quatro principais produtos exportados pelo país: soja em grãos (US\$ 53,24 bilhões; +14,4% em valor); milho (US\$ 13,47 bilhões; +11,5% em valor); açúcar de cana em bruto (US\$ 13,35 bilhões; +40,1% em valor); e farelo de soja (US\$ 11,50 bilhões; +11,2%). Estes quatro principais produtos responderam por 61,0% do valor total exportado em 2023. No ano anterior, 2022, a participação dos mesmos produtos foi de 56,1%. As exportações brasileiras tiveram elevação de US\$ 10,18 bilhões em valores absolutos na comparação entre 2022 e 2023 ou 7,3% de crescimento, portanto acima dos 6,3% de crescimento do comércio mundial agropecuário. Os quatro principais produtos exportados, acima relacionados, registraram elevação de US\$ 13,06 bilhões em exportações. Com o crescimento acima mencionado, a participação das exportações agropecuárias brasileiras subiu de 7,9% em 2022 para 8,9% em 2023. O principal motivo para esse crescimento de market share foi o aumento da participação brasileira nas exportações dos seguintes produtos: soja em grãos (de 46,5% de participação em 2022 para 54,4% em 2023); milho (de 18,2% de participação em 2022 para 23,9% em 2023); açúcar de cana em bruto (de 45,5% de participação em 2023 para 59,8% de participação em 2024); farelo de soja (de 26,2% de participação em 2022 para 31,2% em 2023).



OE04 – AMPLIAR A SUSTENTABILIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS BRASILEIRAS

Descrição: promover o crescimento da produção de alimentos e de matéria-prima para a geração de bioenergia, alinhada com as demandas da população mundial e comprometida com o uso racional dos recursos naturais.

INDO4.1 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS QUE UTILIZAM CRÉDITO OFICIAL ABC+ PARA ADOÇÃO DOS SISTEMAS, PRÁTICAS, PRODUTOS E PROCESSOS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS - SPSABC

Finalidade: O indicador se baseia na expansão da utilização das tecnologias do ABC+ (plano setorial para adaptação à mudança do clima e baixa emissão de carbono na agropecuária 2020-2030) nos municípios do Brasil. Os dados utilizados têm como fonte o Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro - SICOR.

Área Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - SDI

Meta para 2024: 3235

Resultado apurado: 3212

Análise crítica: O número de municípios brasileiros que adotaram tecnologias sustentáveis de produção e conservação de recursos naturais, conforme o Plano ABC+, atingiu 3.212 em 2024, representando 57,7% do total de municípios do país e 99,3% da meta planejada para o ano.

A evolução no número de municípios participantes variou 3,15% entre 2016-2019, 1,84% entre 2020-2023 e 1,94% em 2024, primeiro ano do PPA 2024-2027. Apesar dos desafios econômicos que impactaram a expansão do programa, observa-se um crescimento contínuo na adesão ao Plano ABC+, com aumentos sucessivos, incluindo um avanço de 1,9% entre 2023 e 2024.

A distribuição regional consiste em:

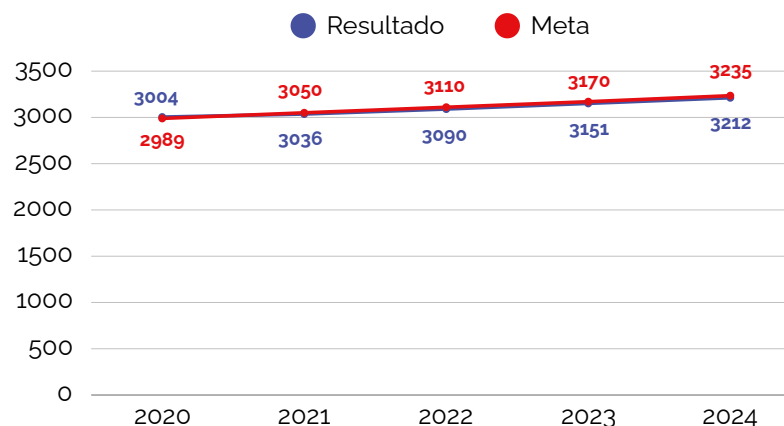


- Centro-Oeste: 92,7% (433 municípios);
- Sudeste: 74,7% (1.246 municípios);
- Norte: 67,3% (303 municípios);
- Sul: 64,9% (774 municípios); e
- Nordeste: 25,4% (456 municípios)

Em relação a 2023, a maior variação positiva foi registrada no Nordeste (+6,3%), seguido pelo Sudeste (+1,6%) e Sul (+1,4%), enquanto as regiões Centro-Oeste e Norte permaneceram estáveis.

Não obstante, entendemos que, o montante de recursos orçamentários para ações de fomento das tecnologias do Plano ABC+, é pequeno frente aos grandes desafios que o Plano se propõe, o que poderia fomentar de sobremaneira o conhecimento e compreensão e benefícios da adoção das tecnologias do Programa ABC (renomeado para Renovagro) a nível nacional.

NOTA: No ano de 2024, o indicador INDO4.1 foi a reformulação da sua descrição e da fonte de dados. No novo formato, o indicador específico que mensura o número de municípios que utilizam crédito oficial ABC+ para a adoção de sistemas, práticas, produtos e processos de produção sustentáveis (SPSabc). Além disso, a fonte de dados foi alterada: anteriormente baseada na linha de crédito do Programa ABC+, agora utiliza informações do Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR), o que pode representar uma mudança na metodologia de obtenção dos dados. Outra alteração relevante foi a mudança na responsabilidade pelo indicador, que antes estava sob a Secretaria-Executiva (SE) e agora passou para a Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo (SDI). Apesar dessas modificações, a periodicidade (anual), as metas estabelecidas para os anos de 2023, 2027 e 2031, e a unidade de medida (número de municípios) permaneceram inalteradas.



INDO4.2 - QUANTIDADE DE CADEIAS PRODUTIVAS COM INCORPORAÇÃO DE TECNOLOGIAS E SISTEMAS PRODUTIVOS SUSTENTÁVEIS

Finalidade: Quantificar usuários/propriedades rurais solicitantes de qualificação socioambiental do estabelecimento rural no âmbito da Plataforma AgroBrasil + Sustentável.

Área Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - SDI

Meta para 2024: 5.000

Resultado Apurado: 0

Análise Crítica: O indicador INDO4.2 apresentou como resultado no ano de 2024 o valor de 0 por constar de Programa novo, instituído pelo Ministro no dia 19/12/2024 e formalmente por meio da Portaria nº 745, de 20 de dezembro de 2024. A Plataforma AgroBrasil + Sustentável foi disponibilizada para acesso aos usuários no dia 02/01/2025, data que foi iniciada a contagem do número de acessos que consiste no método de cálculo do indicador.

NOTA: O indicador INDO4.2 - Quantidade de cadeias produtivas com incorporação de tecnologias e sistemas produtivos sustentáveis foi estabelecido para monitorar a adesão ao Programa AgroBrasil+ Sustentável. Sua criação reflete o compromisso do Ministério da Agricultura e Pecuária com a promoção da sustentabilidade na agropecuária, incentivando a adoção de práticas produtivas mais responsáveis ambientalmente e economicamente viáveis.

INDO4.3 - ÍNDICE DE ÁREAS EM SISTEMAS AGROFLORESTAIS – SAFS NO BIOMA AMAZÔNIA

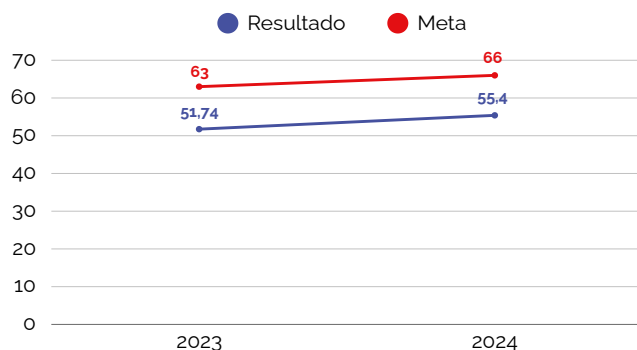
Finalidade: apurar o índice de áreas implantadas em Sistemas Agroflorestais - SAFs com cacauzeiros na Região Amazônica.

Área Responsável: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - Ceplac/SDI

Meta para 2024: 66%

Resultado Apurado: 55,40%

Análise Crítica: Para avançar na expansão do cultivo do cacauzeiro em SAFs no Bioma Amazônia e fortalecer a performance do indicador, faz-se necessário implementar ações no âmbito do sistema de governança da cadeia produtiva. Entre as medidas fundamentais, destaca-se a criação de fundos estaduais para fomentar os Sistemas Agroflorestais, bem como a ampliação da contratação de técnicos para atuar na Assistência Técnica e Extensão Rural.



Esses profissionais desempenham papel essencial na difusão e transferência de tecnologias voltadas para a correta condução das lavouras. No entanto, desafios como a necessidade de maior integração entre as Secretarias Municipais de Agricultura e demais parceiros institucionais precisam ser superados, visando ampliar a capacidade operacional nas regiões produtoras e consolidar a expansão sustentável dos SAFs no Bioma Amazônia.



OE05 - PROVER CONHECIMENTOS E TECNOLOGIAS INOVADORAS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO

Descrição: disponibilizar e disseminar conhecimentos e soluções tecnológicas (práticas, produtos e serviços), estimular a adoção de novas tecnologias (sensores, internet das coisas, geolocalização, irrigação, mecanização, robótica etc.), apoiar projetos e fomento para a modernização do setor agropecuário.

IND05.1 - INCREMENTO DO IMPACTO ECONÔMICO DAS SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS AGROPECUÁRIAS TRANSFERIDAS À SOCIEDADE.

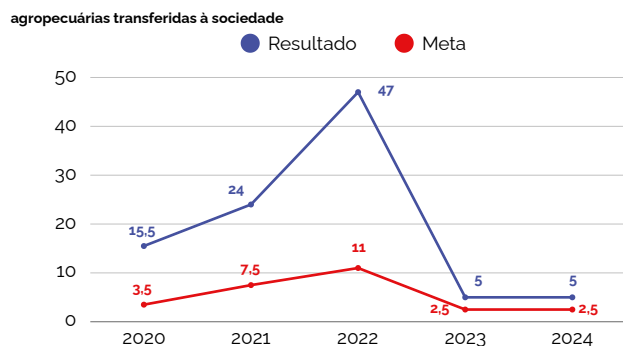
Finalidade: Prover informações sobre o incremento, em termos reais, do impacto econômico do conjunto de soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade, em relação ao valor referente a 2022 (valor base).

Área Responsável: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa

Meta para 2024: 2,5%

Resultado apurado: 5%

Análise crítica: O impacto econômico de uma seleção de soluções tecnológicas desenvolvidas pela Embrapa e incorporadas anualmente pelo setor produtivo agropecuário registrou um aumento de 5% em relação ao apurado na linha de base (quadriênio 2019-2022), o que supera a meta de 2,5% projetada para 2024. Esse aumento explica-se em razão da constante incorporação de novas tecnologias pelo mercado. Todos os anos é comum que tecnologias antigas sejam substituídas por novas, que apresentam vantagens comparativas proporcionando ao adotante uma maior rentabilidade. O Balanço Social da Embrapa, publicado anualmente há 27 anos, proporciona uma série histórica e apresenta o cálculo dos impactos multidimensionais das tecnologias, demonstrando o crescimento constante de benefícios econômicos e sociais advindos do desenvolvimento científico e tecnológico.



NOTA: A atualização do indicador IND05.1 - Incremento do impacto econômico das soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade trouxe mudanças significativas na base de comparação e nas metas estabelecidas.

A principal alteração foi a atualização do ano base para o cálculo do incremento do impacto econômico.

Anteriormente, o valor de referência era o ano 2018, enquanto na nova versão passou a ser 2022, refletindo um ajuste metodológico para considerar um período mais recente e alinhado com a evolução das soluções tecnológicas agropecuárias.

Apesar das mudanças, a finalidade do indicador permanece, assim como a Área Responsável, a periodicidade e unidade de medida.



IND05.2 - ÍNDICE DE ESTAÇÕES METEOROLÓGICAS OPERANTES

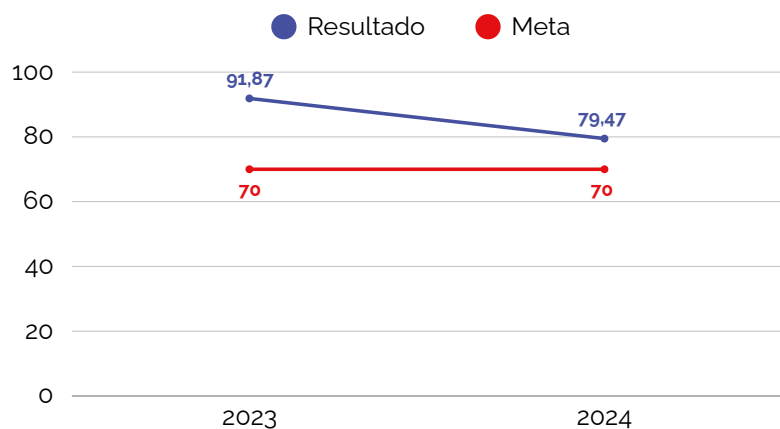
Finalidade: acompanhar o percentual de estações meteorológicas efetivamente operantes, cujos dados produzidos são a base para o monitoramento e a previsão de tempo e a emissão de avisos meteorológicos de tempo severo, contribuindo para aprimorar o conhecimento das condições meteorológicas por parte do setor agropecuário e da sociedade em geral.

Área Responsável: Instituto Nacional de Meteorologia - Inmet/SDI

Meta para 2024: 70%

Resultado Apurado: 79,47%

Análise Crítica: O Índice de estações meteorológicas operantes, referente ao ano de 2024, se manteve acima da meta estabelecida de 70% durante todo o ano de 2024. No final do período 31/12 o percentual era de 79,5%, logo acima da meta definida e próximo da meta prevista para 2025 pelo novo planejamento estratégico do INMET publicado em 28/11/2024.



OE06 - MANTER, AMPLIAR E DIVERSIFICAR MERCADOS PARA CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS

Descrição: aumentar a quantidade e diversidade de produtos agropecuários ofertados, preservando os clientes atuais e prospectando novos mercados.

IND06.1 - ABERTURA DE MERCADOS PARA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS BRASILEIROS

Finalidade: avaliar a capacidade do Brasil em acessar mercados para produtos agropecuários brasileiros.

Área Responsável: Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI

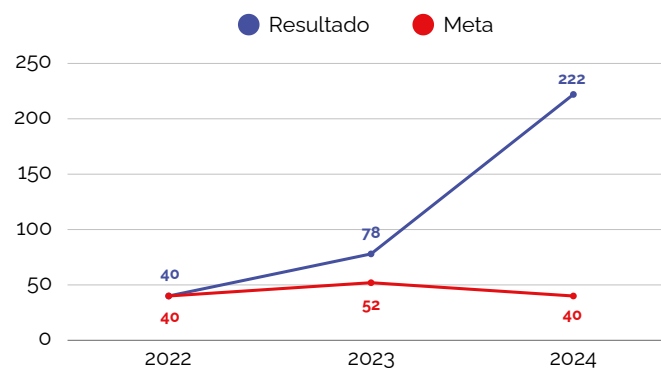
Meta para 2024: 40

Resultado Apurado: 222

Análise Crítica: O desempenho observado superou amplamente a meta inicial de 40 aberturas de mercado, alcançando um total de 225 aberturas. Este resultado representa um aumento de 462,5% em relação à meta estabelecida, evidenciando um desempenho excepcional da equipe.

Quanto à performance do indicador de aberturas de mercado foi notável. A equipe demonstrou uma capacidade extraordinária de execução e adaptação às condições do mercado. A eficiência operacional e a eficácia das estratégias implementadas foram fatores determinantes para o sucesso. Além disso, a comunicação e a colaboração entre os membros da equipe contribuíram significativamente para o alcance dos resultados.

Apesar do excelente desempenho, algumas restrições foram identificadas e devem ser superadas para manter o crescimento sustentável: Capacidade de Recursos: A alta demanda pode exigir uma revisão na alocação de recursos e possíveis investimentos em infraestrutura e pessoal.



OE07 - AMPLIAR E DIVERSIFICAR A PRODUÇÃO E AGREGAR VALOR AOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Descrição: ampliar e diversificar o conjunto de produtos agropecuários com atributos e características que resultem em um maior valor agregado, do ponto de vista ambiental, econômico e social.

IND07.1 - PERCENTUAL DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO ORGÂNICA CADASTRADAS

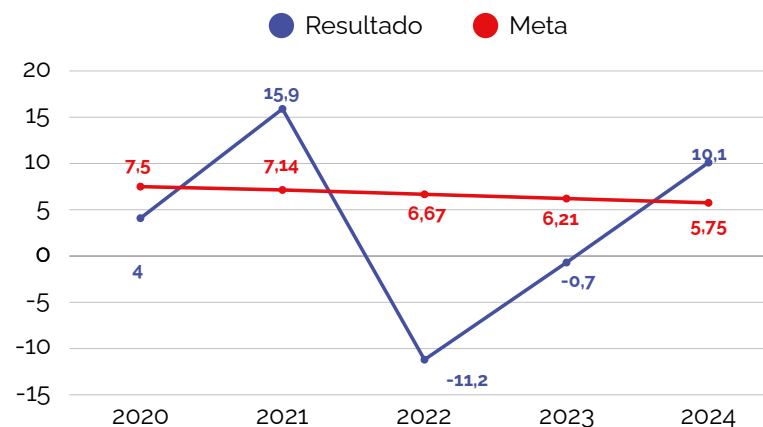
Finalidade: avaliar o impacto das ações de controle e fiscalização da rede de produção orgânica, assim como o impacto das políticas públicas de incentivo à produção orgânica e de base agroecológica, considerando a aplicação das normas para a produção orgânica que promovem a qualidade dos produtos e processos do ponto de vista ambiental, econômico e social.

Área Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

Meta para 2024: 5,75%

Resultado Apurado: 10,1%

Análise Crítica: O indicador superou a meta estabelecida para 2024, atingindo 10,1% frente à previsão de 5,75%. O desempenho positivo sugere impacto significativo das ações de controle e fiscalização da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), além do fortalecimento das políticas públicas de incentivo à produção orgânica e agroecológica. O crescimento acima do esperado pode estar associado à maior adesão dos produtores às normas de certificação, ao aumento da demanda por alimentos orgânicos e, no caso das Organizações de Controle Social (OCS), que apresentou aumento de 3,3%, decorreu da publicação do Edital SDA/MAPA nº 2, de 6 de junho de 2024, que tratou de Chamamento Público de Recadastramento das OCS, refletindo avanços na consolidação do setor no Brasil.



IND07.2 - NÚMERO DE CULTIVARES PROTEGIDAS E ESPÉCIES PASSÍVEIS DE PROTEÇÃO

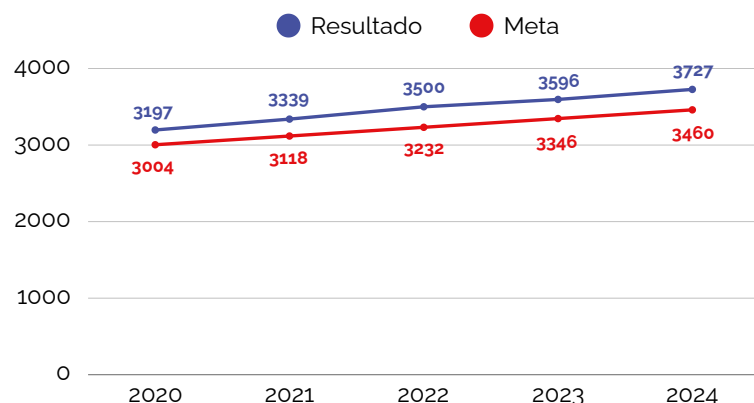
Finalidade: o incentivo para geração de novas cultivares passa pela garantia do direito de propriedade intelectual que possibilita o retorno financeiro ao investimento na pesquisa. Quanto maior o número de espécies incluídas no regime de proteção, maiores as opções de investimento por parte das empresas de melhoramento, além de propiciar a atração de investimentos externos. Com relação ao número de cultivares protegidas, quanto maior a quantidade, maior a probabilidade de acesso dos agricultores a variedades de plantas de alto potencial, refletindo no aumento de rentabilidade dos cultivos.

Área Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

Meta para 2024: 3460

Resultado Apurado: 3727

Análise Crítica: Os resultados alcançados em 2024 (3.727,5) superaram a meta (3460) prevista para o ano e tiveram um leve aumento de 7,7% comparado ao ano anterior. Atribui-se esse resultado à incorporação de um novo técnico à equipe, a qual tem auxiliado nas análises dos pedidos de proteção.



IND07.3 - QUANTIDADE DE PRODUTOS COM VALOR AGREGADO ADICIONAL

Finalidade: Quantificar produtos e/ou cadeias produtivas a que foram concedidos signos distintivos visando à agregação de valor.

Área Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo – SDI

Meta para 2024: 18.000

Resultado Apurado: 23.037

Análise Crítica: No que se refere ao Programa de Produção Integrada (PI-Brasil), conta com cerca de 16.668 produtores rurais certificados em todo o país até dezembro de 2024. Em relação ao Selos de Identificação Artesanal, quais sejam, o SELO ARTE e o Selo Queijo Artesanal, foram concedidos 721 no Exercício de 2024. O desempenho observado superou a meta em 27,5%, e deveu-se ao fato que o MAPA reconheceu mais 05 novos Programas de Boas Práticas Agrícolas (BPA), quais sejam:

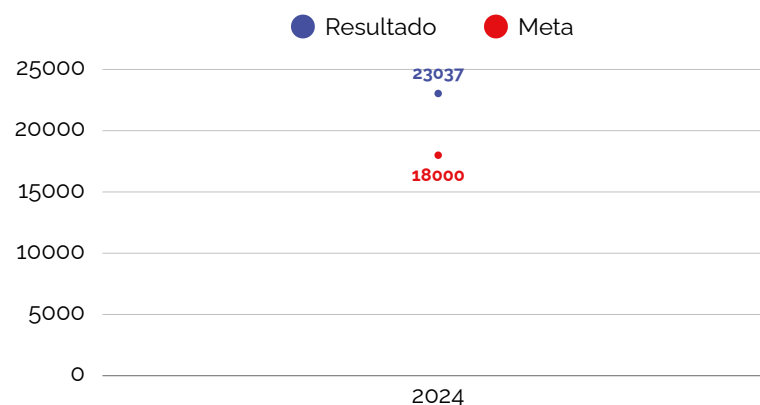
1. Programa Algodão Brasileiro Responsável para Unidades de Beneficiamento (ABR UBA), sob gestão e responsabilidade da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão - ABRAPA;
2. Programa Certifica Minas, sob gestão e responsabilidade da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SEAPA/MG);

3. Programa Selo Ambiental do Arroz Rastreado RS, sob gestão e responsabilidade do Instituto Rio Grandense do Arroz - IRGA; e
4. Protocolo de Sustentabilidade Cooxupé, sob gestão e responsabilidade da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda, perfazendo um total de 11 Programas de Boas Práticas Agrícolas (BPA), abrangendo aproximadamente 5.648 produtores certificados. Ressalta-se que o número de produtores brasileiros que adotam práticas sustentáveis, é bem superior, porém os mesmos não encontram-se incluídos nos Programas de BPA e PI Brasil, tendo em vista o caráter voluntário de adesão por parte dos produtores aos referidos Programas.

Assim consideramos, que as adesões aos Programas de BPA e PI Brasil serão incentivadas, pela subvenção prevista no Plano Safra, para aqueles produtores que estiverem vinculados a um dos referidos Programas.

NOTA: O indicador IND07.3 - Quantidade de produtos com valor agregado adicional foi criado para mensurar o número de produtos e/ou cadeias produtivas que receberam signos distintivos de agregação de valor.

A inclusão desse novo indicador, sob responsabilidade da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo (SDI), reflete a preocupação com a valorização da produção agropecuária nacional, incentivando práticas que diferenciam produtos no mercado, ampliem a competitividade e fortaleçam a identidade territorial e cultural das cadeias produtivas.



OE08 - DESENVOLVER A INTELIGÊNCIA AGROPECUÁRIA E DE MERCADO

Descrição: desenvolver um sistema de inteligência estratégica direcionado para a tomada de decisão pelo MAPA, Governo Federal, agentes econômicos e sociedade em geral, permitindo maior compreensão sobre o processo produtivo, o abastecimento, a segurança alimentar e a competitividade do país no mercado internacional.

IND08.1 - TAXA DE IMPLEMENTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

Finalidade: medir o nível de evolução do projeto de implementação do Observatório da Agropecuária Brasileira.

Área Responsável: Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos - AEST

Análise Crítica: Conforme registrado no Relatório de Gestão de 2021, o Projeto Estratégico "Implantar Observatório da Agropecuária Brasileira" foi concluído em 31/03/2021, após alcançar seu principal objetivo: integrar, sistematizar e disponibilizar informações sobre a agropecuária brasileira. O sistema permanece em constante evolução e está acessível a qualquer cidadão pelo seguinte endereço eletrônico: <http://www.gov.br/agricultura/pt-br/observatório>.

OE09 - PROMOVER A INOVAÇÃO E A PESQUISA APLICADA ÀS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS

Descrição: promover a realização das pesquisas necessárias à efetividade das atividades das cadeias produtivas agropecuárias com a adoção de seus resultados e/ou adaptação de práticas e técnicas inovadoras e sustentáveis.

IND09.1 - NÚMERO DE ATIVOS TECNOLÓGICOS E ATIVOS PRÉ-TECNOLÓGICOS DESENVOLVIDOS PELA EMBRAPA NO ANO

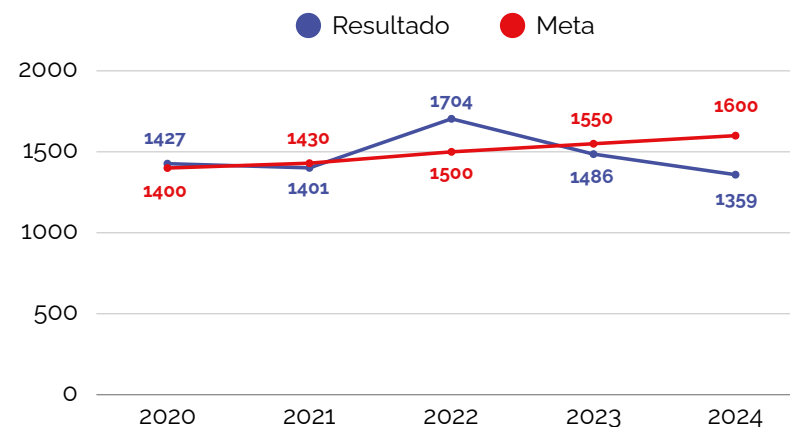
Finalidade: monitorar a quantidade de ativos tecnológicos e ativos pré-tecnológicos entregues pela programação de projetos de pesquisa da Embrapa anualmente.

Área Responsável: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa

Meta para 2024: 1600

Resultado Apurado: 1359

Análise Crítica: A programação de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) da Embrapa obteve, em 2024, montante de ativos no total de 1.359, indicando um alcance de 85% da meta. A programação entregou 576 ativos pré-tecnológicos (resultados que servem de base e/ou são embarcados em produtos e processos) e 783 ativos tecnológicos (produtos e processos produzidos como consequência final das ações desenvolvidas pelos projetos de PD&I). Esses ativos tecnológicos encontram-se em diversos níveis de TRL, de 1 a 9. A escala TRL (Technology Readiness Levels) indica a fase de desenvolvimento do ativo.



Alguns exemplos de ativos obtidos, em 2024, são: cultivar de arroz adaptada ao ambiente de terras altas, com rusticidade para recuperação de pastagens degradadas; cultivar de batata com qualidade e biofortificada, com elevados teores de ferro e ou zinco; cultivar de feijão comum com grãos carioca, resistência à murcha de fusarium e alto potencial produtivo; alimento terapêutico pronto para uso à base de babaçu para crianças de 6 meses a 5 anos; bioinseticida para utilização no controle da lagarta do cartucho *Spodoptera frugiperda*; protocolo de balanço

das emissões de GEE na pecuária leiteira; marcadores moleculares associados à resistência de clones de batata-doce aos nematoides das galhas; modelo para identificação de doenças do milho usando sinais cerebrais de fitopatologistas e aprendizado profundo; dentre outros.

É importante observar que projetos de PD&I têm duração média de 4 a 5 anos. Portanto, os resultados entregues pela programação são produtos de projetos iniciados há cerca de 4 a 5 anos. Ainda, houve redução de créditos disponíveis na LOA 2024 da ordem de 26,5%, aproximadamente. Isso impactou negativamente a programação de pesquisa da Embrapa e, conseqüentemente, a entrega de resultados (ativos).



IND09.2 - NÚMERO DE ATIVOS TECNOLÓGICOS E PRÉ-TECNOLÓGICOS QUALIFICADOS PELA EMBRAPA NO ANO

Finalidade: monitorar a quantidade de ativos tecnológicos e pré-tecnológicos qualificados pela Embrapa anualmente.

Área Responsável: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa

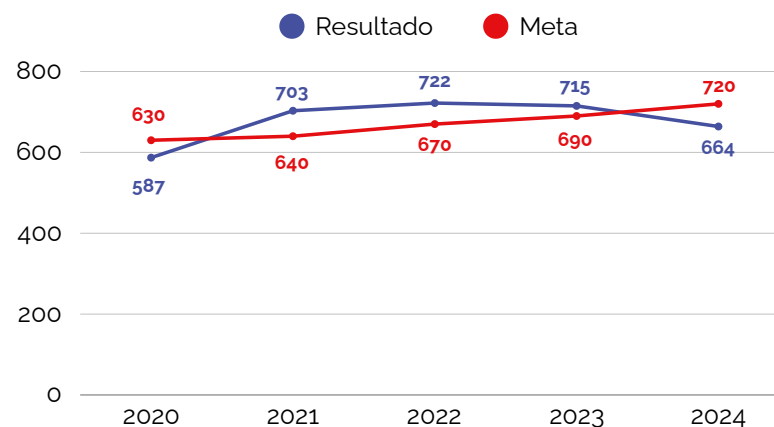
Meta para 2024: 720

Resultado Apurado: 664

Análise Crítica: Até o dia 14/03/2025, foram qualificados 658 ativos tecnológicos e 6 ativos pré-tecnológicos a partir de resultados de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) gerados em 2024 pela Embrapa. Do total de resultados, 31% são cultivares, 24% são práticas agropecuárias, 9% são processos para produção de produtos, 7% são softwares, 4% são sistemas de produção, 4% são ativos cartográficos, 3% são ingredientes e aditivos alimentares, 1% são metodologias e 17% são outros produtos (alimentos, bebidas, bioinsumos, fertilizantes, embalagens, máquinas, produtos terapêuticos, ativos cartográficos, dentre outros).

A partir da regionalização dos dados, que está relacionada à região geográfica para a qual o ativo é indicado, observa-se que a maior parte dos ativos gerados em 2024 e qualificados até o momento são indicados para a região Centro-oeste (66%), seguida da região Nordeste (60%), Sudeste (60%), Sul (59%) e Norte (48%).

É importante ressaltar que um ativo pode ser indicado simultaneamente para mais de uma região e, portanto, o somatório dos dados regionalizados não equivale ao indicador total. O valor obtido representa 92,2% da meta prevista para 2024. A qualificação de ativos é uma fase do desenvolvimento das tecnologias e o processo vem sendo impactado pela insuficiência de recursos orçamentários/financeiros.



IND09.3 - RECURSOS FINANCEIROS APLICADOS EM PESQUISA AGROPECUÁRIA

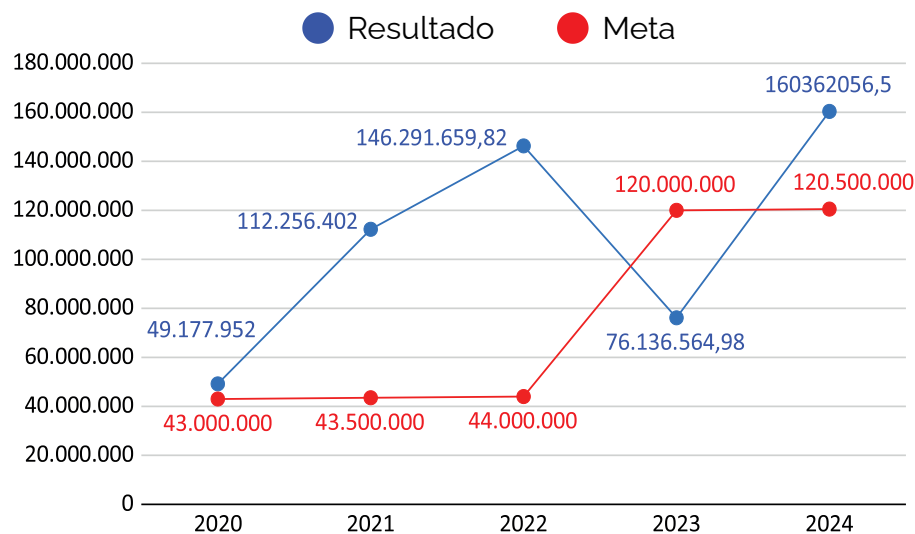
Finalidade: medir o volume de aplicações financeiras dirigidas a estudos e pesquisas do setor agropecuário.

Área Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - SDI

Meta para 2024: R\$ 120.500.000

Resultado Apurado: R\$ 160,362.056,50

Análise Crítica: Em 2024, o resultado relativo ao indicador 09.3 superou a meta prevista para o período, sendo investidos R\$160.362,056,50 pelo Mapa em ações relacionadas a pesquisa agropecuária. O que supera a meta em 33,08%. Além disso, estão sendo estruturadas ações estratégicas como a Política Nacional de Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para a Agricultura, Alimentação e Pecuária e o AgroHub Mapa CONECTA que serão importantes políticas públicas para atração de investimentos públicos e privados em pesquisa e inovação agropecuária.



OE10 - ASSEGURAR A INOCUIDADE E QUALIDADE DOS ALIMENTOS E INSUMOS

Descrição: assegurar a inocuidade e qualidade dos alimentos e insumos, por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças e dos instrumentos de fiscalização e auditoria dos processos de produção de produtos agropecuários.

IND10.1 - PERCENTUAL DE EMPRESAS FISCALIZADAS COM BASE EM ANÁLISE DE RISCO CONFORME PROGRAMAÇÃO ANUAL

Finalidade: Realizar fiscalização de estabelecimentos produtores de insumos pecuários e afins baseada em risco.

Área Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

Meta para 2024: 95%

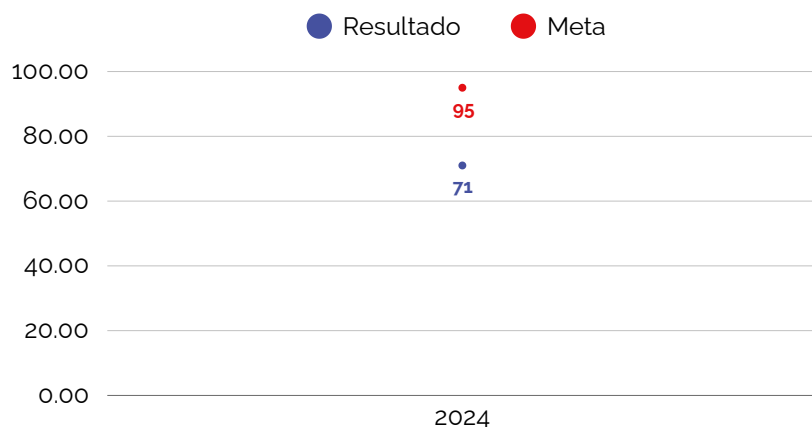
Resultado Apurado: 71%

Análise Crítica: A meta indicada inicialmente de 95% é uma meta ambiciosa para ser atingida, em função do número de servidores disponíveis no estado de São Paulo que possui, sozinho, hoje, cerca de 60% do parque industrial fabricante de produtos para uso veterinário. Através de mudanças no sistema de fiscalização, realizando fiscalizações documentais para as empresas de médio e baixo risco, somente para São Paulo, conseguiu-se aumentar o índice para 71% contra os índices inferiores a 40% obtidos anteriormente. Ao mesmo tempo, foi possível verificar empresas que não estavam executando a contento as autoinspeções, obrigatórias nesse tipo de estabelecimento.

Essas empresas que apresentaram resultados desfavoráveis na fiscalização documental, serão fiscalizadas presencialmente, no ano de 2025. Desta forma, consegue-se realizar um direcionamento melhor para as empresas que necessitam de fiscalizações presenciais.

NOTA: O indicador IND10.1 passou por uma reformulação para ampliar seu escopo e aprimorar a estratégia de fiscalização baseada em risco. O indicador anterior, Percentual de estabelecimentos fabricantes de

produtos de uso veterinário fiscalizados, que mensurava o percentual de estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário fiscalizados, foi substituído pelo novo IND10.1 - Percentual de empresas fiscalizadas com base em análise de risco conforme programação anual.



A principal mudança está na abrangência da fiscalização, que até o ano de 2023 se concentrava exclusivamente em fabricantes de produtos de uso veterinário e a partir de 2024 acrescentou os estabelecimentos produtores de insumos pecuários e afins, permitindo um monitoramento mais amplo e alinhado com práticas modernas de gestão de risco sanitário.

Além disso, a nova formulação mantém o princípio da fiscalização baseada em risco, mas com uma programação anual estruturada, visando aumentar a eficácia e eficiência das ações regulatórias da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA).

IND10.2 - PERCENTUAL DE AMOSTRAS ANALISADAS DENTRO DO PRAZO PREVISTO

Finalidade: Monitorar o cumprimento do prazo para processamento de amostras na Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária - LFDA, de forma a acompanhar o atendimento tempestivo das demandas laboratoriais da Defesa Agropecuária, por meio da análise dos percentuais de amostras processadas dentro do prazo previsto.

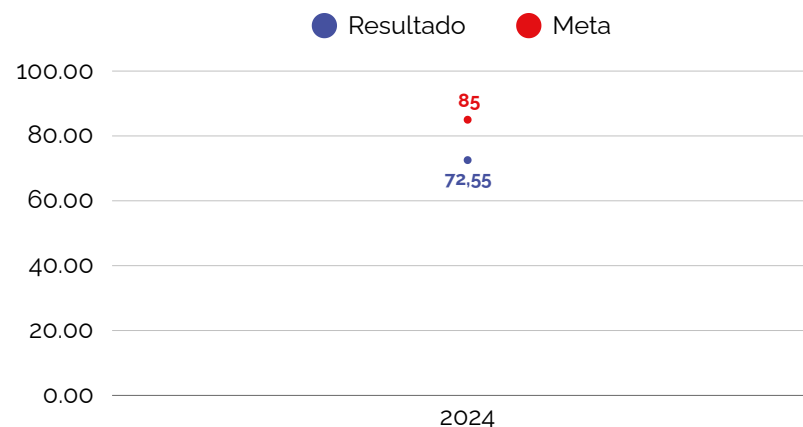
Área Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

Meta para 2024: 85%

Resultado Apurado: 72,55%

Análise Crítica: O percentual de amostras analisadas dentro do prazo previsto pela Rede LFDA apresentou um resultado ligeiramente abaixo da meta prevista em função do maior tempo necessário para a execução das análises de diagnóstico sanitário (doenças de animais), as quais, devido ao grande volume de demandas, associado aos complexos procedimentos de aquisição dos kits de diagnóstico impactam diretamente no indicador em referência.

NOTA: O indicador IND10.2 passou por uma reformulação para aprimorar o monitoramento da eficiência da Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA), com o objetivo de enfatizar a tempestividade das análises laboratoriais, garantindo que as amostras sejam processadas dentro dos prazos estabelecidos.



OE11 - ESTIMULAR AÇÕES DE AGREGAÇÃO DE VALOR E ACESSO A MERCADOS

Descrição: promover a valorização de produtos agropecuários nacionais, por meio da agregação de valor advindo de: marcas coletivas, indicação geográfica, produção artesanal, sistemas de certificação, entre outros, fomentando a organização social e o cooperativismo.

IND11.1 - RECONHECIMENTO DE PROGRAMAS SUSTENTÁVEIS DAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS

Finalidade: Medir o esforço do MAPA em prover o reconhecimento de novos programas com os requisitos mínimos necessários ao enquadramento da ação como promotora das Boas Práticas Agropecuárias.

Área Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - SDI

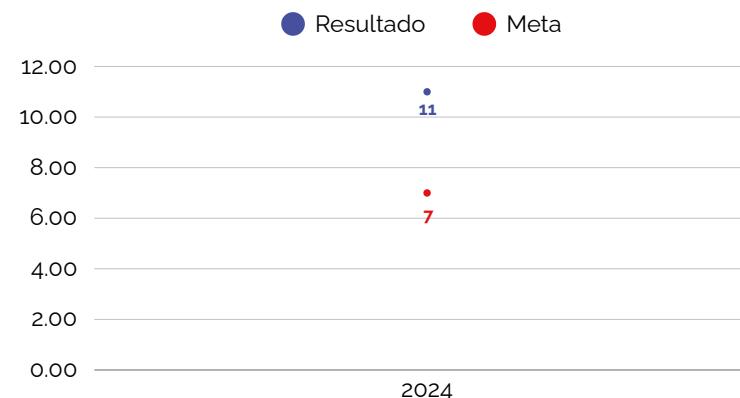
Meta para 2024: 7

Resultado Apurado: 11

Análise Crítica: O indicador IND11.1 espelha o quantitativo de Programas de promoção de boas práticas agrícolas (BPA) sob gestão de entes públicos e privados, que receberam do MAPA o reconhecimento, nos termos da Portaria MAPA n. 337 de 8 de novembro de 2021. No ano de 2024 foram reconhecidos pelo MAPA 11 Programas de Certificação de BPAs.

NOTA: O indicador IND11.1 foi criado para mensurar o esforço do Ministério da Agricultura e Pecuária em prover o reconhecimento de novos programas que atendem aos requisitos mínimos necessários para a promoção das Boas Práticas Agropecuárias (BPA).

A inclusão deste novo indicador reflete o compromisso com a sustentabilidade das cadeias produtivas agropecuárias. Visa incentivar a adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis, promovendo a conformidade ambiental e o fortalecimento das iniciativas públicas e privadas voltadas para a certificação de boas práticas.



Foram alcançados um nº de 107 Municípios Beneficiados em todo o país.

Fonte: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/acompanhamento-e-controle/fust>

OE12 - AMPLIAR O ACESSO AO CRÉDITO E SEGURO RURAL

Descrição: elevar o apoio financeiro aos produtores rurais para implantação, modernização e ampliação da produção agropecuária no estabelecimento rural. Ofertar, ao produtor rural, a proteção da produção contra os riscos advindos de fatores climáticos, a fim de minimizar perdas na produção agrícola.

IND12.1 - VOLUME DE CRÉDITO RURAL OFICIAL CONTRATADO NO ANO CIVIL DE REFERÊNCIA.

Finalidade: Avaliar o aumento da quantidade, em reais, de crédito rural liberado

Área Responsável: Secretaria de Política Agrícola - SPA

Meta para 2024: R\$ 328.858.954.810,74

Resultado Apurado: R\$ 309.739.620.609,89

Análise Crítica: As metas vigentes para o período 2024 a 2031 no âmbito do relatório de gestão deste Ministério devem ser ajustadas, pois incluem os números de contratos concedidos aos agricultores familiares. Esse ajuste torna o indicador mais aderente e preciso quanto à mensuração

do desempenho deste órgão. Diante disso, as novas metas para este indicador são: 2024 - R\$ 328.858.954.810,74; 2025 - R\$ 320.875.990.652,05; 2026 - R\$ 331.639.478.798,07; 2027 - R\$ 341.376.238.191,42; 2028 - R\$ 350.265.203.084,47; 2029 - R\$ 358.442.258.121,08; 2030 - R\$ 366.013.028.583,07; 2031 - R\$ 373.061.247.261,33.

Quanto ao desempenho, verifica-se que 94% (noventa e quatro por cento) da meta foi atingida, ficando aquém do estimado para 2024. Isso ocorreu, devido aos eventos climáticos nas regiões Centro-Oeste e Sul, à queda dos preços internacionais das commodities agrícolas, às taxas de juros domésticas mais altas do que inicialmente projetadas e à menor capacidade de pagamento dos produtores rurais. Ademais, ressalta-se que a operacionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) ocorre por intermédio de instituições financeiras e cooperativas de crédito fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil (BCB) e, por isso, se submetem a requisitos e parâmetros de exigência de capital e de exposição a risco que ficam mais restritivos em conjunturas incertas ou voláteis como a vivenciada no ano passado.



NOTA: O indicador IND12.1 foi reformulado para aprimorar o acompanhamento do crédito rural oficial. O indicador anterior, que media a taxa de crescimento das contratações de crédito rural, foi substituído pelo novo IND12.1 - Volume de crédito rural oficial contratado no ano civil.

A principal mudança está na forma de mensuração: enquanto o indicador antigo analisava o percentual de crescimento anual das contratações de crédito, o novo indicador passa a monitorar o volume total de crédito rural contratado, expresso em reais correntes.



IND12.2 - REALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE CRÉDITO RURAL

Finalidade: Avaliar a quantidade de contratos de crédito rural liberados.

Área Responsável: Secretaria de Política Agrícola - SPA

Meta para 2024: 520.998 contratos

Resultado Apurado: 510.827 contratos

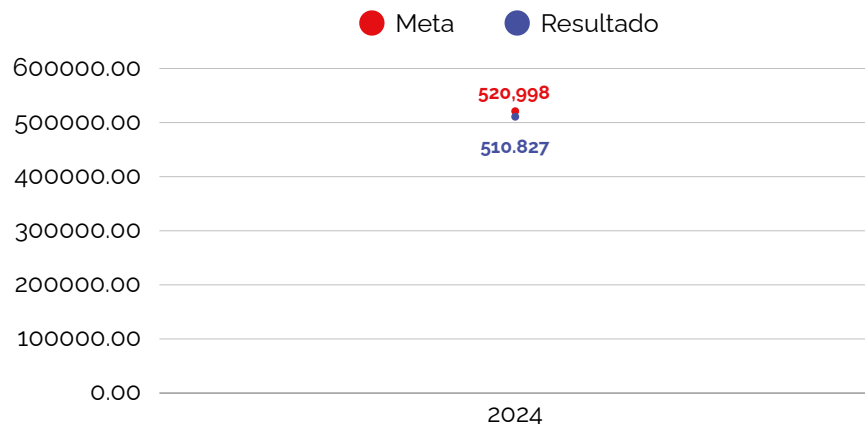
Análise crítica: As metas vigentes para o período 2024 a 2031 no âmbito do relatório de gestão deste Ministério devem ser ajustadas, pois incluem os números de contratos concedidos aos agricultores familiares. Esse ajuste torna o indicador mais aderente e preciso quanto à mensuração



do desempenho deste órgão. Diante disso, as novas metas para este indicador são: 2024 - 520.998; 2025 - 518.193; 2026 - 517.492; 2027 - 516.905; 2028 - 516.405; 2029 - 515.971; 2030 - 515.591; 2031 - 515.254 contratos.

O desempenho alcançado foi de 98% (noventa e oito por cento) da meta prevista, ficando abaixo do esperado para 2024. Esse resultado foi influenciado por fatores como eventos climáticos adversos nas regiões Centro-Oeste e Sul, queda nos preços internacionais das commodities agrícolas, taxas de juros domésticas mais altas do que o projetado e a redução da capacidade de pagamento dos produtores rurais. Além disso, é importante destacar que a operacionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) ocorre por meio de instituições financeiras e cooperativas de crédito fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil (BCB). Essas instituições seguem exigências de capital e parâmetros de exposição a risco, que se tornam mais restritivos em momentos de instabilidade econômica, como o ocorrido no último ano.

IND12.2 - Realização de Contratos de Crédito Rural



IND12.3 - PERCENTUAL DE ACESSO AO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL - PSR

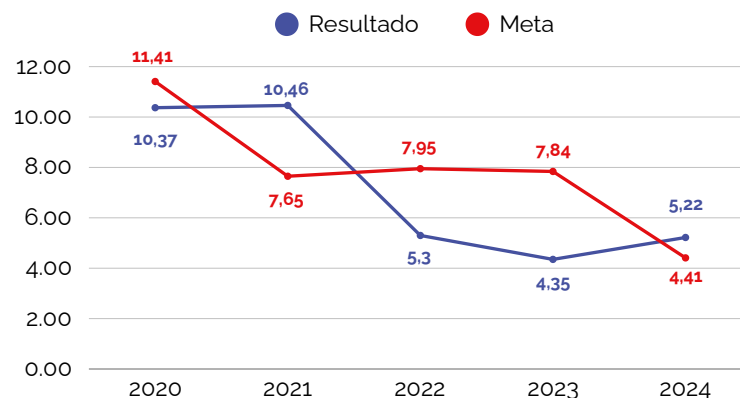
Finalidade: indicar o quanto o MAPA estendeu o acesso ao seguro rural subvencionado em termos de número de produtores rurais beneficiados, mensurado de forma indireta por meio do número de apólices de seguro rural subvencionadas e extensão de área segurada no âmbito do PSR, em relação aos números agregados para o Brasil.

Área Responsável: Secretaria de Política Agrícola - SPA

Meta para 2024: 4,41%

Resultado Apurado: 5,22%

Análise Crítica: Em 2024, foram disponibilizados inicialmente recursos da ordem de R\$947 milhões para custear as despesas do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Durante o ano, foi aprovada a edição da Medida Provisória N° 1.246, de 18/07/2024, que destinou aproximadamente R\$210,9 milhões em crédito extraordinário para subvencionar exclusivamente apólices de produtores gaúchos, em virtude das enchentes que assolaram aquele estado.



Considerando o montante total disponível, foram utilizados R\$1,072 bilhão para subvencionar 138.101 apólices, beneficiando mais de 86 mil produtores rurais, abrangendo 7,3 milhões de hectares segurados e garantindo capitais da ordem de R\$51,6 bilhões. A disponibilização do crédito extraordinário

refletiu em um índice apurado de 5,22% no ano passado, ligeiramente superior ao patamar atingido no ano anterior, superando igualmente a meta de 4,41% estimada para 2024.

NOTA: O indicador "Percentual de acesso ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR", anteriormente identificado como IND12.2, passa a ser denominado IND12.3. Essa atualização visa ajustar a estrutura de numeração dos indicadores, garantindo melhor organização e coerência na gestão das metas e resultados.

OE13 - MELHORAR A IMAGEM INSTITUCIONAL E DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

Descrição: ampliar a percepção positiva do MAPA com os agentes e representantes das cadeias produtivas agropecuárias, do governo e da sociedade, com foco na disseminação de informações técnico institucionais de suas atividades. Fortalecer a inserção das cadeias produtivas agropecuárias no mercado externo, buscando seu reconhecimento no mercado interno.

IND13.1 - TAXA DE NOTÍCIAS ESPONTÂNEAS FAVORÁVEIS VEICULADAS NA MÍDIA SOBRE O MAPA

Finalidade: medir a quantidade de notícias espontâneas favoráveis em relação ao total.

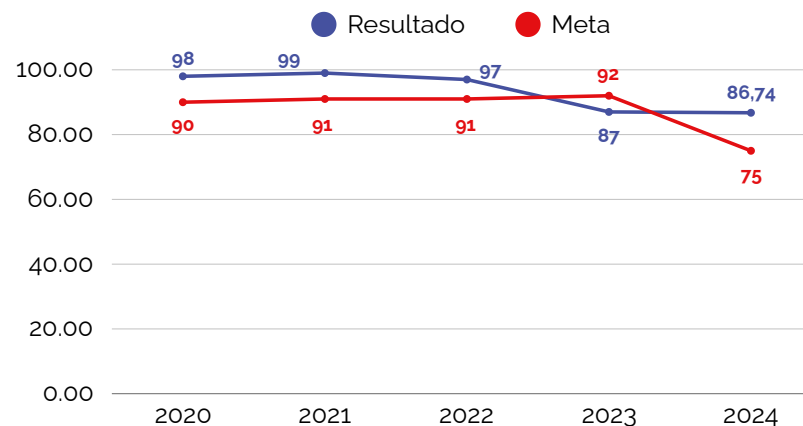
Área Responsável: Assessoria Especial de Comunicação Social - AECS

Meta para 2024: 75%

Resultado Apurado: 86,74%

Análise Crítica: A análise da repercussão do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) na mídia revela que, em 2024, foram publicadas espontaneamente 46.252 notícias. Deste total, 39.326 foram favoráveis ou neutras, representando cerca de 85% do conteúdo divulgado. Esses dados refletem que o MAPA continua alcançando resultados positivos na mídia, além de ampliar significativamente a frequência de publicações

sobre a pasta. O aumento foi de 183,46% em comparação a 2023, quando haviam sido registradas 16.317 notícias.



O ano de 2024 foi marcado por grandes conquistas para o Ministério, como a liderança do Grupo de Trabalho da Agricultura do G20 no Brasil e o recorde histórico na abertura de mercados, totalizando 300 novos acessos desde o início de 2023. Para os próximos períodos, a perspectiva é de manter as boas práticas de comunicação realizadas pelo Ministério. Entre os destaques estão o sucesso no lançamento do Plano Safra 2024/2025. Além disso, o foco será ampliar o alcance das matérias produzidas, apostando na regionalização dos conteúdos com temas estratégicos para o MAPA. Essa abordagem visa aumentar a capilaridade e promover maior acesso à informação.

IND13.2 - CRESCIMENTO DO NÚMERO DE PERFIS ATIVOS DO MAPA NAS REDES SOCIAIS

Finalidade: mensurar o crescimento da expressividade das páginas das redes sociais do MAPA a partir da quantidade de público.

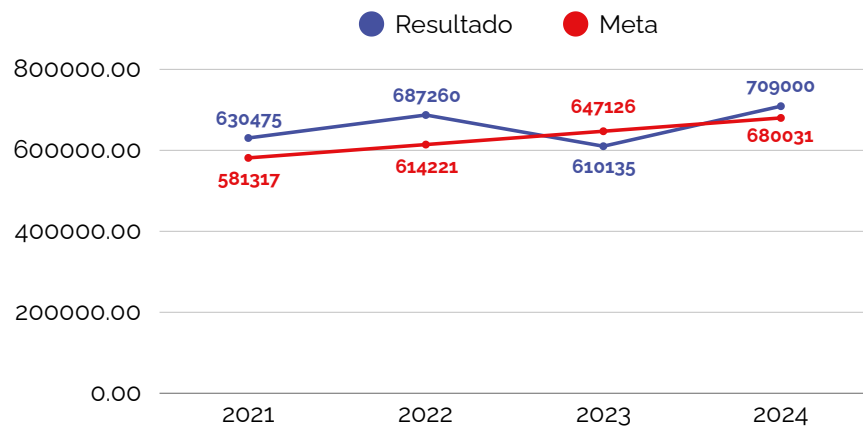
Área Responsável: Assessoria Especial de Comunicação Social - AECS

Meta para 2024: 680.031 seguidores

Resultado Apurado: 709.000 seguidores



Análise Crítica: Em 2024, as redes sociais do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) registraram um crescimento expressivo ao longo de ambos os semestres. Além de um aumento significativo no número de seguidores, foram alcançadas métricas relevantes de engajamento e interação, ampliando o alcance da comunicação para uma nova audiência, além do público tradicional do MAPA.



No primeiro semestre, as redes do MAPA conquistaram mais de 30 mil novos seguidores, enquanto no segundo semestre o crescimento ultrapassou 69 mil novos seguidores. Esses números refletem a crescente visibilidade do conteúdo publicado pelo Ministério. Esse avanço pode ser atribuído a um planejamento estratégico mais robusto, com a criação de conteúdos diversificados e a definição de horários estratégicos para as postagens. Além disso, foi adotada uma linguagem mais acessível e adequada ao perfil do público do Ministério, promovendo uma comunicação mais clara e eficaz.

OE14 - APERFEIÇOAR A ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL COM ÊNFASE NA ATUAÇÃO FINALÍSTICA

Descrição: ampliar a participação em negociações internacionais, para estabelecimento de normas e regras visando manter e conquistar novos mercados para os produtos das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras. Aumentar e aperfeiçoar o relacionamento com as representações das

entidades privadas e públicas (federais, estaduais, distritais e municipais), com vistas a influenciar e promover a elaboração e execução de políticas de interesse do setor agropecuário. Subsidiar o Poder Legislativo com informações necessárias para a formulação e a aprovação de projetos de interesse do setor agropecuário nacional.

IND14.1 - TAXA DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

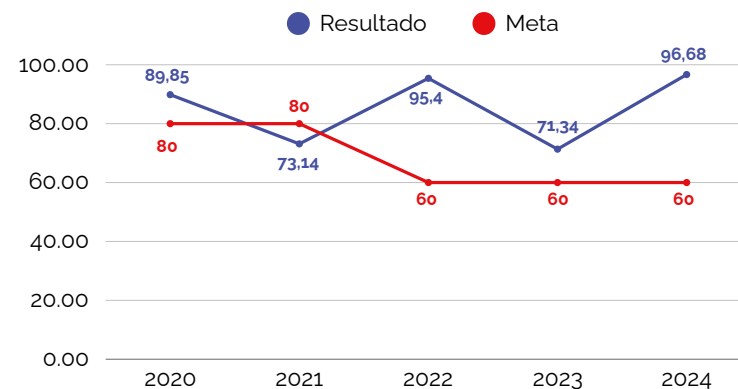
Finalidade: avaliar a atuação do MAPA na criação de Notas Técnicas que servem de subsídio para os congressistas defenderem os interesses das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras.

Área Responsável: Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos - AEAPF

Meta para 2024: 60%

Resultado Apurado: 96,68%

Análise Crítica: A meta estipulada para 2024 foi superada, com o resultado final de 96,68%. A Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos - AEAPF, por meio da Coordenação de Acompanhamento do Processo Legislativo - CAPL, instituiu melhorias no fluxo processual de elaboração de Notas Técnicas referentes a proposições afetas à agropecuária.



O filtro diário realizado pela Coordenação, alinhado à análise prévia conjunta com os pontos focais indicados pelos gabinetes das áreas técnicas,



determinou de forma mais objetiva as proposições pertinentes à pasta e também as prioridades nas políticas que deveriam ser tratadas pelo MAPA. Novas atribuições foram assumidas por parte da Coordenação, desonerando as áreas finalísticas no excesso de processos tramitados aos setores técnicos com o objetivo de otimizar o tempo na elaboração de notas e pareceres. O reflexo disso se torna claro quando, das 211 proposições identificadas como de interesse da pasta, 204 tiveram Notas Técnicas emitidas, e 7 estão em análise nas finalísticas.

IND14.2 - TAXA DE RESPOSTA ÀS DEMANDAS DAS CÂMARAS SETORIAIS E TEMÁTICAS

Finalidade: medir a capacidade de atendimento das demandas acordadas nas Câmaras Setoriais e Temáticas.

Área Responsável: Secretaria de Política Agrícola - SPA

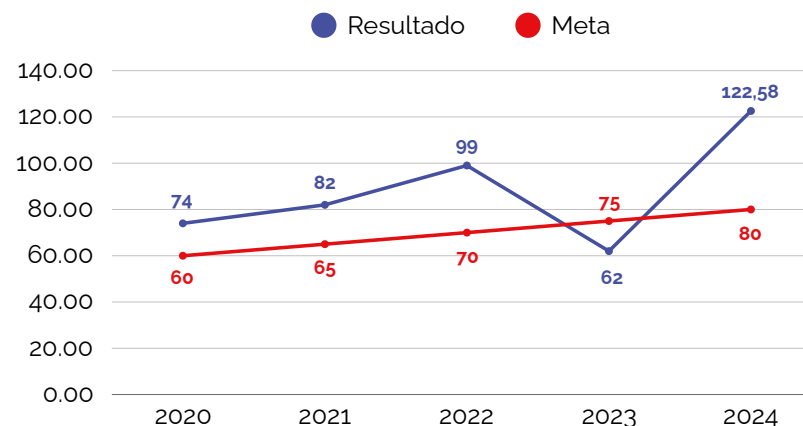
Meta para 2024: 80%

Resultado Apurado: 122,58%

Análise Crítica: As câmaras setoriais e temáticas são fóruns de interlocução do MAPA com as entidades do setor privado; ou seja, é a porta de entrada do setor privado no ministério, onde eles trazem as suas demandas e contribuem assim para formulação e melhoria na implementação das políticas públicas de cada setor. Atualmente são 31 Câmaras Setoriais, que tratam de cada cadeia produtiva e 08 Temáticas, que tratam de temas que são transversais aos diversos setores.

As Câmaras reúnem entidades representativas de produtores, empresários, instituições bancárias e outros parceiros no setor, além de representantes de órgãos públicos e de técnicos governamentais. São órgãos consultivos que apoiam o MAPA na formulação de políticas públicas, em busca de maior eficiência no setor agropecuário. Ao longo de 2024, as reuniões ocorreram híbrida e as demandas seguiram sendo apresentadas. O ano de 2024 foi de grandes desafios, pois se tratou de um ano de afirmação de governos e período eleitoral. Vários processos foram revistos, de

maneira que foram atendidos o maior número de demandas possível nesse cenário de novidades e desafios.



IND14.3 - TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MAPA NA ELABORAÇÃO DE REGRAS INTERNACIONAIS

Finalidade: a participação proativa do MAPA em fóruns internacionais (multilaterais, regionais e birregionais) de interesse das cadeias produtivas agropecuárias brasileiras contribui para a proposição de regras e acordos que levem em conta os interesses nacionais, auxiliando o comércio exterior dos produtos brasileiros.

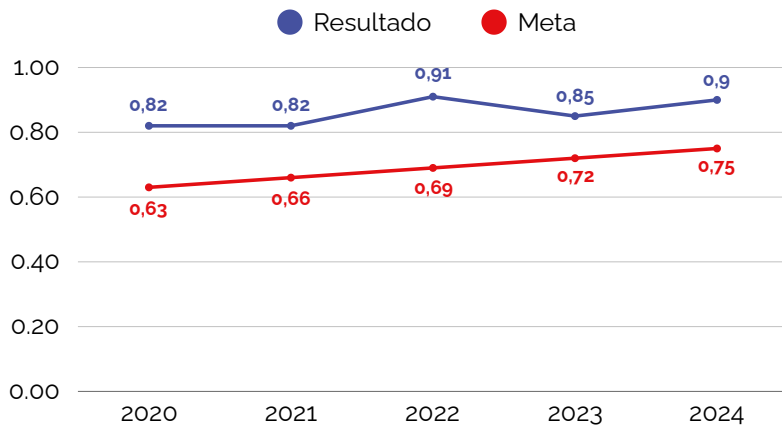
Área Responsável: Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI

Meta para 2024: 0,75

Resultado Apurado: 0,90

Análise Crítica: Em 2024, o Brasil alcançou 89,7% de engajamento em negociações internacionais, superando o resultado de 2023. Esse aumento se deve ao protagonismo brasileiro no G20, ao acompanhamento do DNTS em negociações da UNFCCC e à revisão nos critérios da FAO. O país participou ativamente de debates em fóruns multilaterais, regionais e bilaterais, buscando a abertura de mercados para seus produtos agropecuários. No entanto, a alta demanda por participação brasileira

exige mais recursos humanos e financeiros. Apesar dos desafios, a equipe teve um desempenho excepcional, superando a meta estabelecida. Esse resultado positivo serve como base para futuras estratégias de crescimento.



OE15 - MODELAR, APRIMORAR E AUTOMATIZAR PROCESSOS DE NEGÓCIO

Descrição: modelar, aprimorar e automatizar processos, com vistas a disseminar a cultura de gestão de processos e promover a transformação digital do MAPA, com foco na prestação de serviços mais eficientes, eficazes, econômicos e efetivos, de forma transparente para a sociedade.

IND15.1 - TAXA DE AÇÕES EXECUTADAS NO ÂMBITO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Finalidade: Avaliar os impactos da Transformação Digital no MAPA, com foco na melhoria do acesso de cidadãos e empresas aos serviços oferecidos pelo Ministério, garantindo maior eficiência e usabilidade.

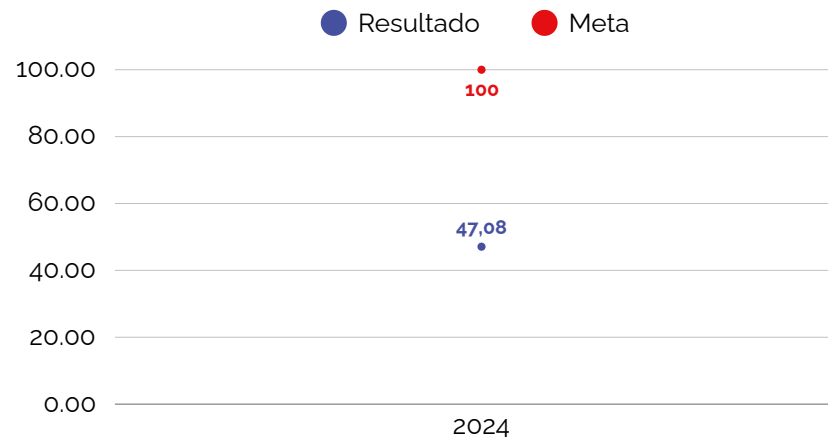
Área Responsável: Secretaria-Executiva

Meta para 2024: 100%

Resultado Apurado: 47,08%

Análise Crítica: A Subsecretaria de Tecnologia da Informação (STI), unidade executora do Plano de Transformação Digital (PTD), executou, até o final de 2024, 16 ações de transformação digital. Essas ações envolvem a implementação da conta única do governo, integração de base de dados, além da transformação ponta-a-ponta de serviços públicos, gerando um valor significativo para o ministério e para os cidadãos que utilizam nossos serviços.

Nota: O indicador IND 15.1 - Número de processos/serviços transformados em digitais, foi atualizado e passa a se chamar "Taxa de ações executadas no âmbito da transformação digital". Em vez de contabilizar simplesmente o número de processos ou serviços digitalizados, o novo indicador agora mede a taxa de execução das ações relacionadas à transformação digital. A finalidade do indicador continua sendo medir o resultado da Transformação Digital no MAPA com foco na melhoria do acesso de cidadãos e empresas aos serviços oferecidos pelo Ministério. A unidade de medida também foi alterada de número para percentual.



IND15.2 - PRAZO DE ANÁLISE PARA PROCESSOS PRIORITÁRIOS DE CONCESSÃO DE REGISTROS, CERTIFICAÇÕES E HABILITAÇÕES DE INSUMOS E PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

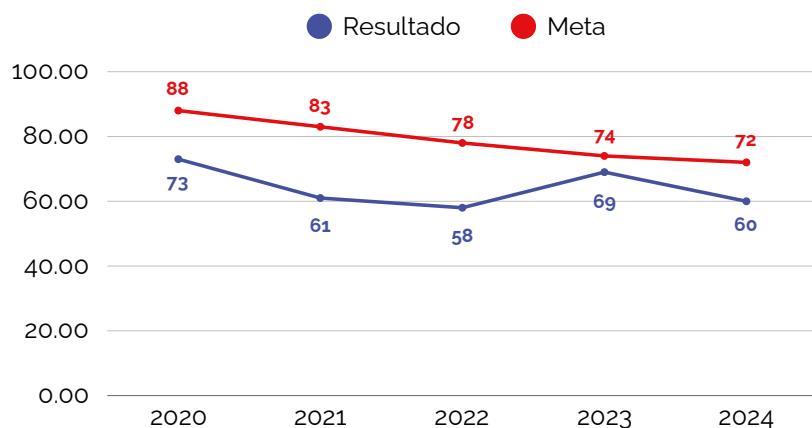
Finalidade: verificar a diminuição do prazo de concessão de registros de estabelecimentos.

Área Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

Meta para 2024: 72 dias

Resultado Apurado: 60 dias

Análise Crítica: Avaliação geral: Meta cumprida no período. Bebidas: Para o setor de vinhos e bebidas, o tempo médio para a concessão de registro de estabelecimentos em 2024 foi de 80 dias. Com a implementação de uma central de análises e a otimização do sistema de registro, espera-se uma redução significativa nesse prazo nos próximos anos. Adicionalmente, em parceria com o MGI, será lançado em 2025 um novo sistema no portal Gov.br, que disponibilizará modelos customizados de manual de boas práticas e de memorial descritivo, padronizando os documentos exigidos para o registro e favorecendo assim a diminuição dos prazos de concessão de registro de estabelecimentos de vinhos e bebidas.



Os prazos para análise e concessão dos registros de estabelecimentos ficaram dentro da faixa de 30 a 40 dias, sendo superada a meta de prazo máximo de 72 dias. Para se ter uma ideia do universo de solicitações que tramitam no sistema SIPEAGRO, em 2024 foram recebidas 6.849 solicitações, assim distribuídas: Alteração de registro de estabelecimento: 3.156 (46%); Registro de estabelecimento: 2.170 (32%); Renovação de Registro de Estabelecimento: 1.240 (18%); Cancelamento de Atividade: 283 (4%). A distribuição do número de solicitações e prazo por unidade da federação também merece uma análise complementar, pois os estabelecimentos concentram as demandas na UF de sua localização, por exemplo: UF São Paulo: 452 solicitações, com prazo médio de 34 dias; UF Paraná: 295 solicitações, com prazo de 144 dias; UF Minas Gerais: 225 solicitações, com prazo de 24 dias; UF Mato Grosso: 158 solicitações, com prazo de 6 dias; UF Santa Catarina: 151 solicitações, com prazo de 29 dias; Dessa forma, o presente indicador monitor 32% do universo de solicitações que tramitam para análise e faz uma média global de diversas atividades registradas, com complexidades distintas. O estado do PR apresenta o maior prazo para registro, pois exclusivamente nesta UF o órgão estadual efetua o registro de estabelecimentos comerciais, que é a atividade de menor complexidade e menor prazo. Dessa forma todas as solicitações recebidas são analisadas com maior rigor. Considerando o exposto acima, entendemos que o acompanhamento desse indicador permanece razoável para monitoramento dos prazos de registro e deve ter sua meta gradativamente reduzida para que tenhamos a meta de prazo médio de 30 dias até 2030.

OE16 - RETER E DESENVOLVER COMPETÊNCIAS COM FOCO NA ESTRATÉGIA CORPORATIVA

Descrição: implementar práticas de gestão de pessoas que propiciem o desenvolvimento de competências do quadro funcional, adequadas ao posicionamento estratégico do órgão.

IND16.1 - ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO CORPO FUNCIONAL EM AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

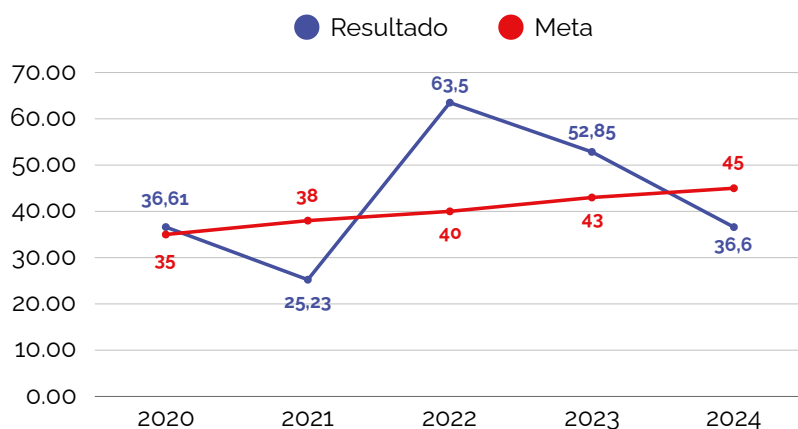
Finalidade: monitorar a execução das necessidades de desenvolvimento indicadas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP.

Área Responsável: Secretaria-Executiva - SE

Meta para 2024: 45%

Resultado Apurado: 36,60%

Análise Crítica: A Escola Nacional de Gestão Agropecuária (Enagro), unidade da Subsecretaria de Gestão de Pessoas e de Gestão do Conhecimento (SGP) da Secretaria-Executiva, continuou em 2024 a consolidar seu papel estratégico na formação e capacitação dos servidores do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e de demais profissionais relacionados ao setor agropecuário. A Enagro desempenha um papel estratégico, acumulando a função de unidade interna de desenvolvimento de pessoas e de escola de governo. Essa dupla responsabilidade permite um alcance significativo na formação dos servidores, promovendo ações que atendem tanto às demandas específicas do MAPA quanto aos desafios do setor público como um todo. A Enagro disponibiliza um catálogo abrangente com 249 cursos, incluindo três ofertados em língua estrangeira. Dentre essas capacitações, 29 foram desenvolvidos, em 2024, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB).



Durante o ano de 2024, a Enagro ampliou significativamente seu portfólio de cursos, registrando um total de 30.663 mil inscrições, impactando significativamente diversos públicos. Destaca-se a capacitação de 8.180 servidores do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), 12.617 servidores de outros órgãos, incluindo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), além de 9.866 cidadãos da sociedade em geral.

Em julho de 2024, a ENAGRO lançou o projeto Conectando Saberes, que introduziu as Trilhas de Liderança, uma iniciativa voltada ao fortalecimento de competências comportamentais e gerenciais. Até dezembro de 2024, o programa capacitou 688 líderes por meio de ações educacionais focadas no desenvolvimento de habilidades *soft skills*, contribuindo para a modernização e eficiência da gestão pública agropecuária. Atendendo a diferentes públicos, desde servidores do MAPA e cidadãos, este avanço foi possível graças à celebração de parcerias estratégicas com instituições renomadas, como a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de Goiás (UFG).

Ademais, a celebração de contratos com empresas renomadas permitiu o acesso a soluções inovadoras em aprendizagem, impulsionando o alcance e a qualidade das ações de desenvolvimento profissional oferecidas pela Escola. Nos anos de 2022 e 2023, o indicador superou as metas estabelecidas. Em 2024, as métricas foram reavaliadas, garantindo maior aderência à finalidade do indicador e promovendo o alinhamento com as diretrizes de monitoramento estabelecidas.

Apesar do resultado, o desempenho da Enagro em 2024 reflete avanços significativos em parcerias institucionais e oferta de cursos diversificados. Para os próximos anos, a Enagro buscará fortalecer ainda mais suas estratégias de comunicação e parcerias para expandir a participação dos servidores em ações de desenvolvimento e alcançar as metas estabelecidas.

IND16.2 - NÍVEL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - PDP

Finalidade: monitorar o percentual de servidores ativos que participam de ações de desenvolvimento.

Área Responsável: Secretaria-Executiva - SE

Meta para 2024: 42%

Resultado Apurado: 19,78%

Análise Crítica: O indicador apresenta uma trajetória ascendente ao longo dos últimos ciclos, refletindo o esforço institucional empreendido pela Escola Nacional de Gestão Agropecuária (Enagro) da Subsecretaria de Gestão de Pessoas e de Gestão do Conhecimento (SE) em parceria com a Secretaria-Executiva (SE), para promover a qualificação contínua dos servidores do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Embora o resultado de 2024 ainda esteja aquém da meta estabelecida, a evolução registrada neste e nos anos anteriores demonstra avanços relevantes na execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) e aponta para o fortalecimento gradual de uma cultura de desenvolvimento no órgão.

A execução do PDP está inserida em um contexto desafiador, marcado por fatores estruturais, metodológicos e orçamentários que impactam diretamente o alcance das metas pactuadas:

1. Planejamento descentralizado e colaborativo: O atual modelo de construção do PDP, que valoriza a escuta das unidades do MAPA para o levantamento de suas necessidades de desenvolvimento, representa um avanço institucional. No entanto, ainda demanda maior alinhamento com critérios técnicos de priorização, planejamento e viabilidade. A Enagro vem atuando ativamente na qualificação desse processo, por meio da disponibilização de ferramentas, orientações e capacitações específicas para gestores;
2. Amplitude das demandas formativas: Muitas das necessidades registradas pelas unidades possuem escopo amplo e desdobramentos em múltiplas ações de capacitação, o que amplia a complexidade de

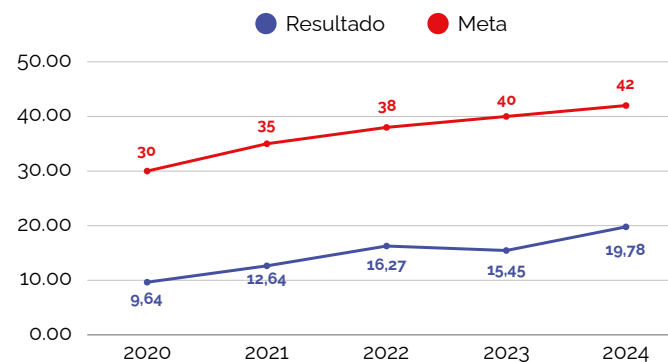
execução. Nesse cenário, a Enagro tem orientado as áreas para uma definição mais precisa e exequível das demandas, visando ampliar a efetividade do plano; e

3. Restrições orçamentárias: A limitação de recursos financeiros impacta diretamente a capacidade de execução do PDP, especialmente no que se refere a ações presenciais e logísticas. Como resposta, a Enagro tem priorizado soluções educacionais de maior alcance e eficiência, como cursos remotos e híbridos, além de intensificar parcerias com instituições públicas e privadas de referência.

Ações estratégicas da Enagro:

Como escola de governo e unidade estratégica de desenvolvimento de pessoas do MAPA, a Enagro atua com protagonismo na gestão da educação corporativa, buscando alinhar o PDP às competências críticas da instituição. Entre as ações estruturantes implementadas, destacam-se:

1. A orientação técnica às unidades para a identificação e priorização de demandas aderentes às estratégias organizacionais;
2. A promoção de uma cultura que reconhece o PDP como instrumento de gestão e valorização profissional;
3. A ampliação da oferta de cursos por meio de parcerias estratégicas, com foco em flexibilidade, acessibilidade e redução de custos; e
4. A formação de um banco de colaboradores educacionais internos, voltado à multiplicação do conhecimento e ao fortalecimento da aprendizagem contínua nas unidades do MAPA.



O desempenho do indicador ao longo dos últimos anos demonstra o compromisso da Enagro com a excelência na gestão de pessoas, o fortalecimento institucional e a entrega de valor público. A continuidade dessas ações será fundamental para consolidar o PDP como um eixo estruturante da qualificação dos servidores e do aprimoramento da administração pública no setor agropecuário.

OE17 - VALORIZAR OS SERVIDORES E MELHORAR A CULTURA E O CLIMA ORGANIZACIONAL

Descrição: adequar a cultura aos valores institucionais e promover a melhoria do clima organizacional visando à valorização dos servidores.

IND17.1 - TAXA DE INTERVENÇÕES EXECUTADAS PARA O ALINHAMENTO DA CULTURA ORGANIZACIONAL AOS VALORES INSTITUCIONAIS

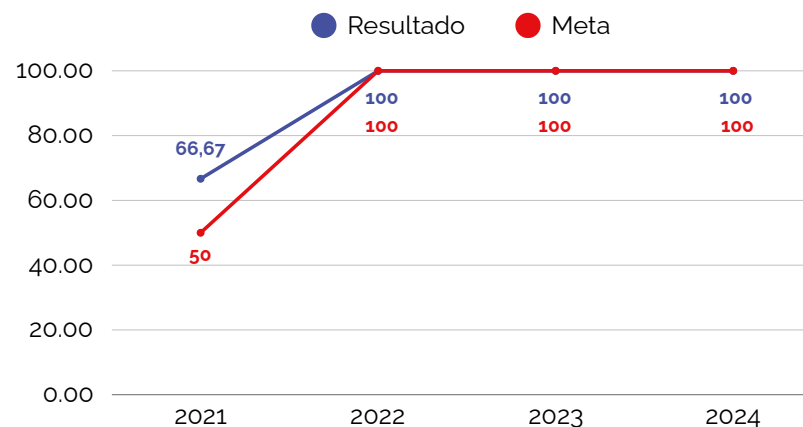
Finalidade: mensurar o percentual das intervenções realizadas, dentre as planejadas, para o alinhamento da cultura organizacional aos valores institucionais.

Área Responsável: Secretaria-Executiva – SE

Meta para 2024: 100%

Resultado Apurado: 100%

Análise Crítica: O desempenho observado, atendeu a meta de 2024 e o cronograma de atividades. Foram realizadas as atividades referentes à execução do Calendário de entregas. Durante o decorrer de 2024 foram planejadas e executadas ações voltadas à melhoria da cultura organizacional, tais como:



- Projeto Academia;
- Implementação da Política de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho;
- Projeto Exames Médicos Periódicos;
- Projeto Saúde Mental;
- Criação dos Guias de Gestão de Pessoas;
- Visitas às 27 SFAs ;
- Levantamento dos Perfis para ocupação de Funções;
- Implementação de Espaços Ceres nas SFAs;
- Execução de 12 eventos de Qualidade de Vida e Promoção a Saúde no Trabalho;
- Campanhas de Voluntariado; e
- Acesso a programas de capacitação, entre outras ações.

No momento, não existem restrições a serem superadas, as atividades estão ocorrendo com a margem de prazo esperado.

IND17.2 - TAXA DE AÇÕES EXECUTADAS PARA MELHORIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL

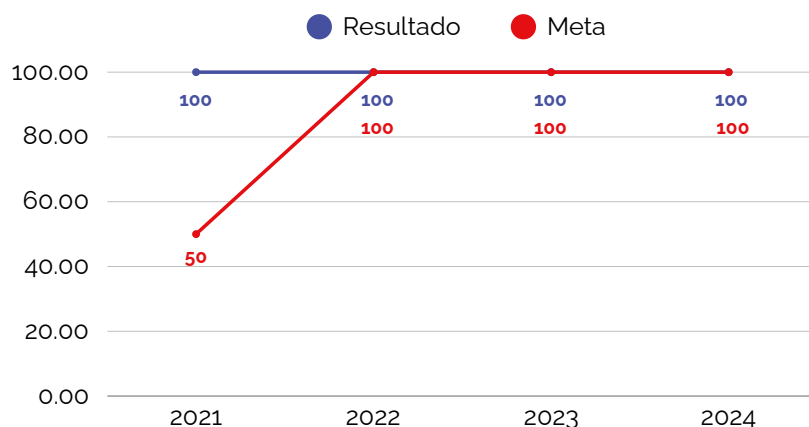
Finalidade: mensurar o percentual das ações realizadas, dentre as planejadas, para a gestão do clima organizacional.

Área Responsável: Secretaria-Executiva - SE

Meta para 2024: 100%

Resultado Apurado: 100%

Análise Crítica: I) O desempenho observado, comparando-o com a meta de 2024: O desempenho observado traz como métricas as entregas previstas para o ano de 2024. As entregas previstas/executadas foram: 1 - Execução da Trilha de Aprendizagem aplicada à Liderança Estratégica do MAPA; 2 - Concurso Nacional Unificado; 3 - Propostas para melhoria do clima organizacional priorizadas; 4 - Programas de Reconhecimento e Valorização; 5 - Desenvolvimento de habilidades sociais e comportamentais; 5 - Implementação de treinamentos em serviço; 6 - Mapeamento de competências institucionais e técnicas; 7 - Incentivo à inovação e experimentação; 8 - Projeto de Certificação de Gestão de Pessoas; 9 - Implementação do Dimensionamento da Força de Trabalho; Entre outras ações e propostas. II) Comentários sobre a performance do indicador:



O indicador está coerente com a proposta de execução. III) Eventuais restrições a serem superadas: No momento, não existem restrições a serem superadas, as atividades estão ocorrendo com a margem de prazo esperado. Após análises da pesquisa e apresentações de resultados, estimamos dar continuidade no ano de 2025 às propostas de ações para melhoria do clima organizacional.

OE18 - PROMOVER A INOVAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Descrição: promover a inovação e a transformação digital no âmbito do MAPA por meio da implementação de soluções tecnológicas que modernizem processos, melhorem a eficiência operacional e potencializem o valor do negócio.

IND18.1 - ÍNDICE DE CAPACIDADE DE ENTREGA DE TIC

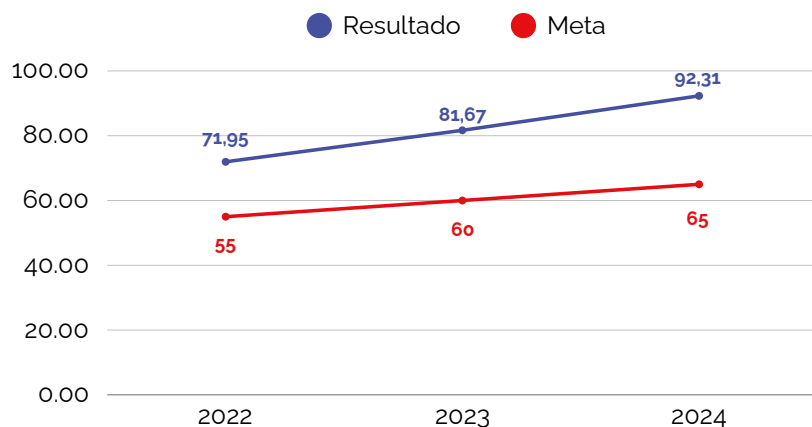
Finalidade: mensurar a capacidade de entrega de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC.

Área Responsável: Secretaria-Executiva - SE

Meta para 2024: 65%

Resultado Apurado: 92,31%

Análise Crítica: No exercício em análise, a área de Tecnologia da Informação apresentou um desempenho significativo na execução de projetos estratégicos, onde foram atingidos 92% do estabelecido como meta para o período analisado. Esse índice reflete uma evolução significativa na capacidade operacional da área de TIC, uma vez que o catálogo de serviços e projetos foi ampliado para atender as necessidades desta pasta e das demais áreas atendidas por esta Subsecretaria de TIC. Durante o período, foram implementadas mudanças na gestão de projetos, resultando em maior controle, alinhamento estratégico e eficiência na execução das iniciativas planejadas.



A reestruturação dos processos internos, combinada com a adoção de metodologias mais ágeis e eficazes, permitiu um melhor acompanhamento das entregas e a otimização dos recursos disponíveis. Como consequência, a equipe conseguiu manter um ritmo sustentável de execução, assegurando a qualidade das entregas e a aderência às necessidades institucionais. O indicador de projetos reflete uma evolução promissora em consonância com o aumento da capacidade de entregas da área. Para os próximos ciclos, a consolidação das práticas aprimoradas e o fortalecimento da governança sobre os projetos vão contribuir para um desempenho ainda mais robusto.

OE19 - APERFEIÇOAR A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS

Descrição: criar um ambiente propício ao aperfeiçoamento da qualidade do gasto pelas unidades administrativas, tendo em vista o cenário de crescente evolução da dívida pública no qual se impõe um maior controle do crescimento real das despesas do Estado.

IND19.1 - ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Finalidade: medir a execução orçamentária e financeira das despesas discricionárias do MAPA, excluídas as oriundas de emendas parlamentares, nas fases de empenho, liquidação e pagamento, no intuito de mensurar o esforço despendido pelo órgão para executar seu orçamento e as

atividades que planejou para cada exercício financeiro com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

Área Responsável: Secretaria-Executiva - SE

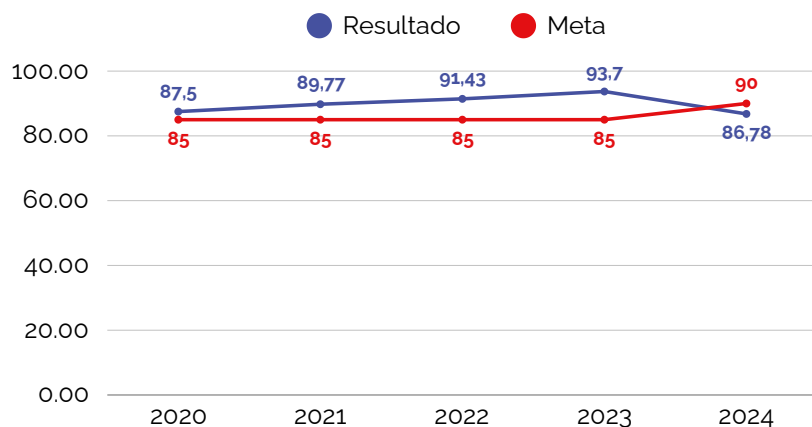
Meta para 2024: 90%

Resultado Apurado: 86,78%



Análise Crítica: O resultado apurado foi inferior à meta para o exercício, que foi elevada de 85% no ano de 2023 para 90% em 2024. Em que pese a meta ter sido elevada em função da tendência apresentada nos últimos anos pelo Índice de Execução Orçamentária e Financeira (IEOFO) e do planejamento orçamentário e financeiro do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) para o período, a taxa de liquidação foi, em 2024, negativamente impactada pela tardia liberação do limite de movimentação e empenho do Órgão, o que dificultou, dadas as etapas necessárias ao devido processo orçamentário e financeiro, a liquidação de despesas ainda durante o exercício de seu empenho. Destaca-se, ainda, que a taxa de pagamento foi afetada pelo diminuto limite de pagamento disponibilizado

para o Ministério, que também foi utilizado para o pagamento de despesas de exercícios anteriores inscritas em restos a pagar.



INICIATIVAS ESTRATÉGICAS, RESPONSÁVEIS, METAS E RESULTADOS EM 2024

O Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) está desenvolvendo várias frentes de trabalho com diferentes níveis de atividades e prazos. Em 2023, foram selecionadas 15 Iniciativas Estratégicas para melhorar a capacidade de resposta do Ministério. Algumas dessas iniciativas são reformulações de projetos existentes, enquanto outras são novas propostas. Essas iniciativas estão alinhadas com as prioridades do Ministério e visam alcançar a situação desejada para 2031, conforme a Visão de Futuro. Elas contribuem para os Objetivos Estratégicos e impactam as metas dos Indicadores de Desempenho, especialmente nas áreas principais do Ministério.

- Resultados para a Sociedade;
- Resultados para o Público-Alvo. Por sua vez, aquelas associadas a temas internos do Ministério tendem a contribuir mais para os Objetivos Estratégicos das duas perspectivas da parte de baixo do MAPA Estratégico;
- Processos Internos; e

d. Infraestrutura e Aprendizagem.

1. PLANO NACIONAL DE FERTILIZANTES E INSUMOS PARA A NUTRIÇÃO DE PLANTAS - PNF

Objetivo: aumentar a produção e o consumo nacional de fertilizantes e insumos para a nutrição de plantas, disponibilizando novas tecnologias, melhorando o desempenho agroambiental dos sistemas de produção agropecuária e a competitividade da agroindústria nacional e regional no Mercosul.

Específicos:

- garantir o aumento da produção nacional e regional (Mercosul) de fertilizantes e insumos para a nutrição de plantas no Brasil, com priorização da integração e da viabilização de polos agroindustriais e logísticos;
- atrair investimentos estrangeiros para a implementação de fábricas de fertilizantes, infraestrutura de armazenamento e distribuição e desenvolvimento tecnológico no Brasil;
- aumentar a participação de tecnologias e do conhecimento "tropical" na cadeia de produção, distribuição e uso de fertilizantes e insumos para a nutrição de plantas no Brasil e países da região do Mercosul;
- aumentar a eficiência do uso de fertilizantes com ênfase na importância do manejo sustentável dos solos e na otimização da produtividade no campo; e
- garantir conhecimento e tecnologias para a recuperação de solos em áreas de conversão de pastagens degradadas em sistemas de produção agropecuária e florestal sustentáveis, com ênfase em boas práticas de utilização de fertilizantes e na adoção de tecnologias em bioinsumos, novos fertilizantes fontes de fósforo e potássio e fertilizantes de base orgânica.

Unidade Responsável: Secretaria-Executiva - SE.

Impacto Esperado: o principal impacto é a redução da dependência externa de fertilizantes no Brasil. Isso será alcançado pela diversificação de fornecedores internacionais e pelo estímulo à indústria nacional.





A capacitação de profissionais do setor agrícola e a implementação de novas tecnologias em fertilizantes podem gerar uma economia de, no mínimo, um bilhão de dólares por ano no Brasil. Isso se deve ao aumento da eficiência no uso de fertilizantes e à adoção de tecnologias inovadoras no campo.

O Sistema Nacional de Inteligência em Fertilizantes visa impulsionar o setor agrícola brasileiro e do Mercosul, atraindo investimentos e aumentando a competitividade. Isso será alcançado através da coleta e análise de dados detalhados sobre o mercado de fertilizantes, demanda tecnológica e competitividade da cadeia produtiva. A iniciativa também fortalecerá o papel do Ministério da Agricultura e Pecuária na governança do setor.

Principais resultados em 2024: O projeto alcançou 55% dos 89% das ações previamente planejadas para o ano, por meio da elaboração do planejamento estratégico para de criação do Centro de Excelência em Fertilizantes e Nutrição de Plantas, da realização da Caravana Embrapa FertBrasil, finalização de Estudos de Viabilidade Técnica, o apoio a publicação de uma lei estadual de fertilizantes.

Quanto à Tarefa de Eficiência de uso de fertilizantes no Brasil vem aumentando em pelo menos 5% ao ano, com a capacitação de 10.000 agricultores empresariais e familiares e consultores. Assim, podemos destacar as seguintes ações:

Tarefa 1: Eficiência no Uso de Fertilizantes

- Capacitação de 10.000 agricultores empresariais e familiares e consultores;
- A primeira fase da capacitação, realizada pela Caravana Embrapa FertBrasil: concluída;
- Contratos Embrapa-Patrocinadores privados: assinados; e
- Segunda fase da capacitação: em andamento, porém com atrasos devido à falta de articulação da Embrapa, apesar da intervenção do CONFERT.

Tarefa 2: Sistema Nacional de Inteligência em Fertilizantes (SNIF)

- Relatório de modelagem dos painéis e dashboards vinculado ao Observatório do Agronegócio: em andamento, com previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2025, juntamente com o Portal vinculado ao Observatório do Agronegócio; e
- MVP do Portal do SNIF: concluído.

Tarefa 3: Centro de Excelência em Fertilizantes

- Portal do Centro de Excelência está 50% concluído;
- Projeto do centro físico no Rio de Janeiro está 80% executado, mas a sua conclusão depende da aprovação do governo estadual, prevista para o primeiro trimestre de 2025; e
-

Tarefa 4: EVTESA de Plantas de Fertilizantes nitrogenados

- Consultorias para as fábricas em Mato Grosso e Rio de Janeiro estão em andamento, com parcerias entre MAPA e MDR; e
- Contrato de consultoria privada para elaboração de EVTSA Fábrica Rio de Janeiro: concluído.

Tarefa 5: Política Estadual de Fertilizantes

- Política Estadual de Fertilizantes, insumos para a nutrição de plantas e bioinsumos do estado do Mato Grosso, São Paulo e Paraná estão em andamento, mas a conclusão depende de ações estaduais.

Tarefa 6: Plano Nacional de Fertilizantes da Argentina

- Concluída.

Tarefa 7: Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (PROFERT)

- PL foi aprovado no Senado e está em tramitação na Câmara dos Deputados; e
- Ministério da Fazenda recomenda a não aprovação, o que é contestado pelo MAPA e MDIC.

Tarefa 8: Aprovação do PL no Senado

- Aprovação na CCJ da Câmara; e
- Aprovação do PL 699 de 2023, pela Câmara dos Deputados está em tramitação.

Tarefa 9: Metodologia de Diagnóstico de Regiões Prioritárias:

- Relatório de modelagem dos painéis e dashboards: concluído;
- Sistema de inteligência em infraestrutura e logística está 50% concluído, em parceria com Embrapa Territorial e Infra S.A.

2. RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS

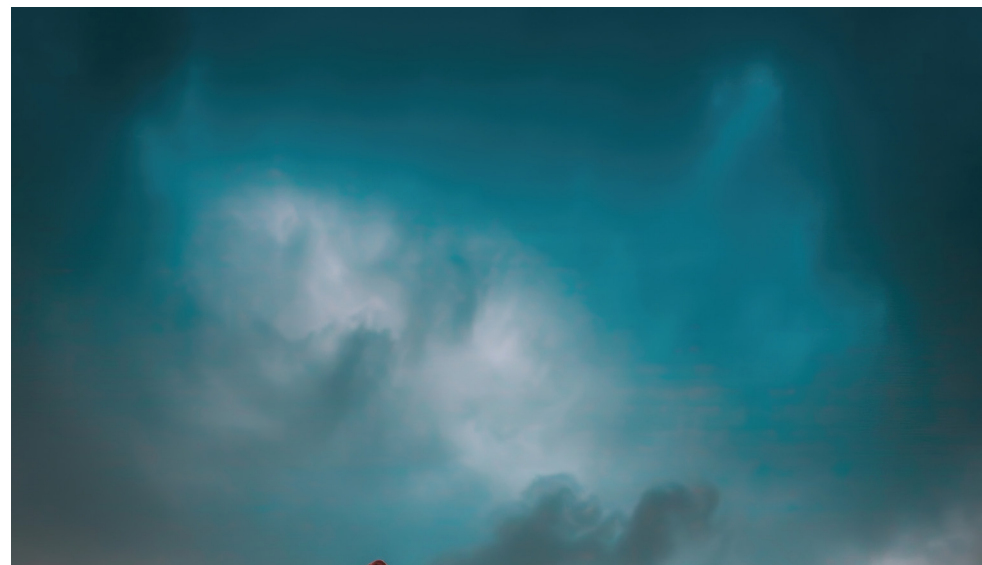
Objetivo: melhorar a malha de estradas vicinais viabilizando:

- o crescimento e o desenvolvimento econômico, pela redução de custos e tempo de deslocamento no transporte da produção agropecuária;
- o incremento no desenvolvimento social das áreas rurais por meio da melhoria de acesso ao meio urbano para serviços de educação, saúde e demais serviços públicos; e
- o aumento na sustentabilidade ambiental pela preservação do solo e da água, com o uso de técnicas corretas de construção e manutenção destas vias.

Unidade Responsável: Secretaria-Executiva - SE.

Impacto Esperado:

- facilitação da locomoção e do bem-estar das pessoas e famílias residentes em áreas produtivas aos serviços de educação, saúde e serviços públicos;
- aumento da mobilidade e da velocidade média de escoamento da produção agrossilvopastoril das propriedades até os sistemas viários de maior hierarquia (estradas coletoras e arteriais) e os entrepostos de armazenagem ou processamento;
- aumento da produtividade no transporte com veículos maiores, menos poluentes, e redução de custos de manutenção do material rodante; e
- redução do Índice de Vulnerabilidade de Transporte -IVT (CNA).



Principais resultados em 2024: Em 2024, houve uma defasagem de 8 pontos percentuais na execução do projeto, devido a bloqueios de recursos e entraves governamentais, como calamidades públicas e questões judiciais. Apesar disso, houve esforços significativos, como uma força-tarefa no Rio Grande do Sul, que ajudaram a mitigar os impactos. No entanto, problemas como impasses judiciais devido a ADPF 854 e

ADI 7697, que suspenderam pagamentos de emendas parlamentares, período de defeso eleitoral, bloqueio imposto e a descentralização de recursos aos Instrumentos e falta de transparência nos processos levaram à suspensão de pagamentos de emendas parlamentares, afetando os resultados esperados.

3. SUSTENTABILIDADE MAPA

Objetivo: desenvolver ações de conscientização focadas na importância do consumo e uso racional e sustentável dos recursos, visando introduzir o conceito de economia circular e disseminar a cultura do desenvolvimento sustentável e de preservação do meio ambiente.

Unidade Responsável: Secretaria-Executiva - SE.

Impacto esperado:

- mudança comportamental: fortalecimento da cultura de produção sustentável e possibilidade de que os servidores e colaboradores do MAPA possam se tornar agentes multiplicadores na sua área de atuação e em suas comunidades;
- engajamento dos servidores e colaboradores na disseminação e conscientização de pessoas sobre a necessidade de adoção de práticas sustentáveis, visando ao aumento da responsabilidade socioambiental do MAPA; e
- competitividade: adoção de práticas sustentáveis em processos de contratação, contribuindo para a conscientização das empresas no desenvolvimento de processos menos poluentes e que agreguem valor.



Mapa Sustentável

Principais resultados em 2024: Em 2024, o projeto ganhou identidade visual com a criação de logomarca e nova denominação, sendo oficialmente lançado como MAPA Sustentável para fomento das boas práticas de sustentabilidade adotadas pelo Ministério, através das campanhas de conscientização voltadas aos servidores e transformação da cultura organizacional. A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, por meio da Coordenação-Geral de Logística Institucional - CGLI, instalou lixeiras para coleta seletiva nos edifícios Sede e Anexo do Ministério, totalizando 22 lixeiras de 50 litros com quatro divisões e três lixeiras grandes com cinco compartimentos de 60 litros.

A principal entrega do projeto em 2024 foi o lançamento da campanha visando conscientização e incentivando o uso correto das lixeiras de coleta seletiva, a divulgação massificada de informações sobre o assunto e o compromisso dos colaboradores com a correta destinação do lixo produzido no ambiente de trabalho. Vale destacar que no MAPA, as lixeiras estão estrategicamente localizadas nos corredores e portarias do Edifício Sede e Anexos, em Brasília-DF, permitindo o fácil acesso e incentivando a participação dos servidores e visitantes. Esta iniciativa visa não só o cumprimento das normas ambientais, mas também a criação de uma cultura de sustentabilidade. Por meio do uso adequado dessas lixeiras, os servidores do MAPA não só contribuem para a eficiência da coleta seletiva, mas também se tornam exemplos de práticas sustentáveis.

4. PLATAFORMA SDA DIGITAL

Objetivo: implementar uma Plataforma de Serviços Unificada, que permita troca de dados entre os diferentes serviços que participam do ecossistema da agricultura e pecuária brasileiras, visando ao atendimento da Lei de Autocontrole - Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022.

Unidade Responsável: Secretaria-Executiva - SE.

Impacto Esperado:

- ampliação da agregação de valor dos produtos agropecuários, com foco em tecnologia e indústria de transformação;

- aumento da agilidade e da eficiência nos processos de registros, certificações e habilitações de produtos, insumos e estabelecimentos agropecuários para reduzir riscos sanitários, fitossanitários e de fraude na agropecuária nacional;
- melhoria do uso de práticas sustentáveis nas cadeias agropecuárias, observando a conservação dos recursos naturais e a redução de impactos ambientais;
- agilidade nos processos de trabalho da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA;
- Rastreabilidade de todos os dados deste segmento (estabelecimentos, produtos, dados de produção etc.);
- confiabilidade e segurança das informações que irão tramitar em uma plataforma de serviços;
- celeridade na execução dos processos deste enorme ecossistema;
- flexibilidade em relação às possibilidades de integrações com sistemas já existentes;
- agilidade na análise de dados, tornando a SDA e o MAPA mais proativos quando da necessidade da tomada de decisão para realização de políticas públicas relacionadas ao agronegócio; e
- redução do tempo de emissão de Certificados para exportação.



Principais resultados em 2024: A Plataforma SDA Digital integra fiscalização, controle e monitoramento agropecuário, garantindo eficiência, segurança e conformidade com normas nacionais e internacionais. Em 2024, sua modernização avançou significativamente, com soluções voltadas à padronização, rastreabilidade e eficiência operacional podendo destacar:

MAPA Labs:

- Lançamento de um aplicativo inovador para coleta de amostras e envio de resultados laboratoriais;
- Realização de mais de 5 mil coletas no aplicativo, demonstrando a robustez do sistema;
- Integrações com bases de dados importantes, como a Receita Federal Brasileira e o Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal (SIGSIF);
- Desenvolvimento de painéis do MAPA Labs, alinhados à implementação do Data Lake, para otimizar a análise de dados e a tomada de decisão; e
- Fortalecimento da gestão da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) na fiscalização de produtos de origem animal.

Estabelecimentos:

- Implementação do registro de escolas de aplicadores de defensivos agrícolas e de aviação agrícola;
- Disponibilização da consulta de aplicadores aprovados, ampliando a transparência e a segurança no uso de defensivos;
- Gestão integral do credenciamento das entidades de ensino de aviação agrícola pela SDA Digital; e
- Mais de 100 entidades credenciadas com acesso facilitado às informações via painel do sistema.

Produtos:

- Início do desenvolvimento do Registro Único de Produtos para Fertilizantes, aprimorando a rastreabilidade e o monitoramento da qualidade e segurança desses insumos;
- Comércio Internacional; e

- Implementação do serviço para gerar a relação de exportadores habilitados para o mercado chinês, beneficiando mais de dois mil exportadores de produtos como soja, milho, açúcar e café.

5. PROGRAMA BRASILEIRO DE CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE DO ALGODÃO - PBCQA

Objetivo: ampliar a competitividade do algodão brasileiro no comércio internacional por meio de certificação oficial reconhecida internacionalmente.

Objetivos Específicos:

- construir e consolidar credibilidade internacional na avaliação laboratorial de qualidade do algodão brasileiro;
- conquistar benefício aduaneiro de liberação automática de pluma exportada em portos chineses (sem necessidade de amostragem em área de controle aduaneiro); e
- garantir transparência dos parâmetros de qualidade dos fardos de algodão em pluma a serem comercializados aos agentes compradores em período anterior à conclusão de negociações comerciais.

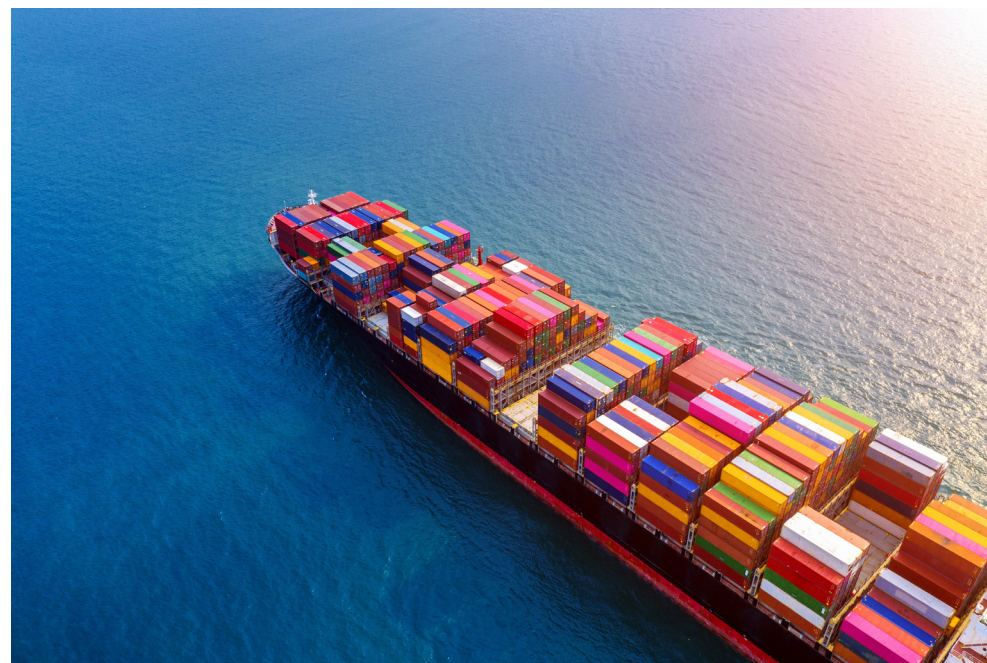
Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.

Impacto Esperado:

- ampliação do PIB agrícola por meio de commodity de maior valor bruto por área de produção;
- aumento do PIB industrial por estímulo à ampliação e instalação de novas usinas de beneficiamento de algodão -UBA;
- criação de empregos em todo o sistema de produção agrícola e indústria de beneficiamento de algodão;
- acréscimo de capital de investimento de grupos agrícolas e produtores rurais no agronegócio nacional;
- elevação da reserva cambial do país;
- aumento de market share do algodão brasileiro no mercado asiático, especialmente na China;
- eliminação de deságio do valor do produto exportado pelo Brasil comparativamente à fibra dos Estados Unidos;

- ampliação da produção brasileira de pluma estimulada em razão do aumento de competitividade; e
- ser o país líder em exportação de algodão até 2027.

Principais resultados em 2024: Em 2024, o Brasil consolidou sua liderança mundial na exportação de algodão, impulsionada pela notável melhoria na confiabilidade dos laboratórios de classificação de algodão. Dos 12 laboratórios credenciados, 10 alcançaram um índice de confiabilidade superior a 98%, um avanço significativo em relação aos seis laboratórios do ano anterior.



6. INTEGRAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO MUNICIPAIS AO SISBI-POA PARA AMPLIAR A OFERTA DE ALIMENTOS SEGUROS - CONSIM

Objetivo: ampliar o número de Municípios integrantes do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, SISBI-POA, por meio da adequação e qualificação de Consórcios Públicos de Municípios e dos

seus Serviços de Inspeção vinculados, bem como de estabelecimentos registrados. Objetivos Específicos:

- ampliar o âmbito de comercialização de produtos aos estabelecimentos integrantes do Cadastro geral do SISBI-POA;
- reduzir o risco relacionado à identidade e à segurança higiênico sanitária dos produtos de origem animal destinados aos consumidores; e
- fortalecer a produção de POA, respeitando os conhecimentos tradicionais e especificidades regionais.

SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA



SISTEMA BRASILEIRO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA.

Impacto Esperado:

- redução do risco relacionado à identidade e à segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos de origem animal destinados aos consumidores;
- fortalecimento do sistema de Saúde Animal com qualificação das ações de vigilância para doenças de importância sanitária realizadas nos estabelecimentos de abate registrados nos Serviços de Inspeção Municipal - SIM;
- redução do risco de concorrência desleal entre os agentes que atuam no setor, gerada pela realização de inspeção por meio de métodos universalizados e aplicados equitativamente em todos os estabelecimentos inspecionados e de ações de combate à fraude e à clandestinidade;
- ampliação do mercado potencial dos estabelecimentos registrados junto aos SIM;

- estímulo ao investimento e ao crescimento dos estabelecimentos registrados e, por consequência, dos produtores pecuários;
- facilitação da inserção de novos empreendimentos e de regularização dos já existentes, principalmente das agroindústrias familiares de pequeno porte; e
- desenvolvimento socioeconômico local e regional, observando princípios como autonomia, solidariedade, segurança alimentar, justiça social, respeito à cultura e tradição locais.

Principais Resultados em 2024: O Projeto ConSIM registrou avanços expressivos em 2024 na integração de consórcios municipais ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA). Durante o ano, a iniciativa trabalhou com 78 consórcios municipais, dos quais 39 avançaram para a fase de Qualificação para o Cadastro SISBI.

Nessa etapa, foram promovidas 38 Oficinas de Orientação, abordando os requisitos para adesão ao SISBI e a implementação de programas de autocontrole nas agroindústrias. Além disso, foram identificadas 85 agroindústrias aptas a participar do projeto. Essas empresas estão recebendo consultoria do PCT IICA/MAPA, com diagnósticos e planos de ação para adequação sanitária e implantação dos autocontroles, visando sua futura integração ao SISBI-POA.

Outros 15 consórcios seguem em fase de adequação para subsequente agendamento das oficinas e identificação das agroindústrias participantes.

Já os 24 consórcios que não se qualificaram para o projeto estão sendo apoiados por meio de ações organizadas pelo SEBRAE, em parceria com o MAPA, para fortalecer sua capacidade técnica.

A expectativa é que até abril de 2025 a fase de qualificação seja concluída, permitindo que os consórcios que atenderem aos critérios estabelecidos avancem para a Integração ao SISBI-POA.

7. PLANO NACIONAL DE GESTÃO DE RISCO AGROPECUÁRIO: FORTALECENDO A RESILIÊNCIA NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Objetivo: O Plano Nacional de Gestão de Risco Agropecuário visa fortalecer a resiliência do agronegócio brasileiro diante de desafios climáticos, econômicos e ambientais. Ele promove inovações como seguros paramétricos e inteligência artificial para monitoramento de riscos, além de ampliar o acesso ao crédito e seguro rural. Prioriza regiões com baixa adesão ao seguro e moderniza estações meteorológicas para melhorar a precificação. Também incentiva práticas agrícolas sustentáveis, garantindo maior segurança financeira aos produtores e competitividade ao setor.

Unidade Responsável: Secretaria de Política Agrícola - SPA



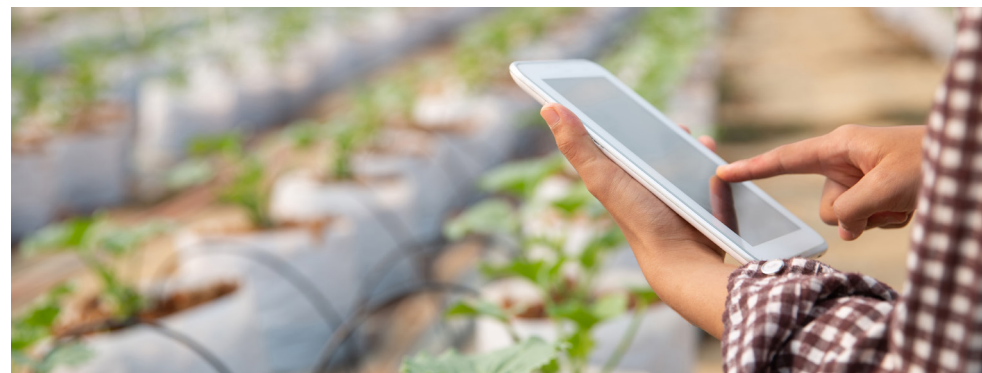
Impacto Esperado: O plano promoverá uma série de benefícios diretos e indiretos para o agronegócio brasileiro, com repercussões econômicas, sociais e ambientais. Entre os principais impactos esperados, destacam-se:

- a. **Precificação aprimorada de apólices de seguro:** a implementação de uma metodologia mais precisa permitirá que as apólices reflitam melhor os riscos reais, reduzindo seus custos e tornando-as mais acessíveis. Isso permitirá que seguradoras ofereçam produtos mais adequados aos diferentes perfis de produtores;
- b. **Novos modelos de seguro agrícola:** a introdução de seguros paramétricos permitirá pagamentos de indenizações com base em parâmetros predefinidos, como precipitação ou temperatura. Isso garantirá compensações rápidas e eficazes, aumentando a eficiência e expandindo a cobertura para culturas e regiões subatendidas;
- c. **Expansão da área segurada:** com o plano, espera-se um aumento significativo da área segurada, permitindo maior proteção contra riscos climáticos e ambientais. Isso beneficiará especialmente regiões com baixa adesão ao seguro, reduzindo perdas econômicas e estabilizando a renda dos agricultores;
- d. **Fomento à resiliência em regiões menos assistidas:** regiões vulneráveis e com baixa adesão ao seguro receberão incentivos para ampliar sua participação. Essas políticas garantirão maior proteção aos produtores e fomentarão o desenvolvimento sustentável em áreas necessitadas;
- e. **Taxas de crédito e subvenção otimizadas:** a otimização das taxas de crédito e subvenção reduzirá os custos para produtores, tornando o seguro mais acessível. Pequenos e médios agricultores terão melhores condições para contratar seguros, fortalecendo a estabilidade financeira do setor;
- f. **Melhoria da resiliência no agronegócio:** o fortalecimento da capacidade de adaptação dos produtores frente às mudanças climáticas garantirá maior segurança ao agronegócio. Políticas públicas, incentivos econômicos e tecnologias inovadoras permitirão maior competitividade global;
- g. **Identificação remota de práticas sustentáveis:** tecnologias de sensoriamento remoto serão utilizadas para monitorar e incentivar práticas sustentáveis, garantindo a conservação do solo, redução das emissões de carbono e gestão eficiente da água;

- h. Segurança financeira ampliada:** com novos modelos de seguro e fortalecimento da gestão de riscos, espera-se menor volatilidade da renda agrícola. Isso permitirá investimentos de longo prazo e recuperação rápida após eventos climáticos adversos;
- i. Inovação tecnológica no agronegócio:** a incorporação de tecnologias como inteligência artificial e big data aprimorará a previsão de eventos climáticos e a avaliação de riscos, beneficiando produtores e formuladores de políticas;
- j. Modernização da rede de estações meteorológicas:** a expansão da rede de estações meteorológicas permitirá maior precisão nos dados climáticos, beneficiando a precificação de seguros e o planejamento agrícola; e
- k. Avanço na gestão de riscos agrícolas:** o plano consolidará uma estrutura robusta para mitigar desafios climáticos e econômicos, garantindo maior segurança e sustentabilidade para o setor agrícola brasileiro.

Principais Realizações em 2024 Câmara Temática de Gestão de Risco Agropecuário:

- Fórum consolidado para políticas de gestão de risco;
- Estudo de Modelos de Seguro Internacional: Em fase inicial, buscando soluções inovadoras;
- Plataforma Socioambiental: Desenvolvimento avançado (61%).
- Ferramenta para Práticas Sustentáveis: Concluída e pronta para implementação;
- Modernização do ZARC: Expansão concluída, aumentando precisão.
- Plano Estratégico para Gestão de Riscos: Em andamento, incorporando IA e governança;
- Sistema Unificado de Dados e Personalização de Seguros: Desenvolvimento inicial;
- Mapeamento de Modelos de Crédito e Seguro: Em andamento; e
- Estudo de Expansão do PSR: Inicializado, focado em eficiência.



O projeto está avançando de acordo com suas metas, com previsões de entrega até 2025. O foco futuro será consolidar as soluções tecnológicas em andamento, ampliando o alcance das políticas de risco e sustentabilidade no setor agropecuário brasileiro.

8. PLANO DE FORTALECIMENTO DO FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA - FUNCAFÉ

Objetivo: aumentar/ampliar a aplicação dos recursos do Funcafé, em especial em regiões produtoras de café, direcionando mais recursos para pesquisa e promoção do café, evitando a existência de recursos ociosos no caixa do Fundo ou nos agentes financeiros operadores; promover a integração de sistemas para maior dinamismo no fluxo das informações referentes às operações de crédito realizadas com recursos do Funcafé; e revisar a norma que regulamenta o Fundo.

Unidade Responsável: Secretaria de Política Agrícola - SPA.

Impacto Esperado:

- a.** maior celeridade na aplicação dos recursos do Funcafé;
- b.** aplicação de toda a disponibilidade financeira do Funcafé;
- c.** continuidade do desenvolvimento das pesquisas geridas pela Embrapa Café por meio do Consórcio Pesquisa Café;
- d.** ampliação na difusão das tecnologias desenvolvidas;
- e.** ampliação do número de técnicos e produtores capacitados;

- f. contribuição para a promoção da imagem e sustentabilidade dos Cafés do Brasil;
- g. ampliação no número de beneficiários atendidos com recursos do Funcafé;
- h. maior transparência e segurança das informações referentes à aplicação dos recursos do Fundo; e
- i. normativo Funcafé (Decreto nº 94.847/1987) revisado ou novo decreto publicado.

Principais resultados em 2024: A meta de aplicação de recursos do Funcafé e atendimento de beneficiários para os contratos de 2024 está em 77%, abaixo do esperado (98%), devido ao atraso na assinatura dos contratos de credenciamento em dezembro de 2025. O atraso foi causado pelo ajuste do processo de credenciamento conforme a Lei 14.133 e suas especificidades;



Quanto aos desafios na implementação de diversas iniciativas voltadas para o desenvolvimento e fortalecimento do setor cafeeiro brasileiro, com destaque para:

- Gestão do Funcafé - Concluída a atualização da norma que regulamenta o Fundo da Defesa da Economia Cafeeira;
- Revitalização do Programa de Pesquisa da Embrapa Café - Firmado o TED 005/2024 com a Embrapa;
- Capacitação de Técnicos e Produtores - Firmado o TED 004/2024 com a Embrapa e TED 006/2024 com a Conab, para a ampliação em 30% do número de técnicos e produtores capacitados; e
- Promoção dos Cafés do Brasil - Firmado o TED 008/2024 com a Embrapa.

9. PLANO PARA AMPLIAÇÃO DO FINANCIAMENTO A SISTEMAS PRODUTIVOS MAIS SUSTENTÁVEIS, SIMPLIFICAÇÃO DAS LINHAS DE CRÉDITO E OTIMIZAÇÃO DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS - AGRONEGÓCIO MAIS SUSTENTÁVEL

Objetivo: fortalecer o apoio creditício à sustentabilidade agropecuária, conferindo previsibilidade aos agentes públicos e privados, e contribuindo para a tomada de decisão dos beneficiários do crédito rural e para a melhoria das condições de financiamento a projetos agropecuários que contemplem sistemas produtivos sustentáveis em sintonia com o Plano ABC + e as diretrizes da política agrícola.

Unidade Responsável: Secretaria de Política Agrícola - SPA.

Impacto Esperado: maior visibilidade da sociedade quanto ao comprometimento do MAPA com a sustentabilidade ambiental da agropecuária; fortalecimento e ampliação do alcance da política agrícola no apoio aos produtores rurais e às suas cooperativas de produção; aumento da flexibilidade dos agentes financeiros na alocação de recursos equalizáveis; e normalização da oferta de recursos equalizáveis durante a vigência do Plano Safra.

Principais resultados em 2024: Por ocasião dos lançamentos dos Planos Safra 2023/2024 e 2024/2025, foram anunciadas duas medidas para



conceder menores taxas de juros no âmbito do crédito rural de custeio para práticas ambientalmente sustentáveis: A primeira já foi regulamentada pela Resolução nº 5.078, de 29/06/2023, do Conselho Monetário Nacional que concedeu a redução de 0,5 ponto percentual na taxa de juros de custeio para os produtores rurais que possuem o Cadastro Ambiental Rural (CAR) analisado, em uma das seguintes condições: a) em Programa de Regularização Ambiental (PRA), b) sem passivo ambiental ou c) passível de emissão de cota de reserva ambiental e a segunda regulamentada pela Resolução nº 5.152 de 03/07/2024, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que também concede desconto de 0,5 ponto percentual na taxa de juros de custeio para os produtores rurais que adotarem práticas de produção agropecuária consideradas mais sustentáveis.

Além do estímulo por meio da bonificação nos encargos financeiros, prioriza-se a alocação de recursos em programas relacionados aos sistemas produtivos mais sustentáveis, como o Renovagro. A bonificação nos encargos financeiros também é um estímulo. Para operacionalização do desconto na taxa de juros para práticas mais sustentáveis, foi utilizada a Plataforma Agro Brasil + Sustentável, da SDI, a fim de verificar o cumprimento dos critérios por parte do produtor. A plataforma é instituída pela Portaria MAPA nr. 745, de 20 de dezembro de 2024, com regulamentação das portarias SDI/MAPA nr. 721 de 2 de janeiro de 2025 e nr. 722, de 2 de janeiro de 2025.

10 - IMPLANTAÇÃO DO PLANO SETORIAL PARA ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA E BAIXA EMISSÃO DE CARBONO NA AGROPECUÁRIA - PLANO ABC+

Objetivo: promover a adaptação à mudança do clima e o controle das emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE na agropecuária brasileira, com aumento da eficiência e resiliência dos sistemas produtivos, a partir de uma gestão integrada da paisagem.

Área Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - SDI.

Impacto Esperado:

- contribuição para o compromisso brasileiro de neutralidade de emissões até 2060, com a possibilidade de este prazo ser reduzido, segundo o Acordo de Paris, de modo que a temperatura média global não exceda a média atual em 1,5 grau Celsius (estimativa agressiva) ou 2,0 graus Celsius (estimativa conservadora) até o final do século XXI;
- redução da vulnerabilidade e aumento da resiliência dos sistemas agropecuários frente às mudanças climáticas; e
- contribuição com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Agenda 2030 e os pactos efetuados no âmbito do Acordo de Paris pelo Brasil.



Principais resultados em 2024: O ABC+ teve avanços neste período:

- a. SIGABC entrou em operação no 4º trimestre de 2024 para inserção dos dados dos Estados quanto às atividades relativas a este plano;
- b. Sicor encontra-se desenvolvido e em utilização interna, mas necessita de manutenção e atualização para ser disponibilizado publicamente;
- c. Plataforma ABC+: Lançado painel de Práticas para Recuperação de Pastagens Degradadas (PRPD). Painel de Terminação Intensiva (TI)



desenvolvido em 2024, não está publicado, pois aguarda liberação quanto à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

- d. Mais 3 painéis encontram-se com suas primeiras versões elaboradas em 2024, o de Florestas Plantadas (FP), o de Sistemas Irrigados (SI), o de Sistema Plantio Direto de Grãos (SPDG) e serão enviados no início de 2025 para autorização pela área de LGPD do MAPA;
- e. Grupos Gestores Estaduais: 24 dos 27 GGE's encontram-se reativados no ano de 2024. Etapa crucial para a disseminação do ABC+ na UF;
- f. Plano de Ação Estadual: 12 UFs com PAEs elaborados de acordo com o manual de elaboração de PAE. O PAE é o documento que consolida e formaliza o que cada estado irá contribuir com o ABC+ Nacional; e
- g. Crédito Rural: Atingidos mais de 3 milhões de hectares financiados com as tecnologias do ABC+ até 2024, suplantando a meta de 36%.

11 - PLANO DE AÇÃO PARA RECUPERAÇÃO E MANEJO DE FLORESTAS - PLANO FLORESTA + SUSTENTÁVEL

Objetivo: impulsionar o desenvolvimento do setor de florestas plantadas no Brasil, focando em estimular a produção, promover a recuperação de áreas degradadas e fortalecer cadeias produtivas, proporcionando reflexos positivos nos aspectos social, econômico e ambiental, bem como na convergência e integração dos Programas, das Políticas e ações existentes no MAPA, suas instituições vinculadas e parceiros, com foco no desenvolvimento florestal.

Área Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - SDI.

O Plano atende a objetivos específicos: apoiar o desenvolvimento florestal, promover o uso sustentável das florestas e cooperar com outras entidades para fortalecer a agenda de desenvolvimento florestal. O Plano possui três eixos:

- Florestas Plantadas: visa à atualização do Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas, no que tange a sua meta, Objetivos Nacionais Florestais - ONFs, Atividades Indicativas, além

de trazer informações sobre as áreas aptas a receberem plantios comerciais, de acordo com o Decreto nº 8.375/2014;

- Economia Florestal: objetiva estimular as cadeias florestais produtivas, por meio do fortalecimento da produção de mudas, identificação de viveiros, apoio nos plantios e manutenção, colheita e processamento de produtos madeireiros e não madeireiros; e
- Rede Floresta + Iniciativa Conexão Florestal: visa promover o enlace entre instituições detentoras de projetos florestais com investidores, a partir de demanda induzida ou espontânea, ao mesmo tempo em que desenvolve e promove uma rede colaborativa e integrada.

Impacto Esperado: o Plano Floresta + Sustentável estará alinhado com ações em conjunto com outros planos já em curso na Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - SDI, especificamente com o Nordeste + Sustentável e o Amazônia + Sustentável. Todos os planos supracitados estão sob gestão do mesmo Departamento: o Departamento de Reflorestamento e Recuperação de Áreas Degradadas - DEFLO.



A implementação do Plano Floresta + Sustentável possibilitará a abertura de novos mercados de produtos da sociobiodiversidade, novos arranjos produtivos, valorização, recomposição florestal e recuperação da vegetação nativa em unidades de produção agropecuária. Além disso, apoiará a adesão ao cadastro ambiental Rural - CAR, ao Programa de Regularização Ambiental e ao Pagamento por Serviços Ambientais.

Principais resultados em 2024: O Plano de Ação para Recuperação e Manejo de Florestas - Plano Floresta + Sustentável encontra-se com as portarias de criação e gestão publicadas (Portaria MAPA nº 628 de 14 de novembro de 2023 e Portaria MAPA nº 629 de 21 de novembro de 2023), teve seu lançamento em 24 de novembro de 2023, no estado da Bahia. O Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas (PNDF) foi atualizado e lançado em 21 de março de 2024. O Edital de Chamamento Público de projetos foi publicado em 21 de março de 2023 e foram assinados Protocolos de Intenções com 11 instituições para apoio institucional, compondo a Rede Floresta + Iniciativa Conexão Florestal. Para 2025 já está em articulação com novas instituições para aderirem a Rede. A Rodada de Negócios encontra-se estruturada e com estratégia definida, dependendo do aporte de recurso para sua realização. O Painel foi lançado em 21 de março de 2024. Seus ambientes geoespacial e de conexão da Rede está em fase de desenvolvimento em parceria através de um Acordo de Cooperação (ACT) do Ministério da Agricultura e Pecuária com o SERPRO.

12 - PLANO INOVA CACAU 2030

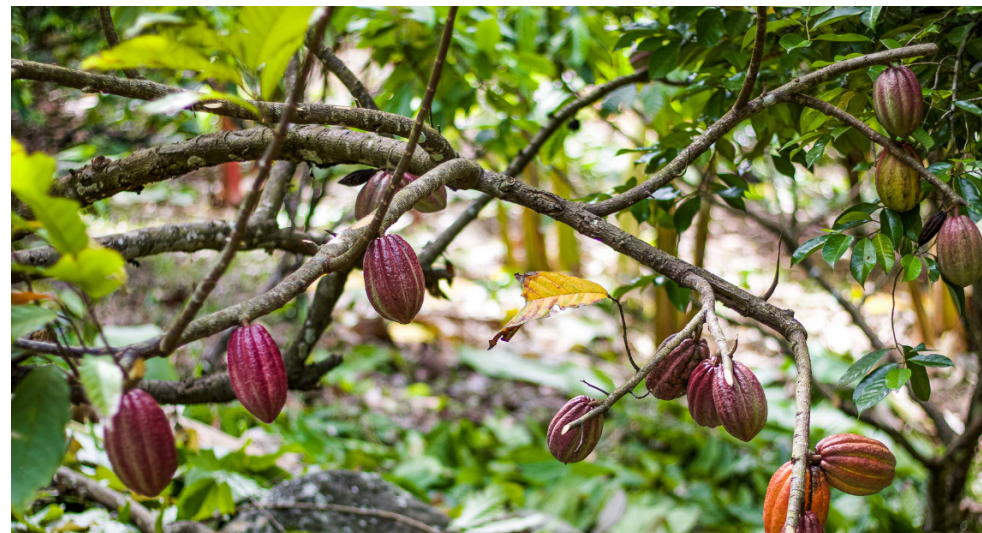
Objetivo: ampliar a produção nacional de cacau, melhorar sua qualidade e promover a sustentabilidade socioambiental da cadeia produtiva, gerando renda e garantia de trabalho decente, para que o Brasil possa alcançar a autossuficiência na produção e volte a exportar amêndoas e derivados com alto valor agregado.

Área Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - SDI.

Impacto Esperado: as ações do Inova Cacau Brasil 2030 terão impacto em toda a cadeia produtiva, aumentando o valor bruto da produção com geração de riquezas nos estados envolvidos, evitando importações e seus riscos fitossanitários inerentes e fortalecendo os produtores e a indústria nacional.

Mais de 80% dos cacauicultores são agricultores familiares, assim as ações de capacitação para adoção de práticas de manejo e tecnologias adaptadas terão impacto positivo na produtividade e na sua renda, contribuindo para o combate à pobreza. No Pará, por exemplo, atualmente são gerados quatro empregos diretos para cada dez hectares de cacau em produção.

O fomento a viveiristas, bem como as ações de pesquisa e inovação voltadas ao desenvolvimento de novos cultivares de cacau e técnicas de mecanização e automação abrirão novas fronteiras, incluindo áreas não tradicionais de cultivo do cacau, atraindo novos produtores, ampliando a produção e gerando direta e indiretamente milhares de empregos com benefício a toda a cadeia produtiva.



O cacau tem grande potencial de fixação de carbono e recuperação de áreas antropizadas. Aliada a outras culturas sob o sistema agroflorestal

diversificado, a expansão da cacauicultura contribuirá para a conservação dos ecossistemas com geração de renda associada ao pagamento por serviços ambientais e ativos de carbono.

Tendo como principal produto o chocolate, o Plano Inova Cacau Brasil 2030 contempla ações de capacitação e incentivo ao empreendedorismo atraindo jovens e mulheres para a cadeia produtiva, promovendo inclusão social e igualdade de gênero.

Com a ampliação do uso de boas práticas de colheita, pós-colheita, processamento, melhoria da qualidade das amêndoas e apoio à certificação e à rastreabilidade, este plano contribuirá para o aumento das exportações de cacau fino de aroma e seus derivados, contribuindo para o superávit na balança comercial brasileira e trazendo reconhecimento internacional para a qualidade do cacau brasileiro.

O Plano Inova Cacau Brasil 2030 contribuirá para o alcance direto de pelo menos onze dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS das Nações Unidas:

- ODS 1: Erradicação da Pobreza;
- ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável;
- ODS 5: Igualdade de Gênero;
- ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico;
- ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura;
- ODS 10: Redução de Desigualdades;
- ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis;
- ODS 12: Consumo e Produção Sustentáveis;
- ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima;
- ODS 15: Vida Terrestre; e
- ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação.

Principais resultados em 2024: Em 2024, o Plano Inova Cacau 2030 apresentou avanços significativos. Em prosseguimento ao Plano Estratégico (lançado em 2023), a estruturação do Plano Tático-Operacional foi iniciada no primeiro semestre, com foco no alinhamento e engajamento dos principais parceiros da cadeia de valor do cacau.

A execução das iniciativas destes parceiros começou no segundo semestre, com a definição dos papéis e contribuições prevista para 2025. A cacauicultura mostrou sinais de recuperação na Amazônia, especialmente no Pará, enquanto a CEPLAC consolidou seu papel como referência em ciência e tecnologia para o setor, promovendo sistemas agroflorestais sustentáveis.

Além disso, houve avanços na produção de cacau fino de aroma, impulsionando a perspectiva de maior participação brasileira no mercado internacional. A valorização do cacau também foi expressiva, com os preços atingindo USD 12.646 por tonelada, refletindo a crescente demanda por produtos de alta qualidade.

Esses resultados fortalecem as bases para que o Brasil alcance a autossuficiência na produção sustentável e se consolide como um dos principais produtores de cacau no cenário mundial até 2030.



13. PLATAFORMA AGRO BRASIL + SUSTENTÁVEL

Objetivo: qualificar a produção agropecuária brasileira por meio da integração de bancos de dados oficiais, de forma voluntária, universal e sem custos para o produtor rural.

Área Responsável: Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo - SDI.

Impacto Esperado:

- qualificação da produção agropecuária brasileira e atendimento a exigências de mercado;
- geração de informações organizadas, rastreáveis e confiáveis sobre a produção agropecuária sustentável no Brasil;
- destaque aos esforços do setor agropecuário voltados à sustentabilidade de seus processos produtivos;
- ampliação da oferta de produtos agropecuários, e seus derivados, com diferencial de sustentabilidade de seus processos produtivos, e alto valor intrínseco e extrínseco agregado;
- impulsionamento à geração de tecnologias sustentáveis e promoção da inovação no agronegócio brasileiro;
- impulsionamento à agropecuária sustentada por dados; e
- criação de novos mercados, oportunidades econômicas e prosperidade climática aos produtos agropecuários brasileiros.



Principais resultados em 2024: A Plataforma Agro Brasil + Sustentável foi lançada em 19 de dezembro de 2024 e instituída, juntamente com o Programa Agro Brasil + Sustentável, pela Portaria MAPA Nº 745, de 20

de dezembro de 2024. Inicialmente prevista para 24 de julho de 2024, a plataforma teve seu lançamento adiado devido a entraves na aquisição de bases de dados oficiais. Seu primeiro módulo, voltado ao Plano Safra, entrou em pleno funcionamento em 2 de janeiro de 2025.

Por meio da plataforma, produtores que adotam programas sustentáveis reconhecidos pelo MAPA podem solicitar às instituições credoras redução de 0,5 ponto percentual nos juros do Plano Safra 2024/2025, conforme a Resolução CMN nº 5152. O acesso à plataforma é gratuito e voluntário pelo portal gov.br, onde o agricultor pode inserir as informações da sua propriedade.

14 - PROJETO RURAL + CONECTADO

Objetivo: ampliar a conectividade nas áreas rurais, por meio de infraestrutura e conteúdo de qualidade, visa impulsionar o desenvolvimento sustentável. Isso será alcançado através da adoção de tecnologias, capacitação a distância, assistência técnica digital e outros benefícios proporcionados pela conectividade.

Este projeto visa oferecer uma ampla gama de opções de infraestrutura para serviços de telecomunicações, incluindo fibra óptica, satélites de alta capacidade, redes wireless, Wi-Fi, 4G e 5G. O objetivo é maximizar a disponibilidade de opções para os provedores de serviços.

O público beneficiário será atendido por meio de estratégias definidas pelo MAPA, em colaboração com os ministérios do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), visando reduzir as desigualdades regionais.

Impacto Esperado:

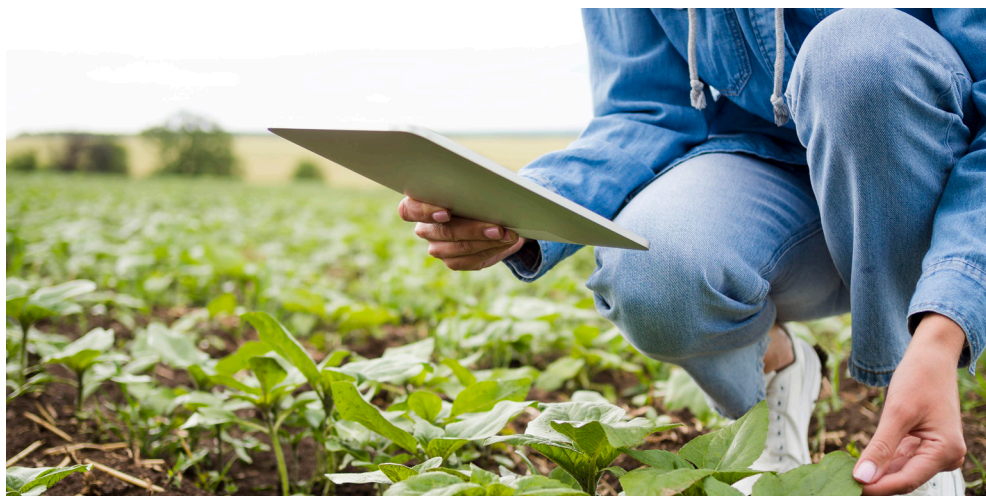
- melhorar os índices de conectividade das áreas rurais, tanto de cobertura de sinal (serviço móvel pessoal 4G ou 5G) quanto de acesso em banda larga nas residências rurais;

- ofertar plataformas de conteúdos de qualidade para promover a inclusão tecnológica de produtores rurais, com linguagem adequada para cada realidade;
- promover o desenvolvimento de territórios com menor IDH; e
- promover a alavancagem de tecnologias para produtores que dependem de conectividade para as aplicações e equipamentos no escopo da agricultura digital como máquinas, equipamentos e sensores.

Principais resultados em 2024: Em 2024, a Linha de Financiamento exclusiva do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), operada pelo BNDES, alcançou um marco significativo, com R\$ 400 milhões captados para investimentos em conectividade rural.

Com uma taxa atrativa de 1% a.a. + TR, os recursos financiaram projetos de Serviço Móvel Pessoal (SMP) com 4G e 5G, além de redes de transporte de alta capacidade em fibra óptica e rádios digitais, ampliando o acesso à internet em áreas rurais selecionadas pelo MAPA. O financiamento também incluiu a implantação de infraestrutura essencial, como torres de telecomunicação.

A Região Nordeste foi a mais beneficiada, refletindo o compromisso com a inclusão digital e o desenvolvimento rural.



15 - IMAGEM DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO - TRUE AGRO BRASIL

Objetivo: melhorar a percepção do agronegócio brasileiro no que se refere:

- ao protagonismo e vanguarda na agropecuária sustentável, conciliando produção de alimentos com preservação ambiental;
- aos aspectos de inovação e tecnologia adaptados a um modelo de agricultura tropical;
- ao papel do Brasil como ator responsável e importante na segurança alimentar global e no fornecimento de alimentos saudáveis;
- às excelentes condições sanitárias e fitossanitárias, com status privilegiado frente às principais enfermidades e pragas; e
- ao impacto social positivo do setor agropecuário, como o crescimento do cooperativismo e associativismo, manutenção da população no campo e geração de renda e emprego.

Além disso, o projeto tem como objetivo dar visibilidade quanto ao potencial exportador de produtos produzidos com uso de técnicas e tecnologias sustentáveis e promover a cultura exportadora junto aos produtores.

Área Responsável: Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI.

Impacto Esperado: espera-se que a execução do projeto possa potencializar o papel do agronegócio brasileiro e do MAPA como protagonistas na produção sustentável de alimentos saudáveis, enaltecendo os aspectos de inovação e tecnologia, sanidade e o impacto social positivo do setor agropecuário. Além disso, que possa contrapor narrativas infundadas que associam a agropecuária brasileira à degradação ambiental.

Principais resultados em 2024: Ao longo de 2024, a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI) promoveu uma série de iniciativas estratégicas para fortalecer a imagem da agricultura brasileira no cenário global. O Ministério da Agricultura e Pecuária, por meio do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR) da SCRI, utilizou como base um estudo realizado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) para criar um repositório de

informações. Esse repositório foi desenvolvido para subsidiar os adidos agrícolas no exterior, consolidar um discurso unificado sobre os impactos positivos das políticas internas e das ações do setor produtivo, além de apoiar publicações em mídias sociais e alimentar um hotsite dedicado à imagem do agronegócio brasileiro.



As principais ações de promoção da imagem ocorreram no âmbito de missões empresariais e oficiais organizadas pelo MAPA, nas quais foram destacados pilares como sustentabilidade, segurança sanitária e a confiabilidade dos produtos agropecuários brasileiros. Essas missões reforçaram o papel do Brasil como um parceiro estratégico na segurança alimentar global. Além disso, 13 feiras internacionais realizadas no exterior representaram oportunidades valiosas para a promoção comercial e a divulgação da imagem do agronegócio nacional. Por meio do Projeto Imagem e do Repositório de Informações, o MAPA atendeu a demandas de embaixadas, apoiando ações de promoção da imagem do Brasil junto a parceiros locais. Entre essas ações, destacam-se a organização

de eventos em organismos internacionais, a divulgação de materiais informativos em feiras e o suporte às missões do MAPA.

No âmbito nacional, o MAPA coordenou encontros e apresentações sobre a imagem da agricultura brasileira durante visitas de delegações de países como China, Dinamarca, Emirados Árabes, Índia e Japão. Essas visitas tiveram como objetivo aprofundar o conhecimento sobre o setor agropecuário brasileiro e identificar oportunidades de negócios. Além disso, 2024 marcou o retorno do MAPA e da SCRI às feiras nacionais de relevância internacional. Um exemplo foi a participação na feira SIAVS, realizada em São Paulo, onde foi instalado um estande institucional que recebeu visitantes de 14 países, incluindo importantes compradores de produtos brasileiros. Durante o evento, foram compartilhadas informações sobre a produção agrícola nacional e os esforços do setor público e privado em prol da sustentabilidade, com destaque para o Plano ABC+ e suas tecnologias, metas e financiamentos disponíveis, como o RenovAgro.

O Projeto Imagem também incluiu iniciativas para fomentar a cultura exportadora, como as Caravanas do Agro Exportador. Esses eventos, realizados em formato de seminário, abordaram temas como competitividade, sustentabilidade, mecanismos de promoção comercial e o status das negociações internacionais. A primeira Caravana foi realizada em dezembro, no Ceará, com foco na indústria pesqueira, contando com a participação de técnicos do MAPA, do Ministério da Pesca e Aquicultura, e o apoio do Governo do Ceará e da Federação das Indústrias do estado.

No campo das articulações institucionais, o MAPA participou ativamente do Comitê da Política Nacional de Cultura Exportadora, sediado no MDIC, contribuindo para o planejamento de ações, a formulação de planos estaduais de cultura exportadora (como os de Rondônia e Pernambuco) e a divulgação das Caravanas. Além disso, o Ministério integrou o Programa de Imagem e Acesso a Mercados do Agronegócio Brasileiro (PAM Agro), liderado pela ApexBrasil, com foco na promoção da imagem do setor no exterior, especialmente na Europa.

Para 2025, o Projeto Imagem prevê a ampliação de suas ações, incluindo publicações em inglês nas redes sociais, a edição de informativos para

divulgação internacional, a participação em feiras nacionais e internacionais, a disponibilização do Repositório de Informações para uso interno e externo, e a expansão das Caravanas do Agro Exportador.

No âmbito da cooperação técnica, 2024 foi um ano de avanços significativos. Foram assinados 19 instrumentos de cooperação sul-sul, incluindo Memorandos de Entendimento e Cartas de Intenções, com países como Azerbaijão, Índia, Bolívia, Chile, Angola, China, Cuba, Honduras, Equador e Colômbia. Além disso, destacam-se parcerias estratégicas, como a firmada com o IFDC (Centro Internacional de Desenvolvimento de Fertilizantes), dos Estados Unidos, para impulsionar pesquisas e desenvolvimento na área de fertilizantes, e com a ALASA (Associação Latino-Americana para o Desenvolvimento do Seguro Rural), que culminará na realização de um grande evento sobre seguro rural no Brasil em 2025. Outro marco foi a assinatura de um acordo com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) para a recuperação de áreas degradadas, reforçando o interesse japonês no Programa Nacional de Recuperação de Pastagens Degradadas (PNCPD).

Por fim, em parceria com o IICA, o MAPA acordou a realização da Junta Interamericana da Agricultura (JIA), encontro bianual dos ministros da agricultura das Américas, que será sediado em Brasília em novembro de 2025. Além disso, por meio de uma consultoria externa contratada pelo IICA, foi finalizado um trabalho estruturante para a área de cooperação internacional, visando aprimorar os processos de negociação, análises técnicas e jurídicas, e a execução das atividades de cooperação do Brasil no setor agrícola.

Essas iniciativas consolidaram o ano de 2024 como um período de fortalecimento da imagem do agronegócio brasileiro e de expansão da cooperação técnica internacional, preparando o terreno para novos avanços em 2025.

DEMAIS RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO MAPA EM 2024

Além dos produtos das Iniciativas Estratégicas elencadas no item anterior, a seguir será realizada uma apresentação resumida dos principais resultados das áreas de atuação do MAPA em 2024

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

A Secretaria de Política Agrícola é responsável pelas iniciativas do Ministério relacionadas ao crédito e seguro rural, bem como temas que envolvem o Zoneamento Agrícola de Risco Climático, comercialização de produtos agropecuários, abastecimento, análise econômica agrícola, e gerência o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira.

PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL (PSR)

- A Câmara Temática de Gestão de Risco Agropecuário foi lançada com o objetivo de fortalecer a formulação de políticas para enfrentar os diversos riscos que enfrentam a atividade agropecuária, com foco especial nas questões ambientais e nas mudanças climáticas;
- O projeto Cafeicultura Brasileira Resiliente visa promover práticas sustentáveis na produção de café no Brasil, incentivando a compensação de crédito de carbono no pagamento de seguros rurais. Através de um acordo entre o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), o Conselho Nacional do Café (CNC) e a ProNatura International, o projeto pretende beneficiar os cafeicultores com descontos em seguros e fortalecer a economia do setor;
- O Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) aprovou o Plano Trienal do Seguro Rural para o período de 2025 a 2027, define diretrizes e prioridades para a política de subvenção ao prêmio do seguro rural, destacando incentivos para o seguro paramétrico, contratações nas Regiões Norte e Nordeste, e beneficiários com operações de crédito rural vinculadas ao Programa RENOAGRO;

- Foi aprovado um crédito extraordinário de R\$ 210,9 milhões para o Rio Grande do Sul, destinado ao seguro rural em municípios afetados por enchentes. Desse total, R\$ 184,2 milhões foram utilizados, beneficiando mais de 15 mil produtores em 824 mil hectares segurados, com capitais garantidos de R\$ 6,2 bilhões;



Grupos de atividades		Percentual em subvenção	Limite anual
Grãos	Soja	20%	R\$ 60.000 (Por grupo)
	Demais	40%	
Frutas, olerícolas, café e cana-de-açúcar			
Florestas			
Pecuária			
Aquicultura			

Grupos de atividades	Percentual em subvenção	Limite anual
Limite anual R\$ 120.000,00		

Seguro paramétrico: 25% de subvenção ao prêmio para a soja e 45% para as demais atividades.

Região Norte e Nordeste: 30% de subvenção ao prêmio para a soja e 45% para as demais atividades.

Programa RENOAGRO: 25% de subvenção ao prêmio para a soja e 45% para as demais atividades.

- O governo brasileiro investiu R\$ 1,072 bilhão em seguros rurais, permitindo a emissão de 138.101 apólices que beneficiaram mais de 86 mil produtores rurais. Essa iniciativa protegeu 7,3 milhões de hectares de plantações, garantindo um capital segurado total de R\$ 51,6 bilhões;
- Em outubro de 2024, a Embrapa iniciou os testes e a validação técnica do Sistema de Informações Zarc Níveis de Manejo (SI ZarcNM). Este sistema classifica áreas de produção de grãos em níveis de manejo, avaliando riscos climáticos específicos para cada classe. O objetivo é apoiar a gestão de riscos do Programa de Seguro Rural (PSR) e do Proagro;
- O Termo de Execução Descentralizada (TED) tem como objetivo avaliar e validar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) para a cultura da soja no Paraná, considerando os Níveis de Manejo (NM). O projeto envolve o desenvolvimento e monitoramento de 10 lavouras de soja no estado e a parceria com duas cooperativas para realizar ciclos de palestras sobre a nova metodologia ZARC NM; e
- A formalização de um Termo de Execução Descentralizada (TED) pelo Ministério da Agricultura e Pecuária com a Embrapa Cerrados visa a realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. O objetivo é incluir a Saúde do Solo, utilizando a tecnologia de Bioanálise de Solo (BioAS), no Programa Nacional de Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc). O projeto é intitulado "Saúde do Solo no monitoramento de risco agrícola, rumo a uma agricultura sustentável e climaticamente inteligente".

APOIO À COMERCIALIZAÇÃO

- Leilões de PEP e PEPRO de borracha natural: foram vendidas 27 mil toneladas de coágulo virgem a granel (DRC de 53%), correspondente a R\$ 35 milhões em subvenção aos produtores rurais;
- Contratos de Opção de Venda pública de arroz: por meio da Medida Provisória 1.260, de 27/09/2024, foi concedido crédito extraordinário de R\$ 998,1 milhões na ação orçamentária 2130 (Formação de Estoques Públicos), para lançamento de contratos de opção para 500 mil toneladas de arroz em casca.; e
- Aquisição do Governo Federal (AGF) de trigo: foram destinados R\$ 261 milhões para a aquisição de 200 mil toneladas de trigo do Rio Grande do Sul.

FINANCIAMENTO AO AGRONEGÓCIO CAFÉ

Para o exercício de 2024, foram disponibilizados 6,87 bilhões para financiamento do setor cafeeiro, sendo distribuído em cinco linhas de crédito conforme quadro abaixo:

Linha de Crédito	Valor
Comercialização	2.490.565.739
FAC	1.615.357.735
Custeio	1.735.426.947
Capital de Giro	1.015.255.692
Recuperação de Cafezais	11.679.484
TOTAL	6.868.285.237

- Para operar os recursos, foram contratados 28 agentes financeiros, entre bancos (públicos e privados) e cooperativas centrais de crédito; e
- As informações estão disponíveis de forma dinâmica para consulta no Painel Funcafé (<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/cafe/painel-funcafe>).

DESENVOLVIMENTO DA CAFEICULTURA

- Para o exercício de 2024, foram disponibilizados 31 milhões para as ações de apoio ao desenvolvimento da cafeicultura. O financiamento de projetos cujo escopo atendam ao objetivo dessa ação se deu por meio de parcerias realizadas via Termos de Execução Descentralizada (TEDs), conforme quadro abaixo:

Número de TED	Instituição	Objeto	Valor
04/2024	Embrapa Café	Capacitação de técnicos e produtores do agronegócio do café	3.774.940
05/2024	Embrapa Café	Contratação de Carteira de Projetos de Pesquisa de soluções tecnológicas para o negócio do café no Brasil	13.778.522
06/2024	Conab	Aprimorar a metodologia de estimativa de safra de café por meio da utilização do método objetivo para mensurar a produtividade.	1.700.000
07/2024	Embrapa Café	Financiamento do projeto "Revitalização de mananciais e preservação de matas ciliares em áreas de produção de café", escolhido no âmbito do projeto Café Produtor de Água.	450.000
08/2024	Embrapa Café	Custear o Projeto: "Promoção dos Cafés sustentáveis do Brasil, proposta pela Associação Brasileira da Indústria de Café."	4.500.000
TOTAL			24.203.462

Maiores informações sobre os instrumentos celebrados com os recursos do Funcafé, encontram-se disponíveis em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/cafe/funcafe>



COTA AMERICANA DE EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR

Por meio da publicação das Portarias MAPA nº 641, de 20 de dezembro de 2023; nº 677, de 24 de abril de 2024; e nº 724, de 14 de outubro de 2024, as usinas produtoras de açúcar das regiões norte e nordeste do Brasil poderão exportar até **222.043,24 TM (toneladas métricas) de açúcar para o Governo dos Estados Unidos**, sem o respectivo recolhimento dos tributos de importação. Essa isenção tributária favorece a competitividade do Brasil e impulsiona o crescimento sustentável do setor açucareiro no país.

LEI COMBUSTÍVEL DO FUTURO

O Ministério da Agricultura e Pecuária faz parte do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que, em 2021, criou o programa Combustível do Futuro. O objetivo do programa é expandir o uso de combustíveis

sustentáveis e de baixa intensidade de carbono, como etanol, biodiesel e biocombustíveis, com base nas experiências bem-sucedidas do Brasil. O comitê técnico do programa, criado pela Resolução CNPE nº 07, concluiu seus trabalhos em 360 dias, resultando na **aprovação do PL 528/2020 e na promulgação da Lei nº 14.993, em outubro de 2024**. A implementação do programa prevê investimentos de R\$ 260 bilhões até 2037 e a redução de 705 milhões de toneladas de CO2 no mesmo período.

SAPCANA

O Sistema de Acompanhamento da Produção Canavieira, realizou, ao longo do ano de 2024, o cadastramento de oito novas unidades produtoras de açúcar e/ou etanol em sua base de dados corporativa, totalizando **348 unidades cadastradas até o mês de novembro**. Atualmente o sistema está recebendo informações referentes à safra 2024/2025, e apresenta as **produções acumuladas de 561.136.694t de cana-moída, 36.666.726t de açúcar e 28.508.445m³ de etanol**.

Os dados possibilitam a formulação de políticas públicas do Governo Federal voltadas ao desenvolvimento da agroindústria sucroenergética, destinadas a garantir o abastecimento interno e os compromissos internacionais, além de possibilitar maior transparência e credibilidade ao setor produtivo. Esses dados são compartilhados com outros órgãos e entidades da administração, além de instituições de ensino, sindicatos e entidades ligados ao setor, bem como para toda a sociedade.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA OIA

A participação anual no Seminário Internacional da Organização Internacional do Açúcar (OIA) é de grande relevância devido ao papel estratégico que o Brasil desempenha no mercado global do açúcar. O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de açúcar, sendo responsável por cerca de 20% da produção global e mais de 40% das exportações. Através da OIA, o Brasil participa de discussões sobre questões cruciais, como políticas comerciais, sustentabilidade, inovação tecnológica e o combate



ao protecionismo. A organização também oferece uma plataforma para o país fortalecer sua diplomacia comercial e defender seus interesses, como a busca por melhores condições de exportação e a promoção do etanol como uma alternativa sustentável ao açúcar.

PUBLICAÇÕES

- "Boletim Informativo Mensal de Exportações", contendo informações sobre exportações por portos regionais, de algodão, soja e derivados e milho (mensal);
- "Sumários Executivos", contendo informações sobre produção, cotações, importações e exportações das cadeias produtivas de algodão, arroz, café, complexo carnes, feijão, laranja, leite e derivados, milho, complexo soja e trigo (mensal);
- "Mercado Agrícola Semanal", contendo a evolução das cotações de preços nos mercados internos e externos das cadeias produtivas de algodão, arroz, café, carnes, feijão, laranja, leite e derivados, milho, complexo soja e trigo (semanal);
- "Valor Bruto da Produção" abrangendo 22 produtos agropecuários, contendo o valor monetário correspondente à produção à nível de propriedade rural;
- Boletim Agropecuária Brasileira em números, contendo os principais índices e valores econômicos relevantes da agropecuária nacional (mensal);
- Edição 2024 do "Valor da Produção - 100 municípios mais ricos do agronegócio brasileiro em 2023." (anual); e
- "Projeções do Agronegócio do Brasil" referente ao período 2023/24 a 2033/34, para 28 produtos, contendo as estimativas de produção, consumo, exportação nos 10 anos do período. (anual).

OUTROS

Apresentação da posição técnica do MAPA na audiência pública do Supremo Tribunal Federal referente a Ação de Inconstitucionalidade 5553/2019, que trata da suspensão do benefício do Convênio 100/ICMS, e retorno da incidência do Imposto sobre produtos Industrializados (IPI), nos defensivos agrícolas.

CÂMARAS SETORIAIS E TEMÁTICAS

- Realização de **147 reuniões** das **39** Câmaras Setoriais e Temáticas do MAPA (previsão de **mais 23 reuniões em dezembro**), com encaminhamento de **92 demandas** do setor produtivo agropecuário brasileiro;
- Realização de reunião com todas as Câmaras Setoriais e Temáticas para análise de diversos **regulamentos técnicos em conjunto com a SDA**. Ex: RIISPOV;
- Reunião com todas as Câmaras Setoriais e Temáticas para apresentação e análise de módulo relativo à **plataforma SDA Digital**; e
- **Criação** das Câmaras Temáticas de Agrocarbono Sustentável e a de Gestão de Risco do Agropecuário.



CRÉDITO RURAL

Proposições de atos normativos referentes à operacionalização do financiamento agropecuário para:

Por meio de consultas aos agentes econômicos que compõem o agronegócio brasileiro e de estudos internos das demandas potenciais de custeio e de investimento, bem como da capacidade de autofinanciamento do produtor rural, foram elaboradas propostas de alterações e de adequações de normas codificadas pelo Manual de Crédito Rural de forma a promover regras, em especial no âmbito dos programas de investimentos, mais aderentes às necessidades de financiamentos identificadas para o ano safra 2024/2025. Mediante negociações desse Ministério da Agricultura e Pecuária com os membros do Conselho Monetário Nacional (CMN), foram priorizados, por meio da elevação de recursos programados ou redução das taxas de juros, os programas de investimentos que fomentam, direta ou indiretamente, a agricultura de baixo carbono no Brasil:

- a. RenovAgro - Programa de Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis;
- b. ModerAgro - Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais;
- c. Prolrriga - Programa de Financiamento à Agricultura Irrigada e ao Cultivo Protegido;
- d. InovAgro - Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária;
- e. PCA - Programa para Construção e Ampliação de Armazéns; e
- f. ModerFrota - Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados.

Planejamento, coordenação e acompanhamento das ações para a aplicação dos recursos do crédito rural para:

Dos R\$ 5,9 bilhões destinados à equalização da agricultura empresarial, R\$ 4,04 bilhões estão expressamente alinhados com a agricultura de baixo carbono, seja de forma direta ou indireta. Isso equivale a 70% do total de recursos orçamentários destinados à equalização de taxas de juros do crédito rural empresarial.



- **Programa de Financiamento à Agricultura Irrigada e ao Cultivo Protegido - Prolrriga:** está alinhado com os princípios da agricultura de baixo carbono ao promover práticas de Irrigação sustentável que ajuda a mitigar as mudanças climáticas, possui R\$ 2,6 bilhões de recursos programados e um custo estimado total de equalização de R\$ 103 milhões.
- **Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais - ModerAgro:** Incentivo a práticas agrícolas sustentáveis que reduzem emissões de gases de efeito estufa e

aumentam a fixação de carbono no solo e na vegetação, com R\$ 3 bilhões em recursos e R\$ 194 milhões de equalização.

- **Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras - ModerFrota:** Modernização da frota agrícola para maior eficiência e redução de emissões, com R\$ 12,3 bilhões em recursos e R\$ 184 milhões de equalização.
- **Programa de Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis - RenovAgro:** Financiamento para práticas que reduzem emissões, com R\$ 7,7 bilhões em recursos e R\$ 1,7 bilhão de equalização.
- **Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária - InovAgro:** Adoção de tecnologias inovadoras para práticas agrícolas mais sustentáveis, com R\$ 3,5 bilhões em recursos e R\$ 224 milhões de equalização.
- **Programa para Construção e Ampliação de Armazéns - PCA:** Melhorar a eficiência logística e reduzir perda pós-colheita, com R\$ 7,8 bilhões em recursos e R\$ 1,3 bilhão de equalização.
- **Custeio + Sustentável:** Regularização ambiental e práticas sustentáveis, com R\$ 8,6 bilhões em recursos e R\$ 355 milhões de equalização.



Promoção de linhas de financiamento alternativas ou complementares ao crédito rural para:

Destinação de novas fontes de recursos para o financiamento com as finalidades de custeio ou de investimento para apoiar ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e de enfrentamento das consequências sociais e econômicas de calamidades públicas, nos termos do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

- a. O superávit financeiro do FS, saldos anuais não aplicados, juros e amortizações de financiamentos, rendimentos de aplicações e outras fontes agora se submetem ao limite legal de R\$ 20 bilhões e as Doações de entidades nacionais e internacionais e empréstimos de instituições financeiras são novas fontes, mas sem limitação legal;
- b. Essas linhas de financiamentos são, em regra, destinadas a pessoas físicas ou jurídicas em áreas de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional. Entretanto, ficam excepcionalizadas as operações de custeio/capital de giro quando contratadas para produtores rurais, cooperativas agropecuárias, cerealistas e fornecedores de insumos, desde que atendidas algumas condições da Resolução nº 5.140 do CMN; e
- c. O BNDES pode agora ampliar os prazos de reembolso em até 36 meses para cooperativas e produtores rurais.

Autorização de aumento da participação da União em fundos garantidores de risco de crédito de operações de financiamento de investimento realizadas com produtores rurais e suas cooperativas, conforme regulamenta a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009. Trata-se de uma reestruturação do sistema de garantias tanto no âmbito do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), quanto fora desse sistema e com foco em operações de crédito em empreendimentos localizados em áreas afetadas por eventos climáticos extremos.

Elaboração de propostas e participação de negociações relacionadas à política de financiamento agropecuário, inclusive para o cooperativismo rural

Autorização para renegociação de parcelas de operações de crédito rural de investimento, com vencimento em 2024, contratadas por médios e demais produtores rurais cuja renda da atividade tenha sido prejudicada por adversidades climáticas ou dificuldades de comercialização, para culturas e empreendimentos específicos conforme determina o CMN e a tabela a seguir:

Soja	Milho	Pecuária de Corte	Pecuária de Leite
GO	GO	AC	ES
MT	MT	AP	MS
MS	MS	AM	MG
PR	PR	GO	PR
RS	RS	MT	RJ
SC	SC	MS	RS
SP	SP	MG	SC
-	-	PA	SP
-	-	RO	-
-	-	RR	-
-	-	TO	-

Fonte: Resolução CMN nº 5.123/2024

Renegociação de crédito rural: Autorização para prorrogar automaticamente o vencimento de parcelas de principal e juros em municípios com situação de emergência ou calamidade pública reconhecida pelo governo federal, conforme diretrizes do CMN.

Subvenção econômica (Pronamp): Autorização ao Poder Executivo Federal para concessão de subvenção econômica sob forma de desconto, em parcela única, no valor do crédito rural para mutuários com perdas

materiais devido aos eventos climáticos, nos termos do Decreto Legislativo nº 36/2024.

Liquidação e renegociação de crédito: Autorização ao Poder Executivo Federal para concessão de subvenção econômica sob a forma de desconto para liquidação ou renegociação de parcelas de operações de crédito rural de custeio, de investimento e de industrialização contratadas por mutuários que tiveram perdas materiais de eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024, nos termos do Decreto Legislativo nº 36/2024 em municípios do Estado do Rio Grande do Sul que tiveram estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecido pelo Poder Executivo federal.



Coordenação e promoção de planos agropecuários e de safras e acompanhamento da sua execução:

Ampliação do total dos recursos programados no âmbito do Plano Safra 2024/25 em aproximadamente 10% relativamente ao plano anterior, conforme tabela a seguir:

Finalidades/Programas	2024/25 (R\$ bilhões)	2023/24 (R\$ bilhões)	Variação (%)
Total	400,60	364,22	+10,0
Custeio	292,29	270,98	+7,9
Comercialização	1,00	1,14	-12,3
Industrialização	n.a.	n.a.	n.a.
Investimento	107,31	92,10	+16,5
<i>ModerFrota</i>	12,30	11,86	+3,7

Finalidades/ Programas	2024/25 (R\$ bilhões)	2023/24 (R\$ bilhões)	Variação (%)
RenovAgro	7,68	6,93	+10,8
PCA	7,80	6,64	+17,5
InovAgro	3,50	3,80	-7,9
Prolrriga	2,60	2,37	+9,7
ModerAgro	3,00	2,85	+5,3
ProdeCoop	1,80	1,90	-5,3
ProcapAgro	1,00	0,95	+5,3
Outros	67,63	54,80	+23,4

Fonte e Elaboração: DEFIN/SPA-MAPA

Formulação de propostas e participação de negociações nacionais e internacionais e implementação de compromissos institucionais referentes às atividades de sua competência, inclusive em articulação com a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais por meio de seus adidos relativos aos temas:



- a. Taxonomia Sustentável Brasileira;
- b. Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas;
- c. Comitê de Finanças Soberanas Sustentáveis;
- d. Grupo de Trabalho Conjunto sobre Agricultura e Meio Ambiente da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico;
- e. Grupo de Trabalho sobre Políticas e Mercados Agrícolas da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico; e
- f. Câmara Técnica de Assuntos Agrícolas do Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas.

Essas ações contribuirão para a edição de vários normativos relacionados ao setor.

SECRETARIA DE INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, IRRIGAÇÃO E COOPERATIVISMO

PLATAFORMA AGRO BRASIL+ SUSTENTÁVEL

A Plataforma Agro Brasil + Sustentável, lançada em 2024, trata-se de um ambiente digital voltado para qualificação da produção agropecuária brasileira. A plataforma, de acesso gratuito e voluntário, é acessada por meio do login [Gov.br](https://gov.br), integra base de dados oficiais do governo. Essa solução auxilia os produtores a atenderem às exigências socioambientais do mercado interno e externo. Na plataforma, está disponível o serviço para acelerar a análise de crédito, através de um Relatório de Verificação, voltado para as instituições financeiras validadas pelo Banco Central para participar do Plano Safra 2024/25. Os produtores que aderirem a quaisquer dos programas de práticas sustentáveis, reconhecidas pelo MAPA, poderão pleitear a redução de até 0,5% (meio ponto percentual), em financiamentos, com base na Resolução N° 5.512, de 3 de julho de 2024, do Ministério da Fazenda.



AGREGAÇÃO DE VALOR À AGROPECUÁRIA BRASILEIRA (SELOS ARTE CONCEDIDOS, BPA, PRODUÇÃO INTEGRADA AGROPECUÁRIA, IG'S E MARCAS COLETIVAS)

A agropecuária brasileira tem se fortalecido com iniciativas que agregam valor aos seus produtos, promovendo qualidade, tradição e sustentabilidade. Os Selos Arte certificam produtos de origem animal elaborados artesanalmente, garantindo sua identidade cultural e territorial. O Programa de Boas Práticas Agrícolas (BPA) incentiva a produção segura e sustentável de alimentos, elevando os padrões de qualidade e beneficiando produtores rurais. A Produção Integrada Agropecuária (PI) assegura conformidade e rastreabilidade na produção agropecuária, com certificações que ampliam a competitividade no mercado. Além disso, o reconhecimento de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas fortalece a identidade de produtos regionais, destacando sua autenticidade e tradição. Com essas ações, o Brasil impulsiona o setor agropecuário, valorizando a produção local e incentivando práticas sustentáveis para um mercado cada vez mais exigente.

O Ministério da Agricultura e Pecuária reconheceu 9 Programas de Boas Práticas Agrícolas (BPA), abrangendo aproximadamente 3.700 produtores certificados.

No que se refere ao Programa de Produção Integrada (PI-Brasil), conta com cerca de 18.000 produtores rurais certificados em todo o país até a presente data.

Por fim, ressalta-se que, em 2024, foram concedidos 734 Selos ARTE e 40 Selos Queijo Artesanal.



PROGRAMA MAIS LEITE SAUDÁVEL

O Programa Mais Leite Saudável - PMLS, permite que agroindústrias, laticínios e cooperativas de leite participantes, utilizem um benefício adicional dos créditos presumidos da Contribuição do PIS/Pasep e da Cofins, oriundos da compra do leite in natura utilizado como insumo de seus produtos lácteos, em até 50% do valor a que tem direito desde que tenham projetos que beneficiam produtores rurais de leite aprovados pelo MAPA.



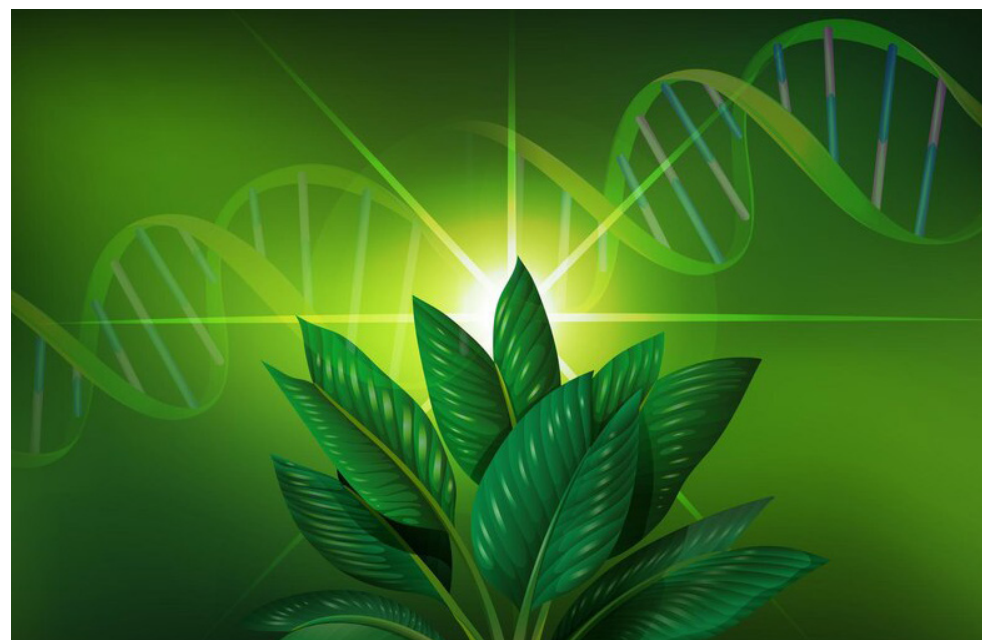
MERCADO REGULADO DE CARBONO

O desenvolvimento do marco legal do mercado regulado de carbono no Brasil (SBCE), Lei 15.042 de 11 de dezembro de 2024, contou com a participação da equipe do DEPROS da SDI. O modelo do SBCE é baseado em licenças negociáveis (cap and trade), que já foi adotado em diversos países do mundo e permitirá a interoperabilidade e negociação internacional de créditos de carbono pelo Brasil.

A atividade agropecuária primária (produção dentro da porteira) não estará limitada pelo mercado, assim como no resto do mundo, visando manter a segurança alimentar. Mas as remoções feitas por práticas sustentáveis na agropecuária, como recuperação de áreas degradadas, poderão gerar créditos negociáveis dentro desse novo mercado.

O SBCE fará parte das estratégias de novos instrumentos de incentivo econômico na adoção de práticas sustentáveis na agropecuária,

aumentando sua resiliência às mudanças climáticas e reduzindo as emissões brasileiras. O desafio será, a partir de agora, aumentar o conhecimento do setor agropecuário sobre esse mercado e desenvolver metodologias aplicáveis e auditáveis de mensuração de carbono. Além disso, a SDI deverá oferecer expertise para compor um corpo técnico capacitado para o órgão gestor do SBCE, previsto na lei, que deverá regular o mercado na prática e definir atividades e metodologias de monitoramento.



BIOECONOMIA

Política Nacional de Recursos Genéticos: Em 2024 a SDI instituiu a Política Nacional de Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Genéticos para a Alimentação, a Agricultura e a Pecuária, por meio do Decreto nº 12.097/2024. Essa iniciativa representa uma Política de Estado que visa fortalecer a governança sobre a conservação e o uso sustentável da agrobiodiversidade, essencial para a segurança alimentar, climática e energética, garantindo benefícios para as atuais e futuras gerações.

BIOINSUMOS

Em 2024, a SDI desenvolveu o estudo estratégico "Bioinsumos como alternativa a fertilizantes químicos em gramíneas: uma análise sobre os aspectos de inovação do setor", que aponta um potencial de descarbonização nas áreas cultivadas com gramíneas – como arroz, cana-de-açúcar, milho, trigo e pastagens – estimado em 18 milhões de toneladas de CO₂ eq./ano e uma potencial economia da ordem de até 5,1 bilhões de dólares por ano para o país, por meio da ampliação do uso de bioinsumos (inoculantes). A próxima etapa é a construção de uma estratégia para a ampliação do uso dessas tecnologias, refletindo em benefícios ambientais e econômicos (<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inovacao/bioinsumos/oprograma/rede-de-inovacao-bioinsumos/estudo-estrategico>).

PROGRAMA AGROHUB MAPA-CONNECTA

O Programa AgroHub MAPA-CONNECTA de Inovação Agropecuária tem como objetivo ampliar e fortalecer a inovação no setor, impulsionando o desenvolvimento e a competitividade dos ecossistemas estaduais. Um dos projetos estratégicos do programa é a Rede de Ecossistemas Estaduais de Inovação Agropecuária, que visa estabelecer uma governança estruturada para os ecossistemas de inovação, aproximando e conectando as principais lideranças do setor agropecuário, startups, centros de pesquisa, hubs de inovação e investidores. Atualmente, a iniciativa conta com nove protocolos de intenção estaduais, sendo que três foram assinados em 2024. Além disso, outra iniciativa fundamental implementada pela SDI é a plataforma digital de inovação agropecuária, MAPA Conecta, desenvolvida em parceria com o SERPRO.

DEFESA AGROPECUÁRIA



Suporte Logístico e Apoio aos Servidores

- **Apoio aos Servidores do MAPA:** Viabilização das dependências do LFDA/RS para distribuição de alimentos e água.
- **Centro de Operações de Emergência (COE):** Estruturado para articular ações de resposta interinstitucional.

Flexibilização Regulatória para Produtos de Origem Animal

- **Apoio ao Setor Lácteo:** Flexibilização de regras por meio da Portaria nº 1.108/24 para produtores de leite.
- **Comércio Interestadual:** Autorização temporária para estabelecimentos não Sisbi-POA.

Esforço de manutenção de inspeção e fiscalização em frigoríficos sob Inspeção Federal

- **Certificados Sanitários:** Emissão em outras unidades e centrais de certificação fora das áreas afetadas.
- **Manutenção da Inspeção em Abatedouros:** Lista de servidores voluntários para assegurar a continuidade das operações.

Apoio à Produção e Comércio de Produtos de Origem Vegetal

- **Guias de Livre Trânsito (GLT):** Emissão via sistema federal para transporte de vinhos e derivados.
- **Tratamento Prioritário:** Importação de vinhos e outros produtos de origem vegetal.

Participação nos Programas Emergenciais e Planejamento

- **PERSul:** Programa Emergencial de Reconstrução do Agronegócio, com ações específicas para recuperação das atividades agropecuárias.
- **Gabinete Itinerante:** Realização de visitas técnicas e planejamento regional para avaliar e mitigar os impactos.

Apoio à Produção Orgânica

- **Extensão de Prazos:** Prorrogação de certificados de produção orgânica devido à impossibilidade de vistorias.
- **Plano de Ação para Produção Orgânica:** Levantamento de impactos e priorização de projetos de agroecologia.

Facilitação de Doações e Operações Internacionais

- **Doações Internacionais:** Agilização de procedimentos para liberação de produtos agropecuários importados.

- **Priorização de Indenizações e Certificações:** Garantia de celeridade em análises de indenizações e certificações de granjas.

Reestruturação da Cadeia Produtiva

Autorização para Processamento de Matérias-Primas: Medida temporária para que estabelecimentos do SISBI-POA processem matérias-primas oriundas de outros locais.

Priorização de Registros no CGC: Agilidade nas solicitações de registros e flexibilização de exigências.

AÇÕES RELACIONADAS A INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – DIPOA



- **Certificação Sanitária Eletrônica:** Foi implementada a emissão de Certificados Sanitários Nacionais com assinatura eletrônica, eliminando documentos físicos, reduzindo a burocracia e os custos logísticos e com aumento da segurança por meio do uso de QR Code e códigos de autenticidade.

- **Certificados Sanitários Emitidos:** Foram emitidos 478.944 Certificados Sanitários Internacionais para exportação de Produtos de Origem Animal e 98.962 Certificados Sanitários Nacionais para trânsito em território brasileiro de Produtos de Origem Animal.
- **Alterações na Importação de Produtos de Origem Animal:** Ocorreu a dispensa de autorização prévia à importação de Produtos de Origem Animal Comestíveis e a implementação de uma nova dinâmica de análise documental, realizada pelo VIGIAGRO, garantindo simplificação no processo sem perder a segurança e mantendo as garantias de inocuidade.
- **Avanço em novas tecnologias:** Foram publicados dois Termos de Não Objeção (TNO) para novas tecnologias, com grande impacto positivo para produção de Produtos de Origem Animal, sendo o TNO 01/2024 referente a plugues hidrossolúveis para reduzir contaminações em suínos e TNO 02/2024 referente ao sistema de lavagem de carcaças de aves para melhorar a qualidade microbiológica das mesmas.
- **Capacitações e transparência:** Ocorreu a publicação do Volume 10 do Anuário dos Programas de Controle de Alimentos de Origem animal do DIPOA, que destaca os resultados dos vários programas de controle de alimentos com foco na inocuidade e ocorreu a capacitação de 4.015 servidores treinados em diversas áreas da Inspeção Sanitária de POA, refletindo o compromisso com a atualização técnica e a excelência no Serviço de Inspeção Federal (SIF).
- **Procedimentos integrantes dos processos de abertura de mercados:** A abertura de mercados está relacionada procedimentos específicos que vão culminar com a efetiva abertura e manutenção de mercados internacionais, destacando:
 1. Elaboração e publicação de Certificados para o comércio internacional: Foram elaborados 275 certificados sanitários internacionais e publicados 117 certificados de exportação para Produtos de Origem Animal (POA), 49 Certificados de exportação

para produtos de alimentação animal (AA) e 24 Certificados de importação para POA e AA publicados;

2. Resposta a questionários de equivalência e recebimentos/realização de auditorias internacionais: Foram respondidos 23 questionários de equivalência; realizadas auditorias internacionais sendo 4 auditorias presenciais para avaliação de sistema e 9 auditorias remotas para habilitação planta a planta e recebidas 49 auditorias internacionais remotas e 25 auditorias internacionais presenciais;
3. Auditorias para habilitação, manutenção e verificação de atendimento a requisitos: Foram 232 auditorias em estabelecimentos sob regime de inspeção permanente, sendo 12 para verificação de requisitos de EUA e 33 para verificação de requisitos de Reino Unido; 73 auditorias em estabelecimentos sob regime de inspeção periódica; 6 em estabelecimentos de produtos de Alimentação Animal e 4 auditorias em centrais de certificação; e
4. Concessão de Habilitações de exportação a estabelecimentos e Alterações Cadastrais: foram concedidas 783 novas habilitações em âmbito nacional e 431 para estabelecimentos estrangeiros e realizadas alterações cadastrais em 217 estabelecimentos estrangeiros e 206 nacionais.

PLANO BRASIL LIVRE DE PESTE SUÍNA CLÁSSICA

Conclusão da vacinação oficial contra peste suína clássica no Estado de Alagoas, em maio de 2024, com a vacinação de 136.702 animais na quinta e última etapa da campanha, realizada em parceria com o Órgão Executor de Saúde Animal do Estado de Alagoas e a Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS).

Foram iniciadas, em 2024, atividades de planejamento das ações a serem desenvolvidas nos Estados das regiões Norte e Nordeste do Brasil, que compõem a zona não livre da doença, as quais se baseiam em vigilância sanitária, realização de estudos soropidemiológicos, controle do trânsito de animais e campanhas oficiais de vacinação de suínos nos estados do Piauí e Ceará.



PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

Certificação Eletrônica Internacional de Vinhos e Bebidas: Foi desenvolvida a certificação eletrônica internacional de vinhos e bebidas, sendo a primeira implementação com a Argentina, com planos de expansão para outros países, o que vai gerar anuência imediata do MAPA redução de fraudes e aumento da segurança nas importações.



Sistema de declaração anual de produção e estoques de bebidas : <https://www.gov.br/pt-br/servicos/declarar-a-producao-anual-e-estoques-de-bebidas-vinhos-e-derivados-da-uva-e-do-vinho-polpa-e-suco-de-frutas-artesanais>. O sistema, desenvolvido em parceria com o MGI, é um autosserviço, onde a empresa informa os dados e ao final do preenchimento obtêm um comprovante de entrega da declaração, com QR code. Os dados estatísticos gerados pelo sistema agora são utilizados nas análises de impacto regulatório, nas publicações estatísticas como o anuário dos produtos não alcóolicos, o anuário da cachaça, o anuário da cerveja e o relatório anual da Organização Internacional do Vinho –OIV, além do uso no desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao setor.

Certificação OCDE e de Algodão: Foi implementada a certificação OCDE para limão, ampliando mercados internacionais e houve um grande

avanco na certificação de fardos de algodão, onde cerca de 35% dos fardos produzidos no Brasil foram certificados, representando aumento de 66% em relação ao ano anterior. Durante o ano de 2024 um total de 11.966.374 fardos foram avaliados nesta safra, sendo 4.217.773 (35% do total) de fardos certificados para exportação.

Certificação Sanitária Internacional Vegetal (CSIV): Foram emitidos 292 Certificados Sanitários Internacionais Vegetais (CSIV), sendo que 81% deles (237) foram destinados à pimenta-do-reino.

Combate a Fraudes: Foram realizadas duas operações estruturadas de fiscalização com objetivo específico de combate à fraude, que compuseram atividades previstas no Programa Nacional de Prevenção e Combate à Fraude e Clandestinidade em Produtos de Origem Vegetal - PNFRAUDE, sendo uma para o combate à fraude no azeite de oliva, resultando na apreensão de 121.453 litros e prejuízo de R\$ 8,1 milhões aos infratores (Operação Getsêmani) e outra focada no café torrado e moído, com apreensão de 64.608 kg de produtos suspeitos até novembro (Operação Valoriza). Foram apreendidos por fraude 102.182 litros de cachaça e aguardente de cana de 31 empresas; 235.082 litros de cerveja e chope de 12 empresas; 2.278.004 litros de vinho de 31 empresas; 149.923 litros de suco de 23 empresas; 248.079 litros de refrigerantes de 5 empresas; e ainda 15.947 kg de feijão e mais 21.798 kg recolhidos de 9 empresas.

Transparência: Foram confeccionados três anuários setoriais, sendo: o Anuário de Bebidas Não Alcoólicas, que destacou a produção brasileira de mais de 29 bilhões de litros no ano de 2023 (dados da declaração de produção efetuada em 2024); o Anuário da Cerveja, o qual contempla os dados oficiais sobre produção e tipos de cervejas e o Anuário da Cachaça, que demonstrou o Brasil ultrapassando 1.217 cachaçarias, com Minas Gerais liderando.

Manutenção de Mercados: Atingiu-se o número de 3.615 estabelecimentos registrados e habilitados para exportação para China, abrangendo soja, milho, café, entre outros.

Produtos vegetais análogos a produtos de origem animal (plant based): Tomou-se a iniciativa na regulamentação de produtos vegetais análogos a produtos de origem animal (plant based), trazendo proteção do consumidor e segurança jurídica às empresas.

SAÚDE ANIMAL

Brasil Livre de Febre Aftosa sem Vacinação: Foi tomada a decisão em conjunto com a Equipe Gestora Nacional (EGN) de avançar com o plano de retirada da vacinação contra febre aftosa para todos os demais Estados da Federação que ainda não estavam nesse passo do processo e por meio da publicação da Portaria MAPA nº 678, de 30/04/2024, foi feito o reconhecimento em nível nacional dos Estados de Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, São Paulo, Sergipe, Tocantins e o Distrito Federal, como livres de febre aftosa sem vacinação.



Na sequência foi meticulosamente elaborado pleito formal de reconhecimento internacional, baseado em estudos epidemiológicos conduzidos pelo DSA/SDA em colaboração com a Rede LFDA que realizou os ensaios de circulação viral de febre aftosa em mais de 23 mil amostras, tendo o pleito sido submetido em setembro de 2024 à OMSA, sendo esperado o reconhecimento internacional em maio 2025, durante a seção geral anual da entidade.

Erradicação da Doença de Newcastle: Após a confirmação de foco da Doença de Newcastle (DNC), no município de Anta Gorda-RS, em 17 de julho de 2024 e de declarado o estado de emergência por meio da Portaria MAPA nº 702, de 18 de julho de 2024, foram adotadas prontamente todas as ações previstas no plano de contingência e de modo rápido e eficiente aos 5 dias de agosto de 2024 foi declarado o fim do estado de emergência, por meio da Portaria MAPA nº 706 de 05 de agosto de 2024. Em 23 de outubro de 2024, retornamos ao Status de país livre da enfermidade, situação comunicada à OMSA, por meio de autodeclaração, publicada pela entidade, em 19/11/2024, em seu sítio eletrônico, com condição retroativa a 23/10/2024.

Atualização do Programa Nacional de Encefalopatia Espongiforme Bovina (PNEEB): Foi publicada a Portaria SDA/MAPA Nº 1.180/2024, que alinha as práticas nacionais às diretrizes da OMSA. Com entrada em vigor em 2 de maio de 2025, traz suas principais alterações quanto ao foco exclusivo no controle de proteínas de origem ruminante no Feed Ban; na vigilância concentrada em bovinos com sinais clínicos compatíveis com EEB e na mitigação de riscos em farinhas de carne e ossos, visando requisitos internacionais de exportação, pelo Brasil, de produtos obtidos de bovinos.

Emergência em Influenza Aviária: Desde a declaração de emergência zoonosológica, em todo território nacional, em função da detecção da infecção pelo vírus da influenza aviária H5N1 de alta patogenicidade (IAAP) em aves silvestres no Brasil, em maio de 2023, foram adotados todos os procedimentos previstos no plano de contingência, o que se revelou extremamente eficiente e eficaz, pois todas as ações vêm mantendo o

Brasil livre da doença em granjas comerciais até o presente. Nesse período, mais de 3.500 investigações foram realizadas, com mais de 900 coletas de amostras realizadas e 166 focos declarados, distribuídos em 163 focos em aves silvestres e 03 em aves de subsistência.



Rastreabilidade de Bovinos e Bubalinos: Foi implantado Grupo de Trabalho (GT) liderado pela SDA, para formulação de estratégia de identificação individual de bovinos e bubalinos, buscando substituir o sistema atual, de rastreabilidade baseada em lotes. O GT produziu proposta, aprovada em dezembro de 2024. A próxima fase será estruturar um grupo de trabalho para elaborar os elementos necessários à implementação deste plano.

SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA - SUASA

Para aprimorar a coordenação e a implementação de políticas públicas no setor agropecuário, o governo estruturou a governança do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). A nova estrutura conta com a criação de dois comitês executivos estratégicos.

O Comitê Interfederativo tem como objetivo integrar órgãos estaduais e municipais responsáveis pela sanidade agropecuária, promovendo maior alinhamento e eficiência nas ações conjuntas. Já o Comitê Federal para a Defesa Agropecuária (CFDA) busca fortalecer a articulação intragovernamental, assegurando uma atuação coordenada para a proteção da agropecuária nacional.

Com essa iniciativa, o governo pretende reforçar a fiscalização, ampliar a segurança sanitária e garantir mais competitividade ao setor agropecuário brasileiro no mercado interno e internacional.

PPA-SUASA 2023-2027

O PPA-Suasa é a peça de planejamento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - Suasa que estabelece os objetivos e metas da Defesa Agropecuária, para o período de cinco anos, no âmbito federal e estadual. O Plano declara as prioridades pactuadas entre a SDA e os Órgãos Estaduais de Sanidade Agropecuária - OESA e contribui para viabilizar os objetivos estratégicos do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA. Em 2024, oito Órgãos Estaduais concluíram o planejamento de seus Programas de Defesa Agropecuária, e outros treze iniciaram o planejamento dos seus Programas no âmbito do PPA-Suasa. Dessa forma, ao final de 2024, o Plano Plurianual do Suasa passou a contar com a participação das 26 Unidades da Federação e mais o Distrito Federal no planejamento integrado da Defesa Agropecuária, envolvendo as três esferas governamentais.

Houve a implantação da 3ª edição do projeto, que está trabalhando, no momento, com 78 consórcios públicos municipais, para integração ao

SISBI-POA, contemplando 17 Estados (AL, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PB, PE, PR, RN, RO, RS, SC E SP), onde dos 78 consórcios inscritos, 39 firmaram protocolo de intenções com a SDA em evento realizado em setembro, e participam da etapa de oficinas de orientação e aplicação da autoavaliação de equivalência até dezembro de 2024. Com esses avanços obter-se-á a possibilidade da comercialização nacional de produtos de origem animal, produzidos no âmbito dos consórcios, gerando fortalecimento da economia local e será atingido o número de aproximadamente 1.800 municípios.

Foram integrados ao SISBI-POV 02 entes, o Município de Mossoró-RN e o Estado do Rio Grande do Sul; ao SISBI-PEC foram 02 Estados, o Paraná e o Rio Grande do Sul e para SISBI-POA foram 01 consórcios públicos, ao qual estão vinculados 30 municípios, e mais 12 municípios individualmente. Tais integrações permitem padronizar e harmonizar os procedimentos de inspeção de produtos de origem vegetal e animal e dos insumos pecuários para garantir a inocuidade, qualidades desses produtos.

Com foco nos aspectos de inocuidade, identidade e qualidade dos alimentos e com o objetivo de avaliar o processo produtivo e permitir o gerenciamento do risco com vistas à proteção do consumidor, desde 2023, os produtos com selo SISBI são analisados pela Rede LFDA no Programa de Avaliação de Conformidade de Parâmetros Físico-Químicos e Microbiológicos de Produtos de Origem Animal - PACPOA/SISBI e Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC/SISBI, sendo que em 2024 foram analisadas 919 amostras.

ACOMPANHAMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

No ano de 2024, foram recebidas seis auditorias na Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA pela Controladoria-Geral da União - CGU. Já foram finalizadas quatro auditorias, referentes ao Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária - Prodefesa (exercício do ano de 2023), à Tomada Anual de Contas, à Análise de Impacto Regulatório e Atos normativos e à Avaliação do processo de Fiscalização e Controle do Trânsito Internacional de Produtos Agropecuários - Vigiagro. Há duas

auditorias em andamento, relativas à Avaliação sobre Políticas de Produção Orgânica, à e ao Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária - Prodefesa (exercício de 2024), esta última formalizada no dia 10 de dezembro de 2024. Ao longo do ano de 2024, a SDA encerrou 13 recomendações. Em dezembro de 2024, estavam em monitoramento 39 recomendações, sendo 14 novas recomendações decorrentes da auditoria realizada no Vigiagro.



Fiscalização de bagagens: No exercício de 2024 foram fiscalizadas pelo VIGIAGRO mais de 26 mil unidades de bagagem suspeitas de transporte irregular de produtos agropecuários, resultando em um total de 215.638,35 kg de produtos agropecuários apreendidos, sendo 32.389,98 kg de produtos de origem animal e 183.248,37 kg, de produtos de origem vegetal. Tais ações visam mitigar a introdução de pragas e doenças potencialmente danosas à agropecuária nacional.

Fiscalização de pets: em 2024 as equipes técnicas do VIGIAGRO em todo o país também fiscalizaram a entrada de mais de 12 mil animais

de companhia que ingressaram ao Brasil, por meio da verificação de conformidade do Certificado Veterinário Internacional emitido pelas autoridades veterinárias dos países de origem dos animais.

Operações de coerção ao trânsito irregular de produtos agropecuários:

No ano de 2024, foram realizadas 21 operações, sendo 8 de inteligência e 13 de coerção a ilícitos com produtos agropecuários, oportunidade em que foram fiscalizados 789 veículos procedentes do exterior, 163 embarcações, 43 estabelecimentos, dos quais 12 foram interditados. Durante as operações foram apreendidos 62 kg de agrotóxicos, 60,3 toneladas de fertilizantes, 846 kg de sementes, 1.711 produtos de uso veterinário, dentre eles, 196 frascos de cetamina, com uso desviado como droga recreativa, 127,2 toneladas de produtos para alimentação animal, 86 animais vivos, 30,6 toneladas de produtos de origem animal, 106,3 toneladas de produtos de origem vegetal e 11.358 litros de bebidas.

Preparação e pronta resposta à Emergências : Além das ações de gestão e articulação promovidas por meio dos Centros de Operação de Emergências – COE para Influenza Aviária, Desastre Climático no Rio Grande do Sul e Doença de Newcastle, foram realizados dois simulados técnicos destinados à capacitação de agentes públicos do MAPA e Órgãos Estaduais de Defesa Agropecuária na aplicação da ferramenta Sistema de Comando de Incidentes – SCI junto às ações de prevenção e controle de Fusariose da Bananeira e de Febre Aftosa.

PRODUÇÃO ORGÂNICA

Em 2024 foram efetivadas 72 ações durante a campanha do alimento orgânico, realizada em todo o país. Foram também realizadas 475 ações de fiscalização tanto no comércio, quanto em unidades produtivas, além de 23 auditorias junto aos Organismos de Avaliação da conformidade orgânica - OACs.



COMISSÃO ESPECIAL DE RECURSOS DE DEFESA AGROPECUÁRIA (CERDA)

Considerando o previsto na Lei nº 14.515/2022 (Lei do Autocontrole), em fevereiro de 2024 foi instalada a Comissão Especial de Recursos de Defesa Agropecuária (CERDA), com sua composição formada por representantes do MAPA, MJSP, CNI e CNA, que julgaram 17 processos administrativos entre julho e dezembro de 2024.

SDA DIGITAL

No que se refere ao desenvolvimento do projeto REGISTRO DE ESTABELECIMENTOS, voltado para a área de Produtos de Origem Animal, mas com possibilidade e perspectiva de replicação para as demais áreas

da Secretaria de Defesa, após esmerado trabalho da equipe técnica do DIPOA/SDA, em parceria com o SERPRO, para o desenvolvimento do módulo de registro de estabelecimento, está previsto para dezembro de 2024 a entrega do módulo, pelo desenvolvedor, para homologação da SDA.

No que se refere ao desenvolvimento do MAPA-Labs, desde 2023 muitos avanços foram alcançados tendo sido desenvolvido até o momento as interfaces com o setor privado abrangendo frigoríficos de aves, bovinos e suínos e laboratórios, o que contribui para a rastreabilidade e controle de qualidade nas análises laboratoriais.

ANÁLISE E REVISÃO DE ATOS NORMATIVOS

A SDA foi responsável pela proposição da Lei nº 14.989 de 2024, que dispõe sobre medidas para o enfrentamento de emergência fitossanitária ou zoossanitária; autoriza o custeio de deslocamento de integrantes do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) em operações de defesa agropecuária; do Decreto nº 12.126 de 2024, que Regulamenta os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária para os setores de produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, e de produtos destinados à alimentação animal, e dispõe sobre os procedimentos de inspeção e fiscalização da defesa agropecuária baseadas em risco e do Decreto nº 12.031 de 2024, que regulamenta a Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974, e a Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022, para dispor sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal. Além disso, está trabalhando em estágio avançado na proposição dos outros regulamentos impactados pela Lei nº 14.515, de 29 de dezembro de 2022.

AGROTÓXICOS

Registros de agrotóxicos de baixo risco para controle de pragas: No ano de 2024, até o dia 8 de novembro, o MAPA registrou 68 produtos de baixo impacto, sendo eles enquadrados em: produtos de origem

biológica, bioquímicos, semioquímicos ou fitossanitários de uso aprovado para a agricultura orgânica, para uso na fruticultura, para as culturas do milho e da soja e produto para o tratamento de sementes. Estes registros de produtos de baixo risco, propiciam ao agricultor novas opções para o Manejo Integrado de Pragas, sendo uma alternativa para os produtos de risco mais elevado.

Evolução dos registros de agrotóxicos de baixo risco por Especificação de Referência:

A especificação de referência (ER) é uma importante via para o registro de agrotóxicos de baixo impacto no Brasil, os quais são enquadrados como "produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica". Em 2024, foram publicadas três novas ER, elevando para 60 o número de especificações vigentes. Com base nelas, 114 empresas – que vão das de pequeno porte até as multinacionais –, já obtiveram o registro para 339 produtos que podem ser utilizados pelo produtor rural para o manejo das mais de 80 pragas contempladas nas ER em quaisquer culturas nas quais elas ocorram, seja no sistema de cultivo orgânico ou no convencional. Desse total, 29 registros foram concedidos em 2024.

Realização de consulta pública para revisão das regras de operações aerográficas com drones e tripulados:

Foi publicada a Portaria SDA nº 1.187 que submete à Consulta Pública a proposta de Portaria que estabelece os requisitos e procedimentos para o registro dos operadores aerográficos e para o credenciamento das entidades de ensino as diretrizes para os cursos de aviação agrícola, as exigências relativas ao planejamento operacional e registro de informações e as regras para execução das operações aerográficas. A norma substituirá as atuais normas vigentes, a Instrução Normativa MAPA nº 2/2008 que trata dos tripulados e a Portaria nº 298/2021 que trata dos drones. A atualização da legislação objetiva desburocratizar exigências para o registro de operadores e o credenciamento de entidades de ensino, adequar às regras operacionais à realidade das tecnologias e, ao mesmo tempo, tornar mais eficiente o processo de gerenciamento e fiscalização das operações aerográficas realizadas no país.

Nova Regulamentação da Lei de Agrotóxico: Foi publicada em 2024 a Portaria SDA/MAPA nº 1.136, que estabelece novas diretrizes para os procedimentos de retrabalho, revalidação e reproprocessamento (3Rs) de produtos formulados, produtos técnicos e pré-misturas de natureza química. Esta norma, elaborada em cumprimento ao art. 38 da Lei nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023, visa instituir os mecanismos para a padronização dos procedimentos dos 3Rs no contexto da industrial, garantindo a rastreabilidade, a segurança e a qualidade desses produtos. A implementação desta portaria reforça o compromisso do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) com a segurança e qualidade dos produtos químicos utilizados no setor agrícola, promovendo a sustentabilidade e a confiança nos processos produtivos.

SANIDADE VEGETAL

Monilíase do cacauieiro: Em 2024, um novo foco em Urucurituba-AM, próximo à divisa com o estado do Pará que é um dos maiores produtores brasileiros de cacau foi identificado, e o MAPA interveio e adotou imediatamente as medidas emergenciais necessárias para a supressão desse foco. O foco foi declarado como suprimido em novembro como resultado da colaboração do MAPA com os órgãos estaduais do AM e do PA.



Intensificação das ações contra a dispersão da mosca da carambola: Os estados do Pará, Amazonas, Roraima e Amapá encontram-se em emergência fitossanitária desde 03 de novembro de 2023, em função da ocorrência desta praga em 2 municípios próximos à divisa do Pará com o Amazonas. As ações da SDA para a supressão desses focos têm alcançado sucesso e os novos focos no Pará foram eliminados e as ações de monitoramento confirmam que durante todo o ano de 2024 não houve detecção da praga, diminuindo significativamente o risco de dispersão da praga para as regiões produtoras a partir do Pará. Além disso, as ações de supressão no estado de Roraima, principalmente na área urbana na capital, foram intensificadas durante o ano de 2024 após a constatação do aumento da população da mosca no monitoramento. Ao final de 2024 podemos constatar que as ações adotadas foram eficientes e a população da mosca nessa região baixou drasticamente reduzindo o risco de dispersão da praga para o Amazonas.

Enfrentamento da praga quarentenária *Ceratobasidium theobromae* (vassoura de bruxa da mandioca) no estado do Amapá: A vassoura de bruxa da mandioca foi identificada oficialmente em julho de 2024 no estado do Amapá e tem alto potencial de impacto econômico e social. Frente a esta situação e pela falta de conhecimento para o combate a este fungo exótico, o MAPA organizou o sistema de comando de incidentes com a participação de várias instituições públicas e privadas para planejar e executar as ações a serem efetivamente realizadas frente a esta séria ameaça, inclusive com a criação de um programa nacional fitossanitário de enfrentamento a esta praga, que está em andamento.

Aprimoramento no controle do Greening (HLB) no Brasil: O Greening ou HLB é a maior ameaça à citricultura mundial e nos últimos anos tem se expandido em nosso território. Por este motivo uma nova norma está sendo elaborada pelo MAPA com novas diretrizes para combate a praga, incluindo um dispositivo que permite que cada unidade da federação possa atuar de forma mais precisa conforme suas realidades e importância econômica que o setor representa.

Supressão de foco de *Cydia pomonella* em Santa Catarina: A praga quarentenária *Cydia pomonella* que causa sérios prejuízos aos cultivos de maçã e pêra em diversas partes do mundo. Em março deste ano, em função das ações oficiais de prevenção e vigilância existentes para praga, foi detectado a presença de *Cydia* em SC, cujo foco foi suprimido rapidamente em uma ação coordenada pelo MAPA.

Acordos de Cooperação com entidades privadas para otimização das atividades de Defesa Agropecuária: Foram firmados 2 acordos de cooperação entre SDA e Croplife sendo uma para desenvolvimento de metodologia para utilização de marcadores moleculares para identificação das cultivares a serem protegidas e outro para a execução de ações conjuntas para prevenir e combater práticas ilegais no mercado de agrotóxicos, ambos visam a otimização das ações de Defesa Agropecuária.

Protagonismo brasileiro no cenário internacional na regulamentação de bioinsumos para agricultura sustentável: A regulamentação para registro de bioinsumos no Brasil, tem se mostrado um dos fatores de contribuição para gerar soluções sustentáveis e inovadoras para a economia global. A experiência regulatória da SDA tem papel influenciador em diversos fóruns internacionais para o estabelecimento de normas e difusão do uso de insumos agrícolas de baixo risco, biológicos e sustentáveis. Em 2024 fomos protagonistas em vários fóruns internacionais para apresentar a experiência regulatória em eventos da FAO, COSAVE, Conesul, União Europeia, EUA.

Aberturas de mercado: Após longos processos de negociações técnicas o DSV/SDA logrou êxito na desregulamentação de pragas e na simplificação de tratamentos quarentenários que culminaram na abertura de mercados para diversos produtos, tais como Abacate Hass, para o qual em 2024 o Brasil ampliou suas fronteiras comerciais ao abrir três novos mercados (Índia, Costa Rica e Japão); Maçã que em novembro de 2024 retornou a lista de produtos brasileiros autorizados para exportação ao Peru; Gergelim, sorgo e uva, que tiveram aprovação aos protocolos de exportação para China e Manga para o mercado da Coreia do Sul.



REDE LFDA

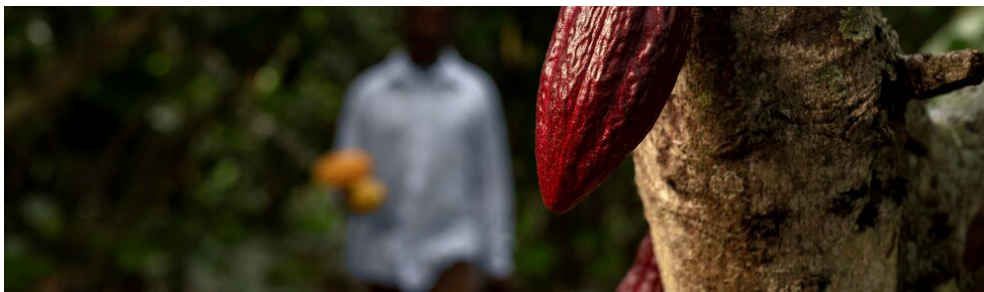
Análises Laboratoriais: Os Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA) em 2024, receberam um total de 167.414 amostras, perfazendo um quantitativo de 1.366.227 ensaios, atendendo a diversos programas da Secretaria de Defesa Agropecuária nas áreas de saúde animal, sanidade vegetal, microbiologia de alimentos, identidade e qualidade dos alimentos, resíduos e contaminantes em alimentos, entre outros. Da mesma forma, atuou no atendimento a demandas específicas relacionadas a análises investigativas, advindas de órgãos como Ministério Público, IBAMA, Polícias Federal, Polícias Civis, Secretarias da Agricultura dos Estados e de outras Secretarias do MAPA. Tais análises investigativas envolveram pesquisa de mortandade de abelhas, utilização indevida de defensivos agrícolas, contaminação de mel; fraude financeira relacionada ao comércio de peixe (identificação da espécie) nas vésperas e durante a Semana Santa, fraudes financeira e com riscos à saúde na produção e comercialização de azeite, de café e de polvilho azedo, análises da contaminação das águas do Rio

Tocantins, no episódio da queda da ponte no município de Estreito/MA, e pesquisa de Arsênio em casos de intoxicação.

MAPA Labs: Novas integrações do aplicativo de coleta MAPA LABs, além da Receita Federal Brasileira, houve integração do cadastro de laboratório com informações mínimas de escopo na plataforma de Serviços Integrados da Defesa Agropecuária (PSDA ou mais conhecida por SDA DIGITAL), com SIGSIF para busca do registro de SIF e com painéis de Qlik Sense. Desenvolvimento de um cadastro simplificado de laboratórios na plataforma PSDA. Construção de painéis de business intelligence a partir do banco de dados da Plataforma PSDA. Aprimoramento da plataforma para registrar a coleta de amostras do Programa Nacional de Qualidade do Leite.

ComprasLab: Estruturação de um sistema para padronizar o fluxo e aumentar a eficiência do processo de compras, prevendo a gestão de compras compartilhadas na Rede LFDA por meio de harmonização no processo aquisição de material, com subsídios dos serviços administrativos e dos serviços laboratoriais da Rede LFDA. Foram concluídas as etapas de levantamento de jornadas de usuário, desenvolvimento do módulo de Gestão do Banco de Especificações Técnicas Laboratoriais.

Foram propostas parcerias com outros setores do MAPA e outras entidades, no sentido de buscar apoio nas questões de fomento da cadeia da suinocultura em pequenas propriedades ou pequenos produtores, tão importantes para o sucesso da questão sanitária nestas regiões. As ações de prevenção à Peste Suína Clássica continuaram a ser executadas na zona livre da doença.



SECRETARIA DE COMÉRCIO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

AgroStat

O Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro - AgroStat foi atualizado por este MAPA no ano de 2024, com a migração da plataforma Quickview para a Qlicksense. A nova plataforma possui inúmeras inovações e vantagens em relação à anterior, possibilitando a construção e manutenção de painéis diretamente no navegador, com viabilidade de uso de componentes 'drag-and drop'. A nova arquitetura é baseada em microserviços, com interface gráfica responsiva e voltada ao 'self-service'. Ademais, a nova plataforma faz uso de recursos de inteligência artificial e automação, o que facilita a manutenção dos painéis. Todas as melhorias, além de facilitar a gestão futura do sistema, o público externo terá melhor navegabilidade e acesso aos indicadores do painel, podendo acessar as estatísticas por dispositivos móveis.

Atuação na negociação de acordos comerciais

Destaca-se a conclusão das negociações do Acordo Mercosul - União Europeia, finalizadas em dezembro de 2024, cujas tratativas iniciaram-se há 25 anos e encontram-se em fase final de revisão legal e tradução, com expectativa para assinatura no final de 2025.

O MAPA manteve participação ativa também em outras negociações de acordos comerciais relevantes para o incremento das exportações do agronegócio brasileiro. Na pauta intrarregional, o Mercosul acordou os termos de referência, que estabelece as linhas de negociação, para iniciar tratativas de acordos comerciais com El Salvador, Panamá e a República Dominicana. Na agenda extrarregional, destacam-se as negociações Mercosul - EFTA e Mercosul - Emirados Árabes Unidos, que estão em fase final de negociação, com expectativa de conclusão ainda em 2025.

Por fim, no que tange a atuação na Organização Mundial do Comércio (OMC), o MAPA atuou na elaboração de texto para negociação de Acesso a Mercados, avaliou proposta para redução substancial do limite de medidas

de Apoio Doméstico e encaminhou notificações anuais referentes às políticas agrícolas brasileiras de apoio aos produtores, acesso a mercados e competição nas exportações.

ABERTURAS DE MERCADO: O que é abertura de mercado? Consideramos abertura de mercado quando um acordo é alcançado entre países, de modo que as garantias sanitárias oferecidas pelo país exportador, para um determinado produto, atendem aos requisitos sanitários do país importador. Com as boas relações diplomáticas, as aberturas de mercado fortalecem a presença do agro do Brasil no cenário mundial e o resultado é mais emprego e renda em todo o país. Nesse sentido, somente em 2024 foram abertos 222 mercados para mais de 50 destinos.



ADIAMENTO LEI ANTIDESMATAMENTO: após solicitação de diversos países, incluindo a gestão estratégica do Brasil durante o G20, a Comissão Europeia anunciou a proposta de adiar a entrada em vigor da lei antidesmatamento para 30 de dezembro de 2025, no caso das grandes empresas, e junho de 2026, para micro e pequenas empresas.

O adiamento visa garantir uma implementação “suave” das medidas. A proposta já foi aprovada também pelo Parlamento Europeu.

GRUPO DE TRABALHO DA AGRICULTURA – G20: a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do MAPA coordenou o Grupo de Trabalho da Agricultura do G20, que foi realizado no município de Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso. Os encontros contaram com a participação de 43 delegações dos países membros do G20, convidados e organismos internacionais, registrando a maior adesão de ministros desde a criação do GT Agricultura, em 2011. Ao todo, 23 ministros e autoridades ministeriais, além de representantes de quase 50 países chegaram a um consenso, depois de cinco anos, para a elaboração da Declaração Ministerial. Em 38 tópicos, divididos em quatro eixos temáticos, os ministros concordaram na implementação de políticas públicas voltadas à sustentabilidade da produção de forma a garantir a segurança alimentar e nutricional do planeta e, ao mesmo tempo, combater os efeitos adversos das mudanças climáticas.

Também no G20, durante a reunião bilateral entre o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, e o comissário europeu para Agricultura e Desenvolvimento Rural, Januz Wojciechowski, foi formalizada a entrega da carta que pede à União Europeia a suspensão da Lei Antidesmatamento e a revisão da abordagem punitiva aos produtores que cumprem a legislação vigente.

HABILITAÇÕES CHINA: neste ano, 38 novas plantas frigoríficas brasileiras foram habilitadas para exportar carnes para a China, conforme comunicado da Administração-Geral de Aduanas da China (GACC). As habilitações incluem oito abatedouros de frango, 24 de bovinos, um estabelecimento de termoprocessamento de carne bovina e cinco entrepostos, sendo esta a primeira vez que entrepostos de bovinos, frangos e suínos são habilitados para o comércio com o mercado chinês.

Os novos estabelecimentos habilitados passaram por auditorias realizadas de forma remota em janeiro deste ano e presencialmente em dezembro do ano anterior, conduzidas por equipes técnicas chinesas com o apoio de representantes brasileiros. Esse é o maior número de habilitações



concedido de uma única vez na história das relações comerciais entre os dois países. Com a nova lista, o Brasil reforça sua posição como principal fornecedor de carnes para a China, que, em 2023, importou 2,2 milhões de toneladas de proteínas brasileiras, gerando mais de US\$ 8,2 bilhões em exportações.



O resultado reflete o reconhecimento da qualidade e credibilidade dos processos de defesa agropecuária do Brasil. Até março deste ano, o Brasil contava com 106 plantas habilitadas para exportação ao mercado chinês, abrangendo aves, bovinos, suínos e asininos. As novas habilitações marcam um avanço significativo para a ampliação das exportações brasileiras de proteína animal.

FIM DO ANTIDUMPING CHINA: após a atuação do governo brasileiro, a China notificou o Brasil sobre a não renovação da medida antidumping que vinha sendo aplicada desde 2019 às exportações brasileiras de carne de frango. A medida, que impunha uma sobretaxa variando entre 17,8% e 34,2% conforme a empresa exportadora, deixou de vigorar no dia 17 de fevereiro. Com o fim da decisão, as exportações de frango do Brasil

se tornaram mais competitivas no mercado chinês, criando também oportunidades para outros produtores brasileiros. Mesmo com frigoríficos habilitados, os produtores não conseguiam competir efetivamente devido aos direitos antidumping que eram impostos.

FEIRAS E MISSÕES: Ao longo do período, a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI) promoveu cerca de 50 missões técnicas e oficiais, abrangendo reuniões bilaterais, multilaterais e junto a organismos internacionais, com o objetivo de fortalecer a presença do Brasil no comércio global. Foram organizadas aproximadamente 15 feiras em diversos continentes pelo MAPA, além da participação em outras iniciativas realizadas em parceria com a ApexBrasil, ampliando as oportunidades de negócios para o setor agropecuário. Essas ações movimentaram bilhões de reais para o agronegócio brasileiro, consolidando o país como um dos líderes globais em exportação de alimentos e produtos agrícolas.



HABILITAÇÕES ÁFRICA DO SUL: o Brasil recebeu a confirmação do governo da África do Sul sobre a habilitação de mais 19 frigoríficos destinados à exportação de carne brasileira. A lista inclui estabelecimentos especializados em carnes bovina, suína e de aves. Com essas novas habilitações, o total de estabelecimentos brasileiros autorizados a exportar

para a África do Sul chega a 28, incluindo aqueles que tiveram suas certificações atualizadas. As novas habilitações estão distribuídas por nove estados brasileiros, com São Paulo liderando, somando seis frigoríficos, seguido por Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia, Goiás e Rio de Janeiro. A lista abrange oito frigoríficos de carne bovina, dois de carne equina, cinco de carne suína e treze de carne de aves.

PASTAGENS DEGRADADAS: A Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI) tem desempenhado um importante papel na promoção internacional do Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas (PNCPD). Sob a liderança do Ministro, a SCRI tem atuado estrategicamente para atrair investimentos estrangeiros, impulsionando essa iniciativa que reforça a sustentabilidade da produção agropecuária brasileira e amplia a competitividade do setor no mercado global.

SECRETARIA EXECUTIVA

A Secretaria-Executiva é um Órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária, responsável pela gestão das atividades internas junto às Secretarias Finalísticas, e na supervisão da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, entidade vinculada. Auxilia o Dirigente Máximo na governança do Ministério, atuando na definição e coordenação de temas e projetos estratégicos, bem como na implementação de ações governamentais e políticas públicas de competência da Pasta.

Nesse contexto, a Secretaria-Executiva no ano de 2024 foi responsável por projetos estratégicos e específicos, com foco no fortalecimento institucional e desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário:

- Atuou na **reclassificação das áreas úmidas na planície do Araguaia**, junto com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT e Embrapa, viabilizando estudos técnicos para regularização territorial e desenvolvimento regional, para efetivação em 2025; e,
- Coordenou a celebração do **Acordo de Cooperação Técnica com Infra S.A.**, que subsidiou a realização de estudos para análises de custos,

demanda e caracterização socioeconômica da Rota Bioceânica 3, para direcionamento da aplicação de investimentos e intervenções públicas, com entregas previstas para o primeiro semestre de 2025.

Quanto à inovação, protagonizou a celebração dos **instrumentos de cooperação, tanto de caráter internacional** com o International Fertilizer Development Center - IFDC e a República da Argentina, **quanto nacional** junto à empresa Petróleo Brasileiro S/A. Relevantes para sustentabilidade e defesa agropecuária, além da produção de fertilizantes, a potencializar a estruturação do Centro de Excelência em Fertilizantes e Nutrição de Plantas - CEFENP.

Em atuação no **Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas - CONFERT**, a Secretaria Executiva realizou avaliação conclusiva do Estudo de Viabilidade Técnica para implantação do polo de fertilizantes em Macaé/RJ, a partir de análises técnico-econômicas, logísticas e ambientais. A atividade, junto ao Conselho, também contempla mapeamento e priorização de projetos, visando identificar iniciativas com maior potencial de impacto para desenvolvimento tecnológico e competitividade do setor de nutrição vegetal.

No que se refere à **gestão interna**, em 2024 foram publicadas a Portaria MAPA nº 704, de 1º de agosto de 2024, ato normativo necessário para uniformização do entendimento interno e maior segurança jurídica, que regula o recebimento de diárias em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões e a Portaria MAPA nº 696, de 25 de junho de 2024, que delega competência para autorização de diárias e passagens, tornando o rito mais célere e menos burocrático, e reduzindo custos para a Administração.

Foram realizadas, também, visitas às **Superintendências de Agricultura e Pecuária - SFAs** para disseminação do Curso de Regras e Fundamentos do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, da Escola Nacional de Administração Pública, com o objetivo de identificar as dificuldades no uso do Sistema, e regularizar eventuais pendências.

Além disso, foi elaborado diagnóstico da estrutura física de cada Superintendência, com vistas a manutenções e reformas, para recuperar e melhorar o ambiente de desenvolvimento das atividades. Os relatórios técnicos, emitidos por engenheiros, estão em execução.

Na temática de pessoal, **promoveu capacitação contínua dos servidores**, visando aprimorar competências técnicas e fortalecer a estrutura interna, preparando-os para responder de forma eficiente às demandas do setor agropecuário. Além de fomentar melhores práticas de gestão, aproximando a Sede e as Unidades Descentralizadas.

Na implementação do **Programa Emergencial de Reconstrução do Agronegócio no estado do Rio Grande do Sul - PERSul**, instituído pela Portaria MAPA nº 683, de 28 de maio de 2024, atuou diretamente com o Gabinete Itinerante, na logística dos deslocamentos, bem como na consolidação das atividades e entregas realizadas pelo Ministério através do Programa.



Destaca-se que, para maior controle da gestão e adequação das entregas, o diagnóstico das consequências derivadas de eventos climáticos e atuação da Pasta seguiu dez eixos predeterminados: Estradas Vicinais, Defesa Agropecuária, Assistência Técnica e Extensão Rural, Insumos

Agropecuários, Financiamento ao Setor Agropecuário, Seguro Rural, Monitoramento e Comercialização de Safra, Reparação de Instalações Físicas do Ministério da Agricultura e Pecuária, Estratégia de Comunicação e Integração Institucional, e, Transparência e Controle Social.

Nesse sentido, as ações do **PERSul** impulsionaram avanços decisivos na recuperação do setor agropecuário no Rio Grande do Sul. A disponibilização de maquinário para restauração de estradas, o acesso facilitado ao crédito e a ampliação da assistência técnica permitiram que os produtores retomassem suas atividades com maior segurança. Além disso, o suporte por meio da garantia de segurança sanitária, do acesso a insumos agropecuários e da priorização do seguro rural reforçou a resiliência do setor.

Com o encerramento do Gabinete Itinerante, as políticas públicas permanentes passam a desempenhar um papel central. O foco agora está no desenvolvimento sustentável, promovendo práticas inovadoras e fornecendo suporte contínuo ao setor, assegurando a recuperação e o crescimento econômico do estado.

Ainda no âmbito da gestão interna, foi elaborada a Portaria MAPA nº 664, de 25 de março de 2024, que estabeleceu um fluxo estruturado e transparente para a criação, funcionamento e **gestão de órgãos colegiados** internamente, prevendo a competência da Secretaria-Executiva para analisar e gerenciar a conformidade de cada uma das propostas.

Ademais, atuou fortemente na mediação dos temas relacionados à Embrapa, conduzindo o encaminhamento de análises estratégicas e as interlocuções diretas para aprimorar o processo de supervisão ministerial, promovendo maior sinergia e eficiência nos processos.

SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

Em 2024, a Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração (SPOA) do MAPA seguiu desempenhando um papel crucial na coordenação e execução das atividades de planejamento, orçamentárias e administrativas do Ministério. Dentro do seu escopo de atuação, a SPOA foi responsável

por garantir a aplicação eficiente dos recursos públicos, promovendo uma gestão mais eficaz e transparente das ações do MAPA.

No âmbito da atuação da SPOA por intermédio da ação orçamentária 20ZV - Fomento ao setor agropecuário, destaca-se as seguintes ações:

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

- Recuperação e manutenção de estradas vicinais: melhoria do acesso a áreas produtoras, estímulo ao desenvolvimento das regiões agropecuárias e contribuição para a trafegabilidade das comunidades e do escoamento da produção rural aos centros de comercialização e serviços públicos;
- Implementação de sistemas de energia fotovoltaica; e
- Obras: Construção e/ou reforma de estruturas físicas agropecuárias e construção de instalações na propriedade rural destinadas ao processamento de produtos orgânicos.

AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS



- Aquisição de mais de 1.300 máquinas e equipamentos, totalizando aproximadamente R\$ 430,5 milhões de Reais para aumentar a produtividade e a competitividade no mercado, fortalecendo a inclusão desses produtores nas cadeias produtivas contribuindo para a

redução das desigualdades no campo e para a modernização do setor agropecuário por meio de mecanização dos processos produtivos.

ATIVIDADES DE FOMENTO E INSUMOS AO SETOR AGROPECUÁRIO

- A promoção de atividades de fomento para o setor agropecuário ocorreu por meio de eventos agropecuários, como festivais e capacitações, proporcionando aos pequenos agricultores a oportunidade de divulgar seus produtos, aprimorar seus conhecimentos e ampliar seus mercados; e
- Fornecimento de insumos essenciais, como fertilizantes e adubos, fortaleceu as comunidades agrícolas e impulsionou a produtividade rural em diversas regiões.

Quanto à Governança, a SPOA, por intermédio da Secretaria do **Comitê Interno de Governança - CIGOV**, retomou a necessidade de discussão de temas importantes junto à alta gestão, como a definição de diretrizes para os Termos de Execução Descentralizada (TED) e o direcionamento da nova política de gestão de riscos do MAPA. Esta última vinha sendo debatida internamente desde o início de 2023 devido ao sombreamento de competências estabelecido no Decreto nº 11.332, de 1º de janeiro de 2023.

Com isso, o CIGOV foi reativado (Portaria MAPA nº 630, de 28 de novembro de 2023) e realizou 4 reuniões ordinárias no ano de 2024, criando 2 Subcomitês, quais sejam:

- Subcomitê de Governança, Riscos e Controle - Resolução SE/MAPA nº 2, de 15 de fevereiro de 2024; e
- Subcomitê de Instrumentos de Repasse e Termos de Execução Descentralizada- Resolução SE/MAPA nº 3, de 15 de fevereiro de 2024.

Como resultado da atuação desses grupos, foi publicada a Portaria nº 743 de 18 de dezembro de 2024, contendo a nova Política de Gestão de Riscos e Controle do MAPA e a publicação da Portaria nº 748 de 23 de dezembro de 2024, contendo o novo Fluxo para estabelecimento de TED (Termo de Execução Descentralizada) no âmbito do MAPA. Esses

normativos representam avanços do Órgão na governança interna e reforçam o compromisso com a excelência na gestão pública.

Ainda, em novembro de 2024, foi incluído na pauta da 4ª reunião ordinária do CIGOV o debate sobre o assunto “Análise de Impacto Regulatório-AIR” e foi elaborada proposta de Programa de Impacto Regulatório – PAIR, pela equipe da Secretaria-Executiva, área que preside o CIGOV, visando o atendimento das determinações/recomendações exaradas pelo TCU no âmbito do Acórdão nº 915/2023.

Importante destacar que a proposta do Programa de Impacto Regulatório – PAIR foi apresentada aos membros do CIGOV na primeira reunião ordinária de 2025, ocorrida em março do citado ano.

Ao longo do ano, a SPOA reafirmou seu compromisso com a **integração dos processos de planejamento e execução** e promoveu a implementação de boas práticas para aprimorar a transparência ativa do Órgão e garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos do Ministério, visando uma gestão pública mais eficiente e alinhada às necessidades do setor agropecuário e das comunidades rurais. Assim, a Subsecretaria buscou contribuir significativamente para a modernização da administração pública e para a entrega de resultados mais efetivos à sociedade.



SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

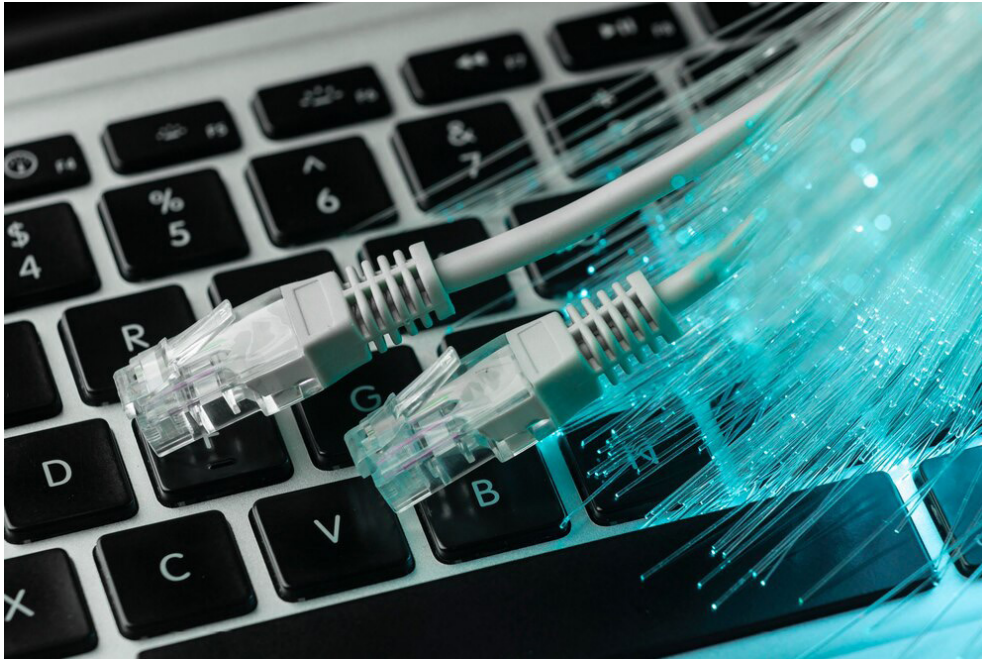
O ano de 2024 foi marcado por avanços significativos na Subsecretaria de Tecnologia da Informação - STI/SE/MAPA. Diversos projetos foram implementados com êxito, aprimorando a **segurança da informação, a conectividade e a eficiência operacional**. A instalação do Wi-Fi Nacional expandiu a acessibilidade à rede, promovendo maior conectividade e suporte às atividades institucionais. Paralelamente, a aquisição e implantação do Next-Generation Firewall (NGFW) reforçou a segurança dos dados e das comunicações.

A migração do MDA para a nuvem e a continuidade da transição para SD-WAN (segunda etapa) possibilitaram maior escalabilidade e flexibilidade nos serviços digitais. Ademais, a aquisição e instalação de novos computadores, notebooks e monitores modernizou a infraestrutura tecnológica das unidades.

O compromisso com a **integridade e preservação dos dados** foi reforçado com a salvaguarda dos dados LFDA-RS e a implantação da suite de segurança Broadcom, abrangendo soluções como EDR, filtro de conteúdo, DLP, autenticação multifator (2FA) e bloqueio de dispositivos USB. O Programa de Privacidade e Segurança da Informação avançou para o terceiro ciclo, consolidando uma governança robusta para a gestão de riscos e conformidade. Outras iniciativas de infraestrutura incluíram a realocação do projeto Pesca para o prédio da CGU, a replicação de backups on-premises para a nuvem e a migração de sistemas MDA para a nuvem Huawei.

A modernização também se estendeu à **automação de processos**, como o descredenciamento automático de usuários, o bloqueio de contas inativas do MDA/MPA e a implantação da solução de armazenamento de logs Graylog. Também foi contratada a atualização de switches de rede para as SFA's e LFDA's, promovendo mais estabilidade e desempenho. A gestão eficiente dos contratos também foi um marco, com o aditamento e instalação da terceira etapa do contrato Claro-SDWAN, garantindo continuidade e melhorias nos serviços de conectividade.

O **suporte da infraestrutura** foi ampliado com o Exadata sob suporte Oracle Platinum, aumentando a confiabilidade dos serviços de banco de dados. No âmbito da Coordenação-Geral de Governança e Gestão de TIC a capacitação foi incentivada com a contratação do curso de gamificação em planejamento de contratações. Outra iniciativa foi a elaboração do plano e catálogo de riscos da STI, que visa mitigar as vulnerabilidades, antecipar desafios e garantir a continuidade das operações de TI com maior segurança.



A **reestruturação do PMO de TI** permitiu aprimorar a governança dos projetos da área, garantindo maior alinhamento com os objetivos institucionais, além disso, possibilitou a organização dos projetos em backlog e a aplicação de uma nova metodologia de priorização dos projetos, bem como maior transparência por meio da criação do painel de projetos. A Coordenação-Geral de Assuntos Meteorológicos, destacou-se na migração dos emails para a nuvem Microsoft e na contratação de uma nova plataforma para transmissão de dados de estações meteorológicas.

A Coordenação-Geral de Sustentação de Sistemas avançou com a entrega de **projetos chave**, como o E-Phyto (Shiva Madeira), API ConectaGov, SIGABC e o Certificado Sanitário Nacional (CSN). Enquanto isso, a Coordenação-Geral de Inovação impulsionou a aderência à LGPD, avançou no CAF 3.0, entregou o módulo gerencial do Shiva Viajantes e concluiu o REAP do PesqueBrasil. Por fim, a Coordenação-Geral de Ciência de dados fortaleceu a cultura de dados com o curso Qlik Sense Básico, workshops sobre Qlik e Cultura de Dados e a conclusão de 569 chamados e atendimentos em painéis, reforçando o compromisso com a eficiência e a modernização tecnológica.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS E DE GESTÃO DO CONHECIMENTO - SGP

Em 2024, a Subsecretaria de Gestão de Pessoas e de Gestão do Conhecimento (SGP) consolidou avanços significativos nas políticas de desenvolvimento de pessoas, gestão do conhecimento e bem-estar dos servidores do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Destacamos nossas principais realizações:

Desenvolvimento de Pessoas

- Implementação do Programa de Gestão e Desempenho;
- Elaboração de pedido e organização de Concurso Público;
- Mapeamento de Perfis de Cargo de chefia e assessoria;
- Processo de Seleção de Adidos Agrícolas;
- Fortalecimento do Programa de Estágio Estudantil;
- Mapeamento de competências institucionais e técnicas;
- Dimensionamento da Força de Trabalho;
- Lançamento do Programa de Mentoria para Lideranças;
- Elaboração das Trilhas de Desenvolvimento para Líderes (Tático, Estratégico e Operacional), para Técnicos e para Adidos Agrícolas; e
- Elaboração de Programa Onboarding para novos servidores.



Capacitação e Parcerias Acadêmicas

A Escola Nacional de Gestão Agropecuária (ENAGRO) disponibiliza um catálogo abrangente com 249 cursos, incluindo três ofertados em língua estrangeira. Dentre essas capacitações, 29 foram desenvolvidos, em 2024, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), abordando temas estratégicos, como:

- Qualidade no atendimento ao usuário no serviço público;
- Uso responsável de medicamentos veterinários;
- Sistema de Comando de Incidentes;
- Inteligência aplicada à fiscalização agropecuária; e
- Inovação e desenvolvimento sustentável no setor agropecuário.

Ao longo de 2024, a ENAGRO registrou um total de 30.663 mil inscrições, impactando significativamente diversos públicos. Destaca-se a capacitação de 8.180 servidores do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), 12.617 servidores de outros órgãos, incluindo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), além de 9.866 cidadãos da sociedade em geral.

Em julho de 2024, a ENAGRO lançou o projeto Conectando Saberes, que introduziu as Trilhas de Liderança, uma iniciativa voltada ao fortalecimento de competências comportamentais e gerenciais. Até dezembro de 2024,

o programa capacitou 688 líderes por meio de ações educacionais focadas no desenvolvimento de habilidades soft skills, contribuindo para a modernização e eficiência da gestão pública agropecuária.

Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho

A Coordenação-Geral de Atenção à Saúde do Servidor (CGASS) consolidou diversas ações voltadas à promoção da saúde e bem-estar dos servidores.

Atendimentos e Ações de Bem-Estar

- 1.158 acolhimentos no Programa Colo de Longe e Colo Presente;
- 1.156 encontros de atividades físicas no Espaço Ceres, com 337 participantes;
- 1.920 aulas de ginástica laboral, alcançando 9.600 servidores; e
- 54 eventos de promoção da saúde, beneficiando 3.286 participantes presenciais e 2.731 online.

Eventos e Campanhas de Conscientização



Realizamos palestras e encontros temáticos para fomentar a qualidade de vida, incluindo:

- Clube do Livro;

- Sextas Culturais com aulas de pilates, calistenia, forró, fitdance, defesa pessoal e funcional;
- Palestras sobre empoderamento feminino, saúde mental, alimentação saudável, maternidade, paternidade, equilíbrio entre carreira e vida pessoal, relações étnico raciais, saúde do homem e sucesso profissional;
- Campanhas solidárias como Doe Sangue, Salve Vidas, MAPA da Solidariedade, Meias do Bem e Natal Solidário.

Eventos Institucionais e Confraternizações

- Arraiá do MAPA;
- Oficinas de arteterapia;
- Inauguração do refeitório CERES;
- Ação de saúde mental na Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA); e
- Celebrações do Dia das Crianças e Natal Solidário no Lar dos Velhinhos.

Melhorias de Processos

- Elaboração de mais de 160 Guias de Gestão de Pessoas, com orientações para equipes descentralizadas de gestão de pessoas e servidores sobre os processos da área; e
- Automação de diversos processos, incluindo Folha de Pagamento de Adidos Agrícolas, Concurso de Remoção e Sistema de Avaliação de Desempenho.

ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO – AECI

Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), Unidade Setorial do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação, atua na promoção, coordenação e supervisão de assuntos relacionados à integridade, transparência e acesso à informação. Também atua na interlocução do Ministério com os órgãos de controle interno e externo, sendo responsável por acompanhar a implementação das recomendações da Controladoria-Geral da União e das deliberações do Tribunal de Contas da União relacionadas ao Ministério e atender a outras demandas provenientes dos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado.

Relacionadas às demandas de controle interno e externo, no ano de 2024, foi registrado no SEI MAPA: Processos Gerados: 119; processos tramitados: 341; processos encerrados: 312; processos abertos em monitoramento: 29; documentos gerados na coordenação: 431 e documentos Externos inseridos no SEI: 686

No sistema Conecta, gerido pelo Tribunal de contas da União, foram realizadas 484 movimentações, sendo:

- 143 comunicações respondidas/encerradas;
- 01 comunicação pendente de resposta;
- 02 determinações/recomendações pendentes de resposta;
- 03 Fiscalizações encerradas em 2024;
- 04 Fiscalizações em andamento;
- 314 Acórdãos recebidos (MAPA);
- 06 Acórdãos recebidos (MAPA-GERAL);
- 04 Acórdãos recebidos (SFAs); e
- 09 Monitoramento de Determinação e Recomendações.

Em relação à Tomada de Contas Especial, foram encaminhados ao Tribunal de Contas de União 12 pronunciamentos do Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária.

No E-Pessoal, sistema desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União, para a gestão de informações relacionadas a pessoal, no âmbito do serviço público federal, foram iniciados 359 pedidos de esclarecimento de indícios. São 5.572 em monitoramento pelo TCU.

No que tange às atividades junto à CGU, foram:

- 54 solicitações em auditorias;
- 61 monitoramentos de recomendações exaradas por aquele órgão;
- 249 demandas em auditoria contínua de trilha de pessoal;
- 14 auditorias iniciadas pela CGU, com 8 finalizadas ainda em 2024; e
- 4 análises preventivas de licitação iniciadas e finalizadas.

Em 2024, o Programa de Integridade MAPA Íntegro completou 7 anos. Durante todo o ano, o programa executou algumas ações: campanhas

de sensibilização em temas de integridade; elaboração e divulgação de Guias sobre os sistemas e-agendas e e-Patri; pesquisa sobre percepção da integridade institucional; lançamento do boletim integridade pública, dentre outras.



Eixos e diretrizes do Programa MAPA ÍNTEGRO:

- **a integridade:** Plano de Integridade com ações de estruturação, execução, monitoramento e gestão de riscos;
- **a transparência:** Assegurar o cumprimento das obrigações de publicidade do órgão; e
- **e o acesso à informação:** Amplo acesso da sociedade às informações e aos dados produzidos.

Em março, aconteceu a cerimônia do Selo Mais Integridade, onde 27 organizações foram premiadas.

Em dezembro, o MAPA promoveu o evento Integridade Pública: Riscos e Desafios, em alusão ao Dia Internacional contra a Corrupção. Na ocasião, o Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária assinou o Plano de Integridade 2025-2026, demonstrando seu compromisso com a integridade pública

e seu apoio às ações a serem executadas pelo Programa de Integridade, cuja coordenação é da Assessoria Especial de Controle Interno. Na mesma cerimônia, também foi assinado o compromisso do MAPA de ser apoiador institucional do Pacto Brasil pela Integridade Empresarial da CGU, fomentando a sua adesão junto às empresas do agronegócio.

CORREGEDORIA

A Corregedoria é um órgão que auxilia diretamente o Ministro da Agricultura e Pecuária, fazendo parte do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Suas funções incluem instaurar procedimentos e processos disciplinares, apoiar o Órgão Central do Sistema com informações sobre atividades de correição, e sugerir melhorias nos procedimentos operacionais. Além disso, é responsável pela instauração e julgamento de Processos Administrativos de Responsabilização conforme a Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013).

A estrutura atual da Corregedoria do MAPA centraliza e organiza todo o processo de apuração disciplinar, desde o recebimento de denúncias até a supervisão final, garantindo um controle eficaz das atividades correionais.

A Corregedoria do MAPA alcançou resultados significativos em 2024, incluindo:

- I. 1.449 processos com atuação da Corregedoria no ano;
- II. Entrada de 340 novos processos, dos quais:
 - a. 254 foram novos processos em decorrência do recebimento de novas denúncias;
 - b. 86 decorreram de desmembramentos para delimitação de fatos ou resguardo de sigilo entre investigados; e
 - c. As quantidades das alíneas "a" e "b" se somaram aos 46 processos julgados que aguardavam alguma ação para serem encerrados em definitivo.
- III. O ano de 2024 foi encerrado com o total de 604 processos ativos, contra 1.063 processos ativos no início do ano, apontando para uma redução de 43% no número de processos ativos;

- IV. 845 processos foram finalizados, considerando o balanço entre as novas entradas e o total de encerramentos;
- V. Dos 845 processos encerrados, 774 foram arquivados por esta unidade correcional, dos quais:
 - a. 93 haviam passado por instauração de procedimento acusatório; e
 - b. 681 se encontravam em fase investigativa.

Figura: Resumo dos processos concluídos.



- VI. Lavratura de 381 Termos de julgamento, com a publicação de 82 deles. Isso resultou, nos procedimentos acusatórios, em:
 - a. 27 processos com aplicações de penalidades;
 - b. 53 processos com absolvições/arquivamentos; e
 - c. 11 processos com decisões sobre pedido de reconsideração.
- VII. Instauração de 52 novas investigações Preliminares Sumárias - IPS;
- VIII. Instauração de 44 novos processos punitivos (Processo Administrativo Disciplinar e Processo Administrativo de Responsabilização);
- IX. Celebração de 19 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC);
- X. Aplicação de 47 penalidades, sendo:
 - a. 11 expulsivas;

- b. 02 suspensiva;
- c. 17 publicações extraordinárias; e
- d. 17 multas – R\$ 41.660.377,34.

XI. Do montante total de multas aplicadas:

- a. **R\$ 1.355.598,86** (Um milhão, trezentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e noventa e oito reais e oitenta e seis centavos) recolhidas voluntariamente ao Tesouro Nacional;
- b. **R\$ 10.378.278,45** (Dez milhões, trezentos e setenta e oito mil, duzentos e setenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) suspensos em virtude da pendência de julgamento de Pedidos de Reconsideração; e
- c. **R\$ 29.926.500,03** (Vinte e nove milhões, novecentos e vinte e seis mil, quinhentos reais e três centavos) inseridas na Dívida Ativa da União para fins de execução pelo órgão competente da Advocacia-Geral da União (PGFN).

AUTOAVALIAÇÃO DO MODELO DE MATURIDADE CORRECIONAL (CRG-MM)

O Modelo de Maturidade Correcional da Corregedoria-Geral da União (CRG-MM) é um instrumento de política de gestão correcional que visa orientar o desenvolvimento e o aprimoramento das atividades correcionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Trata-se de um modelo de autoavaliação obrigatório, concebido para mensurar o nível de maturidade correcional das unidades setoriais do Siscor, permitindo a identificação do estágio de desenvolvimento da unidade avaliada e estimulando sua evolução em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela CGU.

Atualmente, o CRG-MM está estruturado em cinco níveis progressivos de maturidade.

Em 2024, a Corregedoria/MAPA alcançou o nível 3 (integrado) de maturidade correcional na autoavaliação do CRG-MM. Isso indica que a unidade possui procedimentos bem estruturados para processos correcionais, profissionais qualificados e práticas de transparência ativa.

Esse avanço reflete maior controle, eficiência e alinhamento com diretrizes normativas.

Figura: Estrutura do CRG-MM



Para alcançar o nível 4 (gerenciado), a unidade correcional planeja estruturar suas ações com base no CRG-MM, focando em três áreas principais:

- Atuação preventiva: Mapeamento detalhado das infrações e participação ativa no gerenciamento de riscos organizacionais;
- Gestão eficaz de equipes: Implementação de diretrizes para alocação objetiva de pessoal e condução de trabalhos com projetos estruturados;
- Medidas de aferição de desempenho: Uso de indicadores para monitoramento e tomada de decisões estratégicas.

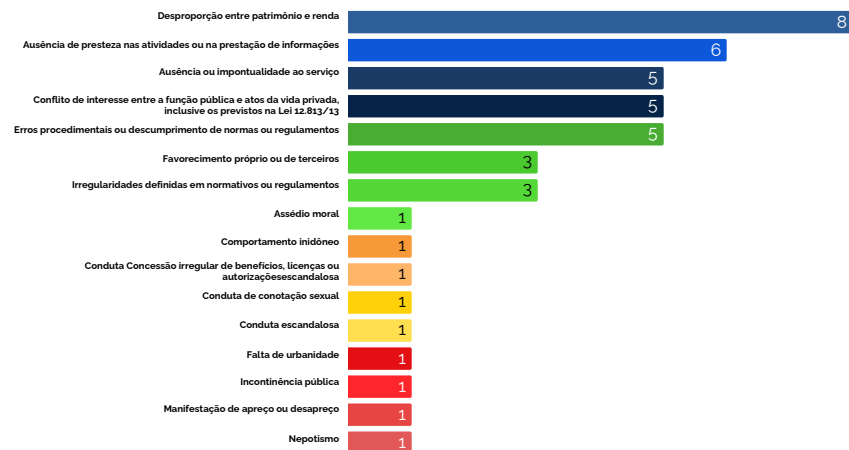
Além disso, busca fortalecer a integração com outras instâncias de integridade da organização, promovendo ações conjuntas e participando de atividades voltadas à governança e à promoção da integridade institucional.

PRINCIPAIS MOTIVOS DAS APURAÇÕES

Os gráficos abaixo demonstram os principais motivos que movimentaram a apuração correcional no MAPA.

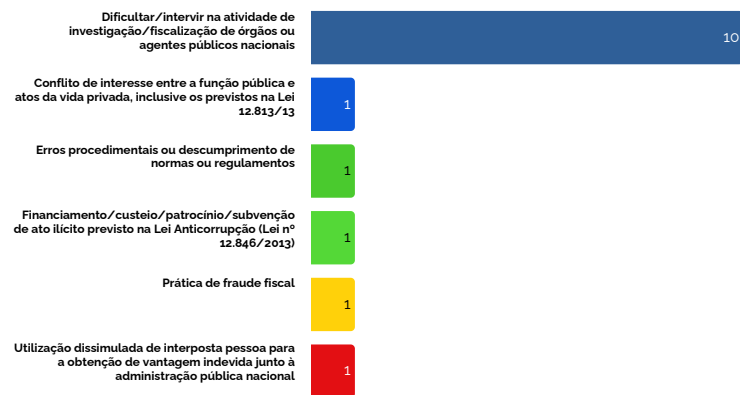
Nas Investigações Preliminares Sumárias instauradas em 2024, prevalecem como principais temas supostas condutas de conotação sexual, comportamento inidôneo, entre outros.

Figura: Assunto das 52 IPSs instauradas em 2024



Já nos Processos Administrativos Disciplinares, destacam-se como temas suposta desproporção entre patrimônio e renda, assim como ausência de presteza nas atividades e ausência ou impontualidade no serviço.

Figura: Assunto dos 11 Processos Acusatórios em Desfavor de Pessoa Jurídica

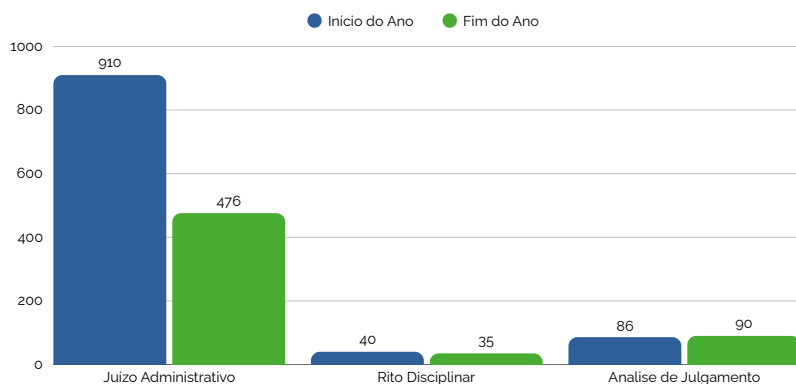


Quanto aos Processos Administrativos de Responsabilização, o tema de maior incidência foi dificultar ou intervir na atividade de investigação e ou fiscalização.

VOLUME DE PROCESSOS ATIVOS POR FASE

A Corregedoria do MAPA trabalha com o conceito de macrofases e fases, em que as fases são subdivisões das macrofases. A Figura 6 apresenta o comparativo das situações do início e fim do ano de 2024 do quantitativo por macrofase processual.

Figura: Quantidade do volume de Processos por macrofase

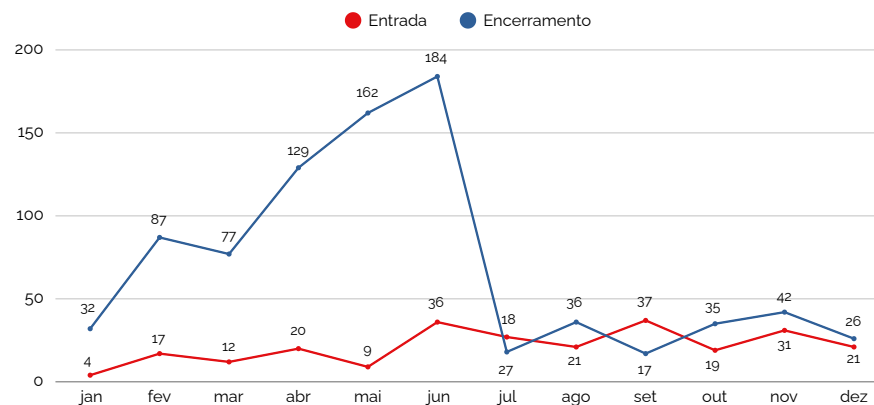


ENCERRAMENTOS DE PROCESSOS

Em 2024, a Corregedoria priorizou o enfrentamento do número significativo de passivos de processos em juízo de admissibilidade, resultando um volume de encerramento substancial. Isso se deve às estratégias de reorganização das áreas e à atualização constante das ferramentas tecnológicas de controle.

Para ilustração do acima descrito, apresentamos o gráfico abaixo, que representa o volume mensal de entradas de processos na Corregedoria em comparação com o volume de encerramentos durante o ano de 2024.

Figura: Relação entradas e saídas de processos em 2023



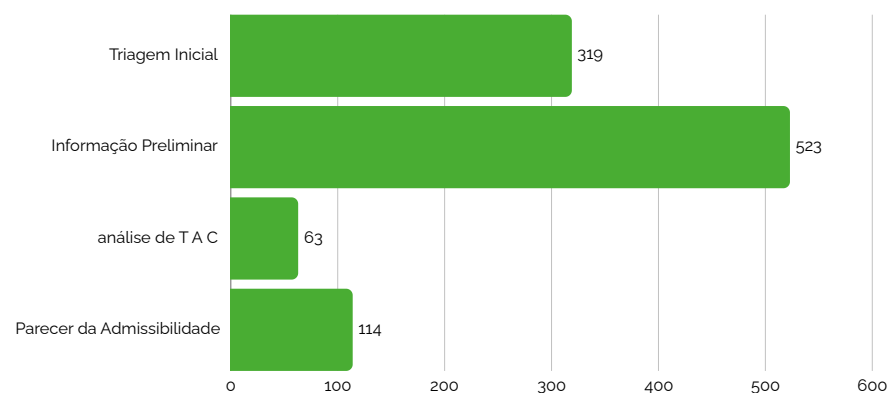
Fonte: Sistema de Gestão Correcional – SGCOR

PROCESSOS EM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE - DETALHAMENTO

A Corregedoria empreende todos os esforços para esgotar os vetores de investigação disponíveis (diligências, oitivas, busca e apreensão de documentos e bens, utilização de compartilhamento de provas de processos em curso nas Justiça Federal e Estadual, etc.), de modo a identificar provas documentais e testemunhais de supostos cometimentos de irregularidades de agentes públicos ou privados investigados, em homenagem à segurança jurídica, eficiência e respeito aos limites do ordenamento jurídico.

O gráfico na próxima página apresenta a quantificação dos trabalhos de análise em sede de juízo de admissibilidade, em que é contabilizado o número de saídas de cada fase processual ilustrada. Cada saída remete à conclusão daquela etapa, detalhando com mais precisão o volume do trabalho analítico realizado pela Corregedoria.

Figura: Quantidade de análises concluídas por fase



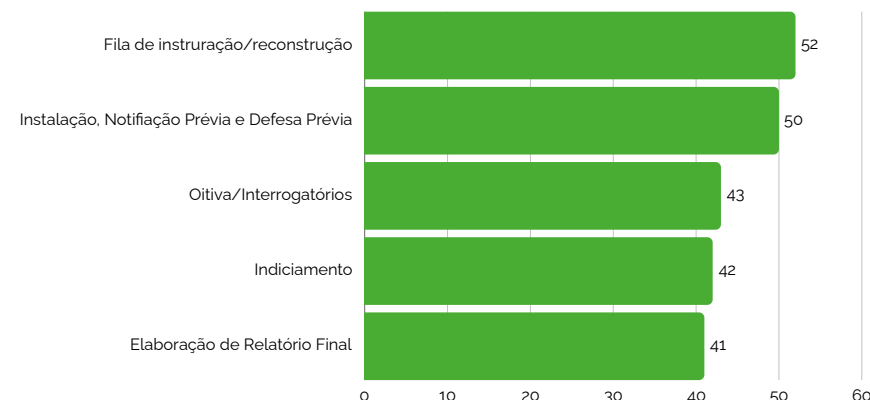
Fonte: Sistema de Gestão Correcional – SGCOR

PROCESSOS EM RITO DISCIPLINAR – DETALHAMENTO

A fase do Rito Disciplinar refere-se às etapas que são realizadas ao longo dos processos disciplinares punitivos, mas também contempla dois momentos importantes que são imediatamente anteriores à instauração dos acusatórios.

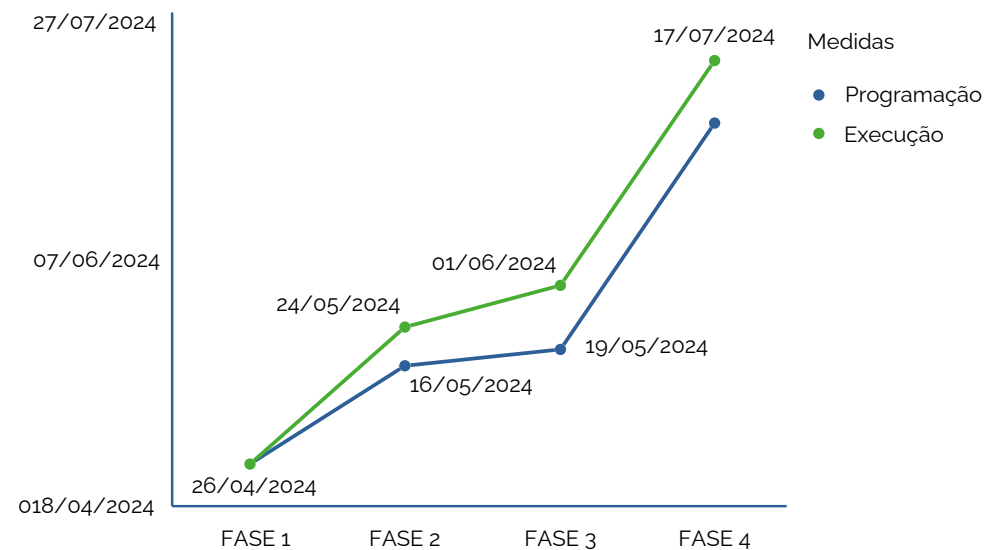
O modelo mencionado apresenta resultados promissores em termos de segurança e rapidez na execução dos procedimentos disciplinares. Ele também oferece uma gestão processual madura para a análise de mérito em cada processo. Os principais resultados incluem uma redução significativa no tempo de conclusão dos processos na Corregedoria e uma diminuição de 94% nos custos do processo punitivo.

Figura: Quantidade de Processos finalizados por Fase



Fonte: Sistema de Gestão Correcional - SGCOR

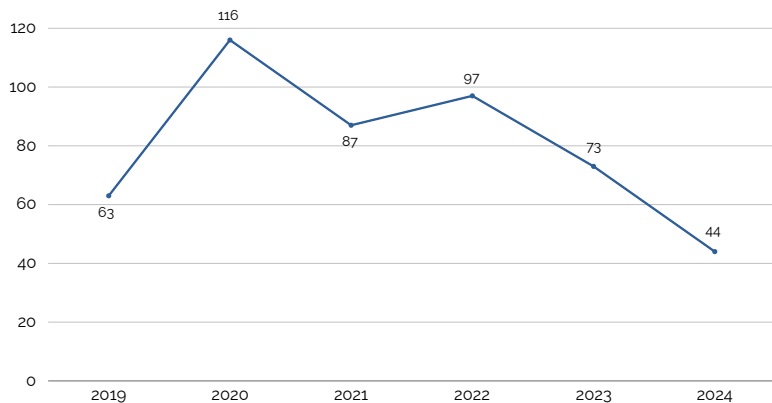
Figura: Execução dos Ciclos Correcionais.



INSTAURAÇÕES POR ANO

A seguir são apresentados os números de instaurações de PAD / PAR realizadas entre os anos de 2019 e 2024.

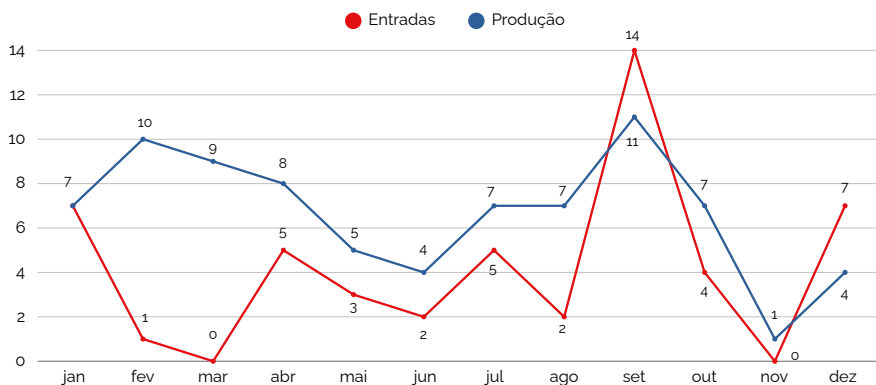
Figura: Número de Instaurações por Ano.



PROCESSOS COM ANÁLISE DE RELATÓRIO FINAL CONCLUÍDA

A seguir é apresentado o número de análises de Relatórios Finais concluídas durante 2024 em relação aos processos apuratórios finalizados no mesmo ano.

Figura: Análise de Relatório Final.

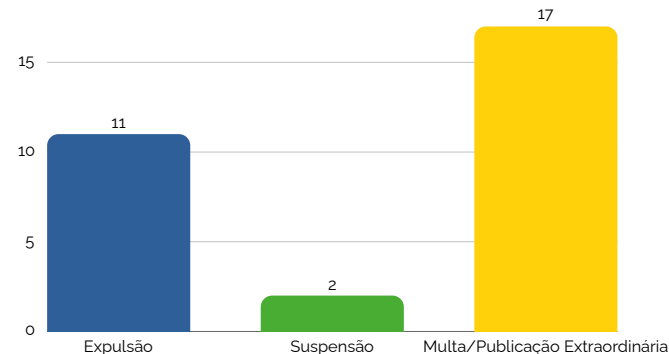


Fonte: Sistema de Gestão Correccional – SGCOR.

SANÇÕES APLICADAS

O gráfico abaixo representa os quantitativos de sanções aplicadas no ano de 2024.

Figura: Quantidade de penas aplicadas no ano.



Fonte: Sistema de Gestão Correccional – SGCOR.

OUIDORIA

A Ouvidoria do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) detém as competências de Unidade Setorial do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal - SisOuv, conforme estabelecido pelo Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, e do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), conforme regulamentado pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

A Ouvidoria desempenha o papel de instância de participação e controle social, sendo responsável por interagir com os usuários para aprimorar a gestão pública e aperfeiçoar os serviços oferecidos. Além de manter um canal de diálogo contínuo entre a sociedade, os servidores e a Administração Pública, também recebe e processa os pedidos de acesso às informações públicas.



OUVIDORIA MAPA

No decorrer do ano de **2024**, a ouvidoria recebeu e tratou **6.541** manifestações de ouvidoria e **2.394** pedidos de acesso à informação.

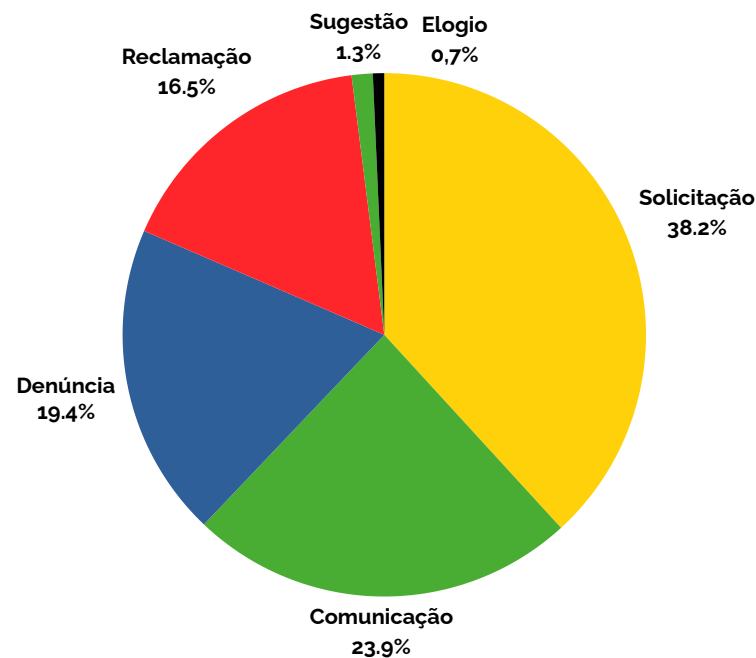
Ouvidoria	SIC
6.541	2.394

No tocante às manifestações de ouvidoria, analisando o quantitativo de manifestações recebidas em 2024 (6.541), em comparação ao ano de 2023 (6.343), percebe-se um pequeno aumento em torno de 3% das manifestações.

2023	2024	%
6.341	6.541	3,12

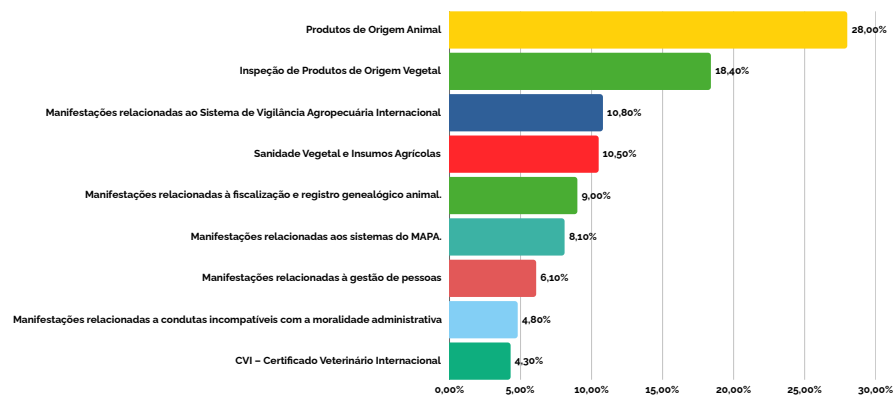
Acerca das tipologias mais recorrentes, podemos verificar que 43,3% englobam denúncia e comunicação. Mais de 38,2% de solicitação e 16,5% de reclamação. Poucas sugestões foram recebidas (1,3%), e apenas 0,7% de elogio.

Tipologias mais recorrentes



Dentre os sub assuntos que mais se destacaram nas demandas recebidas pela Ouvidoria do MAPA, destacamos as áreas de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal e vegetal, serviços de suporte e normas, problemas com a emissão do Certificado veterinário Internacional (CVI), o Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários (SIPEAGRO), e infrações disciplinar que ganhou um forte destaque com as ações realizada através da ouvidoria.

Acerca das tipologias mais recorrentes, podemos verificar que 43,3% englobam denúncia e comunicação. Mais de 38,2% de solicitação e 16,5% de reclamação. Poucas sugestões foram recebidas (1,3%), e apenas 0,7% de elogio.



A Ouvidoria do MAPA também desempenha a função de Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), sendo responsável por atender os pedidos de acesso à informação com base na Lei nº 12.527/2011.

Com a edição da Portaria nº 147, de 23 de abril de 2020, que aprovou as normas e procedimentos para o fluxo de pedidos de acesso à informação no âmbito do MAPA, as atribuições do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) mencionadas no inciso I do art. 9º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), foram transferidas para a Ouvidoria do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Portanto, desde a publicação dessa portaria, a Ouvidoria do MAPA é responsável por atender aos pedidos de acesso à informação, conforme previsto na LAI.

No ano de **2024**, o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC/MAPA recebeu o total de 2394 registros de pedidos de **acesso à informação**, dos quais **1258** pedidos foram tratados no âmbito da **Lei de Acesso à Informação - LAI**, sendo **196** pedidos **analisados e tratados** diretamente pelo SIC fornecendo canal ou procedimento específico e efetivo para obtenção da informação solicitada, ou que não se enquadravam no escopo da LAI.

Ainda, **195** pedidos foram **encaminhados ao órgão competente** por se tratar de demandas de assuntos alheios às competências do MAPA.

Quanto às 859 manifestações estas foram **reclassificadas como demandas de Ouvidoria**, sujeitas ao tratamento conforme estipulado na Portaria Normativa CGU Nº 116, de 18 de março de 2024.

Total Recebido	Finalizados no SIC	Tratados nas Áreas técnicas	Reencaminhado para outros órgãos	Reclassificados
2394	196	1130	195	867

Nesse sentido, no ano de 2024, em comparação com o ano de 2023 no qual foram recebidas **3.509** manifestações, representou redução de cerca de 12,5% em relação ao ano anterior.

2023	2024	%
2736	2394	12,25

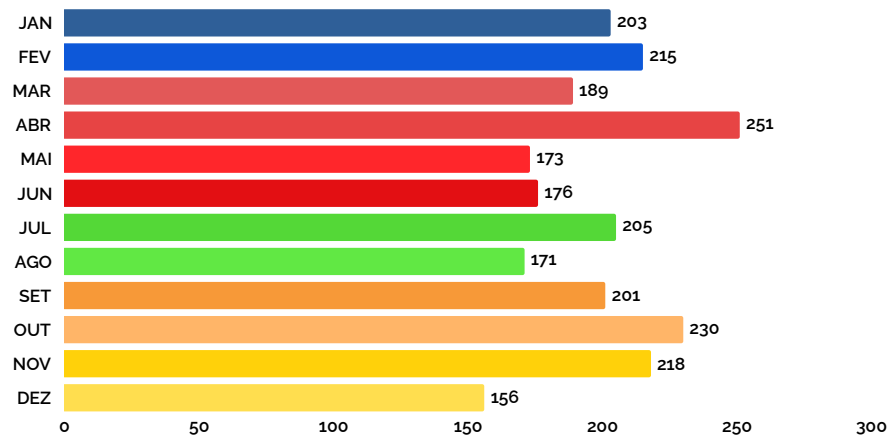
O Decreto nº 7724, de 2012, que regulamentou a LAI no Poder Executivo Federal, definiu sobre a transparências das informações, no MAPA são avaliados 49 itens de transparência ativa, sendo cumprido 47 itens no ano de 2024, e 1 cumprido parcialmente, ocupando o 150º lugar no ranking de cumprimento de transparência ativa.

Dos 2.388 pedidos recebidos e devidamente tratados pelo MAPA, 99,54% foram atendidos dentro do estrito prazo legal, respeitando o direito de acesso à informação da sociedade. Uma pequena parcela de 0,45% teve suas respostas entregues além do prazo legal.

Atendidos no Prazo	Atendidos fora do Prazo
99,54%	0,45%

Da transparência passiva no ano de 2024 os pedidos de acesso à informação registrados na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - **Fala.BR** tiveram pouca alternância entre os meses, tendo em média 199 pedidos mensais.

Pedidos de Acesso à Informação



Cabe salientar que no decorrido ano não houve omissão de respostas aos pedidos de acesso à informação formulados, reforçando a atuação, comprometimento e eficiência das áreas técnicas e unidades administrativas no desenvolvimento de boas práticas de transparência, pelo fomento à cultura de transparência e à conscientização do direito fundamental de acesso à informação.

No transcorrer do ano de 2024, após análise e qualificação dos pedidos de acesso à informação, o SIC submete as unidades administrativas do MAPA responsável pela informação custodiada ou produzida, sendo os assuntos da Secretaria de Defesa Agropecuária mais demandados no âmbito do MAPA.

É facultado ao cidadão, no âmbito do Poder Executivo Federal, quanto tiver pedido de acesso à informação negado, poderá interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias, ou seja, do total de **2.388 pedidos** no ano de 2024 o SIC/MAPA, **91** deles resultaram em recursos para autoridades em **1ª instância**, sendo deferidos 1,81%. Em **2ª instância** foram interpostos **30 recursos** para autoridade máxima do órgão, que deferiu 0%. Em **3ª instância** a Controladoria Geral da União - CGU recebeu **19 recursos** interposto posterior as decisões do MAPA, sendo 0,07% deferidos, 0,45% indeferido e 0% pendente de julgamento.

Pedidos	Recurso 1ª Instância	Recurso 2ª Instância	Recurso 3ª Instância	Recurso 4ª Instância
2.394	91	30	19	9

Ao longo desse período, foram registrados avanços significativos na resposta a pedidos de informação, reduzindo os prazos de atendimento e aprimorando a eficiência operacional. Além disso, foram realizadas iniciativas de capacitação para os interlocutores envolvidos, visando garantir um atendimento cada vez mais qualificado e célere.



5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

CONTABILIDADE

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A dotação orçamentária da administração direta do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) totalizou R\$ 7.353,7 Milhões em 2024, o que representou um aumento de 2% do montante consignado na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024, Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, resultado da abertura de créditos extraordinários que totalizaram R\$ 0,4 bilhão pelas Medidas Provisórias nº 1.218, de 11 e maio de 2024 e 1.246, de 18 de julho de 2024, convertidas, respectivamente, nas Leis nº 14.962, de 5 de setembro de 2024, e nº 15.024, de 13 de novembro de 2024, bem como pela Medida Provisória nº 1.260, de 27 de setembro de 2024, prorrogada até 9 de março de 2025, para o custeio de despesas relacionadas à calamidade pública decorrente de eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul.

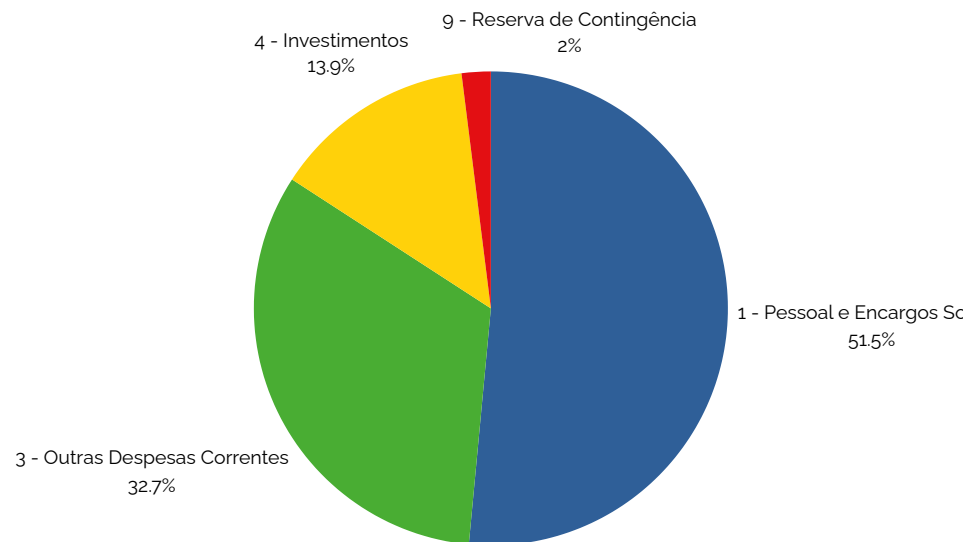
Do valor supracitado, foram previstos R\$ 3,6 bilhões para despesas com pessoal e encargos sociais, R\$ 1,5 bilhão para investimentos, R\$ 2,0 bilhões para outras despesas correntes e R\$ 0,1 bilhão para reserva de contingência, distribuídos conforme o gráfico a seguir:

Dotação Inicial 2024 (em R\$ Milhões)

Grupo de Natureza da Despesa - GND	Ministério da Agricultura e Pecuária	Porcentagem %
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.726,6	52
3 - Outras Despesas Correntes	2.347,9	33
4 - Investimentos	978,5	14
9 - Reserva de Contingência	140,4	2
Total	7.193,5	100

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2024)

Dotação Orçamentária Inicial por Grupo de Natureza da Despesa (GND)



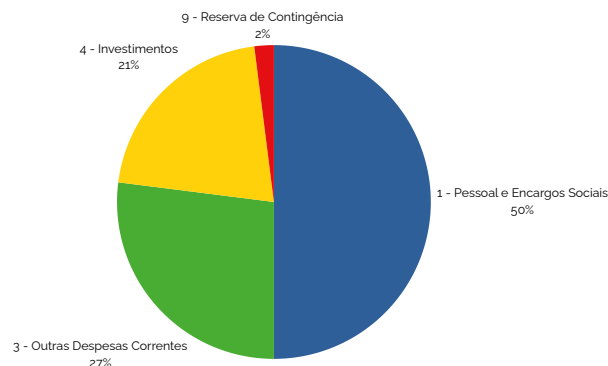
Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2024)

Dotação Atualizada 2024 (em R\$ Milhões)

Grupo de Natureza da Despesa - GND	Ministério da Agricultura e Pecuária	Porcentagem %
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.648,0	50
3 - Outras Despesas Correntes	2.018,8	27
4 - Investimentos	1.546,5	21
9 - Reserva de Contingência	140,4	2
Total	7.353,7	100,0

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2024)

Dotação Orçamentária Atualizada por Grupo de Natureza da Despesa (GND)



Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2024)

Já a arrecadação das receitas próprias e vinculadas totalizou R\$ 551,1 milhões em 2024, o que indica um aumento de 480,7% em relação ao arrecadado no ano anterior, conforme tabela abaixo:

Arrecadação das Receitas Próprias e Vinculadas (em milhões)

Fonte de Recursos	Arrecadação (R\$ milhões)	
	2023	2024
1050 - Recursos Próprios Livres da UO	0,2	0,0
1051 - Recursos Próprios da UO para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital	0,5	5,2
1052 - Recursos Livres da UO	73,0	440,7
1059 - Recursos Próprios Destinados aos Serviços de Proteção de Cultivares	4,1	19,4
1075 - CCCCN - Comissão Coordenadora da Criação do Cavallo Nacional	0,3	0,8
1116 - Recursos Próprios Destinados ao Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM	16,9	85,0
Total	94,9	551,1

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2024)

Da dotação final autorizada para 2024, foram executados R\$ 7,0 bilhões, valor 11,4% maior que o registrado no exercício anterior. Destaca-se o aumento das despesas com investimentos. Por outro lado, as despesas com pessoal e encargos sociais tiveram uma redução de 0,7% em relação ao ano anterior, conforme quadro abaixo:

Execução Orçamentária por Grupo de Natureza da Despesa - GND (em milhões)

Grupo de Natureza da Despesa - GND	Despesas Empenhadas (R\$ milhões)		Variação Percentual (%) 2024/2023
	2023	2024	
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.652,7	3.621,7	-0,8
3 - Outras Despesas Correntes	1.834,9	1.872,8	2,1
4 - Investimentos	828,4	1.537,0	85,5
Total	6.316,0	7.031,5	11,3

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2024)

Do total empenhado em 2024, R\$ 3,6 bilhões referem-se a despesas com pessoal e encargos sociais (51,5%), R\$ 1,5 bilhão a investimentos (21,9%) e R\$ 1,9 bilhão a outras despesas correntes (26,6%).

Segue, abaixo, a evolução da execução orçamentária e financeira nos últimos anos por Função, Grupo de Natureza da Despesa (GND) e Elemento de Despesa:

Execução Orçamentária e Financeira por Função de Governo (em milhões)

Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas		
2022	2023	2024	2022	2023	2024	2022	2023	2024
2.120,5	2.234,2	2.264,4	2.120,0	2.234,1	2.260,3	1.980,1	2.067,8	2.096,3
5.762,6	4.076,1	4.762,0	2.985,3	2.921,7	3.103,8	2.853,9	2.791,2	2.610,5
471,6	0,0	0,0	468,4	0,0	0,0	468,4	0,0	0,0
5,9	5,6	5,1	5,9	5,6	5,1	5,4	5,0	4,7
8.360,6	6.316,0	7.031,5	5.579,6	5.161,4	5.369,2	5.307,7	4.864,0	4.711,5

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2024)

Grupo de Natureza da Despesa (GND): 1 - Pessoal e Encargos Sociais (em milhões)

Elemento de Despesa	Execução Orçamentária e Financeira		
	Empenhado	Liquidado	Pago
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	1.317,5	1.315,4	1.222,4
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.112,6	1.109,9	1.010,3
03 - Pensões	939,3	937,3	866,8
13 - Obrigações Patronais	218,9	216,1	216,1
Demais Elementos	33,4	32,8	30,7
Total GND 1	3.621,7	3.611,6	3.346,4

Grupo de Natureza da Despesa (GND): 3 - Outras Despesas Correntes (em milhões)

Elemento de Despesa	Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ Milhões)		
	Empenhado	Liquidado	Pago
45 - Subvenções Econômicas	1.098,7	1.072,4	710,3
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	152,0	118,3	111,9
37 - Locação de Mão-de-Obra	152,0	135,9	132,7
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	63,7	47,9	46,7
93 - Indenizações e Restituições	60,1	59,1	56,0
46 - Auxílio-Alimentação	63,1	63,1	57,5
30 - Material de Consumo	31,0	24,0	23,8
41 - Contribuições	157,1	25,7	24,9
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	21,8	20,3	20,2
14 - Diárias - Civil	25,4	25,4	25,3
Demais Elementos	48,0	46,4	44,4
Total GND 3	1.872,8	1.638,4	1.253,8

Grupo de Natureza da Despesa (GND): 4 - Investimentos (em milhões)

Elemento de Despesa	Execução Orçamentária e Financeira (em R\$ Milhões)		
	Empenhado	Liquidado	Pago
42 - Auxílios	720,2	31,6	31,2
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	34,1	31,6	29,6
51 - Obras e Instalações	7,0	0,1	0,1
52 - Equipamentos e Material Permanente	766,7	52,8	48,1
Demais Elementos	8,9	3,2	2,3
Total GND 4	1.537,0	119,2	111,3

Exercício 2024	Execução Orçamentária e Financeira (em milhões)		
	Empenhado	Liquidado	Pago
Total	7.031,5	5.369,2	4.711,5

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2024)

Do total da execução orçamentária em 2024, 44,3% refere-se aos programas das atividades finalísticas, com destaque para a Agropecuária Sustentável, como segue:

Programa de Governo	Despesas Empenhadas (R\$ milhões)	Percentual (%)
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.907,6	55,6
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	5,1	0,1
1144 - Agropecuária Sustentável	2.884,7	41,0
2302 - Defesa Agropecuária	234,1	3,3
Total	7.031,5	100,0

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2024)

Em relação às principais ações de governo, 51,5% estão relacionadas às despesas com pessoal e encargos sociais. Das demais despesas empenhadas, destacam-se o Fomento ao Setor Agropecuário (24,2%) e a Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (14,3%):

Execução Orçamentária por Ação de Governo (em milhões)

Ação Orçamentária	Despesas Empenhadas (R\$ milhões)	Percentual (%)
Ações orçamentárias do Grupo de Natureza da Despesa (GND) 1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.621,7	51,5
000M - Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013)	5,0	0,1
00PN - Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados	0,3	0,0
20M4 - Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais	0,1	0,0
20ZT - Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional	30,0	0,4
20ZU - Redução de Riscos na Atividade Agropecuária	1,9	0,0
20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	1.700,4	24,2
20ZY - Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva do Cacau	9,5	0,1
21B6 - Assistência Técnica e Extensão Rural	1,4	0,0
099F - Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)	1.004,5	14,3
147S - Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico	1,4	0,0
162G - Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil	3,9	0,1

Ação Orçamentária	Despesas Empenhadas (R\$ milhões)	Percentual (%)
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	88,2	1,3
214W - Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária	167,9	2,4
214X - Vigilância e Inspeção das Operações de Comércio Exterior de Mercadorias, Bens e Materiais de Interesse Agropecuário	8,4	0,1
214Y - Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA	54,3	0,8
214Z - Fomento à Tecnologia Agropecuária e aos Recursos Genéticos	1,4	0,0
215A - Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Agropecuária	4,2	0,1
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	1,2	0,0
0299 - Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992)	59,3	0,8
0300 - Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992)	34,9	0,5
0536 - Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais	0,1	0,0
2000 - Administração da Unidade	164,2	2,3
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	27,3	0,4
2161 - Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas	28,4	0,4

Ação Orçamentária	Despesas Empenhadas (R\$ milhões)	Percentual (%)
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	1,0	0,0
8593 - Apoio ao Desenvolvimento da Produção Agropecuária Sustentável	3,0	0,0
8606 - Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico	3,2	0,0
8622 - Promoção do Cooperativismo e Associativismo para o Desenvolvimento Agropecuário	4,4	0,1
Total	7.031,5	100,0

Fonte: Tesouro Gerencial (31/12/2024)

GESTÃO DE CUSTOS

No que se refere às informações de custos para o Relatório de Gestão do Exercício de 2024 (RG 2024), informamos que o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) não dispõe de uma unidade setorial específica para a gestão e coordenação centralizada das atividades relacionadas à apuração de custos. Contudo, desde a instituição do Grupo Executivo do Macroprocesso do Sistema de Custos do Governo Federal (MPCUST), por meio da Portaria MAPA n.º 48, de 5 de março de 2013, publicada no Boletim de Pessoal n.º 7, de 11 de março de 2013, o MAPA vem avançando na implementação e consolidação das informações de custos em sua administração.

A apuração e gestão dessas informações seguem conforme o disposto no art. 50, §3º da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), e com as diretrizes estabelecidas pela Portaria STN n.º 157, de 9 de março de 2011. Para viabilizar esse processo, o MAPA utiliza o Sistema de Informações de Custos (SIC), gerido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que atua como órgão central de custos no âmbito do Governo Federal.

Cabe destacar que, desde o lançamento do Portal de Custos do Governo Federal em 2017, há um esforço contínuo para fortalecer a transparência na gestão pública, permitindo uma visualização mais clara e detalhada dos recursos consumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. No MAPA, priorizou-se a evolução na utilização das informações de custos, mediante ações de conscientização, capacitação e aprimoramento dos processos internos, com vistas à retenção e disseminação do conhecimento na área.

Com o avanço na sistematização das informações de custos, o SIC passou por atualizações significativas, incluindo a ampliação da funcionalidade Detalhamento de Custos (DetaCusto) e a criação da métrica VPD, que proporciona uma visão mais abrangente sobre o consumo de recursos do órgão ou unidade gestora, observando o regime de competência e considerando aspectos como consumo de estoques, depreciação, entre outros.

Dessa forma, as informações de custos apuradas no MAPA atendem integralmente à legislação vigente, especialmente no âmbito da Lei de Responsabilidade Fiscal, garantindo a elaboração de relatórios que contemplam, no mínimo, os custos por programa e unidade administrativa.

Adicionalmente, essa estruturação permite que as informações geradas possuam utilidade prática e sejam aplicáveis às necessidades da gestão, promovendo um equilíbrio entre custo e benefício na tomada de decisão e no direcionamento estratégico das ações do Ministério.

CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES, SE APLICÁVEL.

Todo o Capital Social do MAPA agora está na EMBRAPA cujos saldos não são analisados neste Relatório de Gestão.

RESUMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA UPC

Quadro: Receitas e Despesas (Valores em Milhões de R\$)

Grupo de Contas	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes	814,69	1.080,89	266,20
Receitas de Capital	6.220,57	6.012,85	-207,73
Total	7.035,26	7.093,74	58,47
Grupo de Contas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Saldo
Despesas Correntes	5.686,57	5.472,66	213,91
Despesas de Capital	8.437,80	8.367,49	70,31
Reserva de Contingência	178,17	0,00	178,17
Total	14.302,54	13.840,15	462,39
Resultado Orçamentário (Receitas Realizadas – Despesas Empenhadas)			-6.746,41

Fonte: Balanço Orçamentário MAPA-Órgão Superior – Administração Direta e Fundos - Siafi Web 2024

No encerramento de 2024, as receitas realizadas montaram a quantia aproximada de R\$ 7,094 bilhões, enquanto as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 13,840 bilhões, ocasionando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 6,746 bilhões no referido período. Este déficit orçamentário não é uma irregularidade, pois o Ministério da Agricultura e Pecuária não é um agente arrecadador, mas executor de despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos.

Quadro: Informações Financeiras

Detalhamento	31/12/2024	31/12/2023	Variação %
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	4.045,77	3.494,88	15,76%
Fluxo das Atividades Operacionais	1.344,77	886,06	
Fluxo das Atividades de Investimento	22,95	-335,17	

Detalhamento	31/12/2024	31/12/2023	Variação %
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	1.367,72	550,89	148,27%
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	5.413,49	4.045,77	33,81%

Fonte: Demonstrativo dos Fluxos de Caixa e Balanço Financeiro – MAPA-Órgão Superior – Administração Direta e Fundos - Siafi Web 2024

O fluxo de caixa das atividades operacionais foi positivo em R\$ 1,345 bilhões, ou seja, os ingressos operacionais (receitas, remuneração das disponibilidades, transferências recebidas e outros ingressos operacionais) excederam os desembolsos operacionais (despesas, juros e encargos da dívida, transferências concedidas e outros desembolsos operacionais).

Com relação ao fluxo das atividades de investimento, os ingressos (alienação de bens e amortização de empréstimos e financiamentos concedidos) excederam os desembolsos (aquisição de ativo não circulante e concessão de empréstimos e financiamentos) gerando um fluxo positivo em R\$ 22,95 milhões. O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa aumentou 33,81% com relação a 31/12/2023 e houve uma geração líquida de caixa de R\$ 1,368 bilhão.

Quadro – Detalhamento Caixa e Equivalente de Caixa (Valores em Milhões de R\$)

Grupo de Contas	Saldo Financeiro	Variação %
Caixa e Equivalentes em Moeda Nacional	5.401,67	99,78%
- Recursos da Conta Única Aplicados	4.754,72	87,83%
- Bancos Conta Movimento	0,09	0,00%
- Limite de Saque – Órgão e Entidades	646,86	11,95%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	11,82	0,22%

Grupo de Contas	Saldo Financeiro	Variação %
	5.413,49	100,00%

Fonte: Balancete MAPA-Órgão Superior –Administração Direta e Fundos - Siafi 2023

Com relação à Conta Caixa e Equivalentes de Caixa, 87,83% referem-se a Recursos Aplicados do FUNCAFÉ a serem resgatados (conta única). A conta Limite de Saque refere-se a recursos liberados pelo Tesouro para pagamento das obrigações. A partir do último trimestre de 2024, após determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) através do item 9.2 do Acórdão TCU nº 2.717/2023, passou-se a efetuar os registros na conta de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, que dizem respeito aos Depósitos de Garantias relativas a Encargos Trabalhistas.

Quadro: Operações Funcafé – Jan a Dez de 2024 (Valores em bilhões R\$)

Liberado em 2024	Aplicado em 2024	Devolvido em 2024
5,85	5,22	6,49
Liberado em 2024: valores liberados de janeiro a junho referente aos contratos do ano-safra 2023-2024 e de agosto a dezembro referente aos contratos do ano-safra 2024-2025.		
Aplicado em 2024: total tomado pelos beneficiários das linhas de crédito do Funcafé (produtores, cooperativas, indústrias e exportadores).		
Devolvido em 2024: valor reembolsado ao Funcafé oriundos de contratos em execução (recurso devolvido sem aplicação, valores referentes a principal, juros e selic reembolsados ao Fundo via GRU)		

Fonte: Sistema Funcafé

Outras informações em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/cafefuncafe>

Quadro – Principais Grupos de Contas do Balanço Patrimonial (Valores em Milhões de R\$)

Grupo de Contas	2024	2023	Variação%
ATIVO CIRCULANTE	6.159,64	4.749,97	29,68%
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.413,49	4.045,77	33,81%
Créditos a Curto Prazo	729,21	686,87	6,16%
Estoques	16,95	17,34	-2,25%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.748,74	11.398,37	-6,00%
Ativo Realizável a Longo Prazo	7.006,72	7.172,29	-2,31%
Investimentos	0,00	0,00	-
Imobilizado	3.698,27	4.188,21	-11,70%
Intangível	43,74	37,87	15,50%
TOTAL DO ATIVO	16.908,38	16.148,34	4,71%
PASSIVO CIRCULANTE	1.517,49	796,50	90,52%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	213,80	357,89	-40,26%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	71,80	73,33	-2,09%
Transferências Fiscais a Curto Prazo	758,94	275,18	175,80%
Demais Obrigações a Curto Prazo	472,95	0,00	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.315,86	315,86	316,60%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	315,86	315,86	0,00%
Provisões a Longo Prazo	1.000,00	0,00	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.075,03	15.035,98	-6,39%
Demais Reservas	261,25	208,14	25,52%
Resultados Acumulados	13.813,78	14.827,84	-6,84%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.908,38	16.148,34	4,71%

Fonte: Balanço Patrimonial MAPA-Órgão Superior – Administração Direta e Fundos - Siafi Web 2024

Do total do Ativo, aproximadamente 36% equivalem ao Ativo Circulante e 64% ao Ativo Não Circulante. Sendo que 88% do Ativo Circulante refere-se a Caixa e Equivalentes de Caixa. Outros saldos relevantes do circulante referem-se a valores a receber decorrentes dos autos de infração aplicados e aos Termos de Execução Descentralizadas concedidos pendentes de

prestação de contas. Com relação ao Ativo Não Circulante, o saldo mais relevante refere-se a valores a receber a longo prazo de empréstimos e financiamentos concedidos pelo FUNCAFÉ, que são recursos destinados a financiamentos à cafeicultura em linhas de crédito para o custeio das lavouras, comercialização e aquisição de café, capital de giro das indústrias e cooperativas e para recuperação de cafezais danificados por intempéries climáticas. Com relação às obrigações do MAPA, aproximadamente 54% referem-se a obrigações de curto essencialmente relacionados com a folha de pagamento (salários, remunerações, benefícios previdenciários e assistenciais e encargos sociais) e pagamento a fornecedores e credores nacionais.

O saldo das obrigações de longo prazo teve um grande aumento com relação a 2023 devido ao registro de provisão para perda judicial administrativa do setor sucroalcooleiro no valor de R\$ 1 bilhão, resultado da avaliação de riscos fiscais realizada pela Advocacia-Geral da União, referente à ação ordinária no Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Os Demonstrativos Contábeis consolidados do MAPA e suas Notas Explicativas, assim como as Declarações do Contador são publicadas no Acesso à Informações no sítio eletrônico do MAPA:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas>

O Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), órgão da administração pública federal direta, é responsável pela gestão das políticas públicas com base no Decreto nº 11.332, de 1º de janeiro de 2023. Para a consecução de seus objetivos, o MAPA conta com uma estrutura fixa de quatro Secretarias, 27 Superintendências Estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de uma empresa vinculada e sete órgãos colegiados. As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do MAPA e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal (MAPA, Funcafé e EMBRAPA).

As Demonstrações Contábeis do MAPA estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, exigido pela Lei nº 4.320/1964, e são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- Notas Explicativas.

Os saldos contábeis mencionados neste Relatório de Gestão referem-se ao MAPA e Funcafé, uma vez que a Embrapa publica seu próprio Relatório de Administração seguindo o modelo de relato integrado, conforme orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) (Decisão Normativa TCU nº 198/2022) e em atendimento à Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e à Portaria CGU nº 133/2013, visando atender também às demais finalidades, como o relatório de sustentabilidade/integrado da Lei das Estatais (13.303, de 30/6/2016) e seus Decretos regulamentadores (8.945, de 27/12/2016 e 11.048, de 18/4/2022) e o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo exigido pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15/12/1976).

As demonstrações contábeis do MAPA são tratadas de forma abrangente contemplando a Empresa vinculada, que, no entanto, possui Setor de Contabilidade próprio. O relacionamento do MAPA com essas entidades é realizado por meio do responsável contábil:

Entidade Subordinada	Contador Responsável	Função/Cargo	CRC	Período de Atuação
EMBRAPA	Neuraci dos Santos Souza de Almeida	Analista - A	DF-015162/O-4	Desde 01/07/2023 (BCA - 34 - Portaria 647)





MINISTÉRIO DA
**AGRICULTURA
E PECUÁRIA**

